

**UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL - UNISC
PROGRAMA DE POS GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL – MESTRADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Carlos Esau

**A TOMADA DE DECISÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES PELA
DIVERSIFICAÇÃO DOS MEIOS DE VIDA NA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA
DE SANTA CRUZ DO SUL-RS / BRASIL**

Santa Cruz do Sul
2019

Carlos Esau

**A TOMADA DE DECISÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES PELA
DIVERSIFICAÇÃO DOS MEIOS DE VIDA NA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA
DE SANTA CRUZ DO SUL-RS**

Projeto de pesquisa apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado, Área de Concentração em Desenvolvimento Regional, Linha de Pesquisa em Organizações, Mercado e Desenvolvimento, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Orientadora: Dr^a Cidonea Machado Deponti

Santa Cruz do Sul
2019

Carlos Esau

**A TOMADA DE DECISÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES PELA
DIVERSIFICAÇÃO DOS MEIOS DE VIDA NA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA
DE SANTA CRUZ DO SUL-RS**

Projeto de pesquisa apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado, Área de Concentração em Desenvolvimento Regional, Linha de Pesquisa em Organizações, Mercado e Desenvolvimento, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Dr^a Cidonea Machado Deponti
Professora orientadora - UNISC

Dr. Silvio Cesar Arendt
Professor Examinador - UNISC

Dr^a Tanise Dias Freitas
Professora Examinadora - UNISC

Dr. João Armando Dessimon Machado
Professor Examinador - UFRGS

Santa Cruz do Sul
2019

APRESENTAÇÃO

A principal motivação que originou esta pesquisa esteve em volta de diversos conflitos e crenças de ordem pessoal e que expuseram as limitações que minha visão e conhecimento sobre o tema apresentaram. Passei a minha infância, adolescência e boa parte de minha juventude labutando na área rural produzindo alimentos em meio as rotinas de uma propriedade de porte médio pertencente a minha família, no interior do município de Aceguá / RS. Esta propriedade fica situada na região sul de nosso Estado onde é comum se ter grandes extensões de terra, e a produção de arroz, soja e gado (de leite e de corte) em larga escala são os esteios que sustentam as famílias e a região.

Inclusive foi esclarecedor estudar as origens do povoamento da região sul de nosso Estado, distinta da colonização do restante do Brasil. A ocupação do Rio Grande do Sul se deu na ênfase de proteção do território, unindo o interesse militar ao econômico. Desta forma os “açorianos vieram para o estado com a intenção de desenvolver a agricultura e a pecuária e tinham a obrigação de defender essas terras em caso de ataque” (BERNARDES, 1997, p. 29). O que me proporcionou um melhor entendimento sobre a formação, cultura e a produção daquela região, que busca encontrar alternativas para os produtores familiares os quais não são detentores de grandes áreas de terra e por conta disso enfrentam desafios para sua manutenção econômica na atividade.

No caso da Microrregião de Santa Cruz do Sul, com sua base estabelecida na agricultura familiar, os desafios de encontrar alternativas economicamente viáveis para manutenção das pequenas propriedades familiares tornou-se, ainda, mais relevante em especial devido a cadeia da monocultura do tabaco ali instituída. Desenvolver o território de forma *bottom-up*, diminuir a dependência da monocultura, entre outros desafios também foram os indutores para a criação da Agência de Desenvolvimento ASCNOR (Associação Santa Cruz Novos Rumos – 2008) da qual tive o prazer de fazer parte durante cinco anos. A equipe de trabalho visava construir uma intervenção para o desenvolvimento econômico do município e da região, porém com o intuito de fazê-lo em forma de uma mediação com os próprios atores locais. Ou seja, ninguém melhor para discutir, avaliar e propor projetos de mudança para os problemas da sociedade que os seus próprios integrantes.

Desta forma, poderiam de fato “construir o território” adequando as necessidades e aproveitando os recursos disponíveis e ainda “criando recursos” novos através da “convergência de interesses” para a diversificação da agricultura na região.

Dedico este trabalho aos meus pais que desde muito cedo me deram todo o alicerce para chegar até aqui, à minha querida e amada esposa que suportou junto comigo os desafios desta jornada e aos meus dois filhos que contribuíram com apoio motivacional, risos e silêncio para que eu pudesse terminar esta dissertação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus familiares pelo incentivo e apoio, aos professores e colegas do Mestrado em Desenvolvimento Regional pelos ensinamentos e amizade. À minha professora orientadora Dra. Cidonea Machado Deponti pela amizade construída no decorrer desta dissertação, pelo encorajamento e pela sabedoria transmitida, e pela paciência sem fim, que tornou possível chegar até aqui.

À minha eterna amiga, namorada, cuidadora e esposa Rejane, pelo encorajamento, carinho, além dos muitos conselhos de inestimável valor. Aos meus pais, em especial minha mãe dona Nelly, que nesses mais de dois anos com sua constante e singela pergunta “como anda o teu mestrado?”, sempre me estimulou. Ao meu pai que sempre ofereceu suporte, até mesmo financeiro, gerando a tranquilidade necessária para a conclusão do trabalho.

E, por fim, ao meu Deus, o qual considero meu pai eterno e alicerce da minha vida, pois sem Ele nada seria possível, obrigado por ter me dado o sopro de vida.

RESUMO

A presente dissertação objetivou analisar o processo de tomada de decisão dos agricultores familiares pela diversificação produtiva na Microrregião Geográfica de Santa Cruz do Sul. Para tanto, analisaram-se as características e o perfil socioeconômico de vinte (20) famílias de agricultores da referida região e procurou-se compreender quais os fatores determinantes para a tomada de decisão pela diversificação da produção. Os sujeitos da pesquisa foram definidos através da técnica “bola de neve” (*Snowball Sampling*) e entrevistados mediante roteiro semiestruturado, além disso foram realizadas visitas presenciais no ambiente do entrevistado. Os agricultores familiares entrevistados eram em sua maioria, produtores de tabaco, no entanto considerados diversificados por não depender exclusivamente de uma única fonte de renda. Utilizaram-se informações referentes à caracterização das propriedades da Microrregião Geográfica de Santa Cruz do Sul, tais como a composição familiar dos agricultores entrevistados, a condição socioeconômica do produtor, a quantidade de hectares utilizados para sua produção e a participação de cada item na renda bruta total. Pode-se ressaltar que, apesar do tabaco ser o produto mais cultivado na região, associado ao tamanho das propriedades familiares (em média 12 hectares utilizados para a produção), a pesquisa conseguiu identificar os principais fatores que contribuíram para a tomada de decisão pela diversificação dos produtores entrevistados, a saber o desejo e necessidade pela melhoria de renda da família, de qualidade de vida e de saúde física. Por isso, concluiu-se que as famílias que diversificam sua produção, não dependem exclusivamente do cultivo do tabaco, ou ainda de uma única alternativa de renda. Desta forma, a tomada de decisão pela diversificação dos meios de vida tornou-se uma estratégia relevante para esses agricultores, permitindo maior autonomia, ampliação das fontes de renda e melhor qualidade de vida das famílias.

Palavras-chave: Meios de vida sustentáveis, agricultura familiar, tomada de decisão, desenvolvimento regional.

ABSTRACT

The present work aimed to analyze the decision-making process of family farmers towards their production diversification at the Geographic Micro-region of Santa Cruz do Sul. In order to reach the main objective, this work analyzed the main characteristics and socioeconomic profile of twenty (20) farmer families of said region and sought after the understanding of determinant factors in production diversification. The subjects of the research were defined through a technique known as the “Snowball Sampling” and interviewed by means of semi-structured scripting. Besides that, presential visits were made in the interviewed environment. Surveyed family farmers were, in majority, tobacco producers although considered diversified for not depending on a single means of income. Information related to the characterization of properties in the Micro-region of Santa Cruz do Sul were used, such as the family composition of the interviewed farmers, their socioeconomic condition, the quantity of hectare used for production and the participation of each element in the total gross income. It could be emphasized that, while tobacco is the single most harvested product in the region, the link with the property size (an average of 12 ha used for cultivation) has allowed the research to pinpoint the main factors of consideration in the process of decision making when product diversification is the matter in evidence, whilst taking into account the endeavor for better family profit, physical health and quality of life. In consequence, it was concluded that families who diversify their production don't depend exclusively on tobacco or a single alternative source of income. Therefore, decision making when it comes to diversifying the livelihoods has become a critical strategy for these farmers, granting more autonomy, variation in means of subsistence and overall better life quality for the families.

Keywords: Sustainable livelihoods, family farming, decision making process, regional development.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01	Microrregiões Geográficas do Rio Grande do Sul.....	16
Figura 02	Microrregião Geográfica de Santa Cruz do Sul.....	17
Figura 03	Diagrama dos meios de vida sustentáveis.....	24
Figura 04	Diagrama de Análise dos Meios de Vida.....	27
Figura 05	Processo Decisório – Herbert Simon.....	36
Gráfico 01	Contribuição no valor total da produção agropecuária em 2006, agricultura familiar e agricultura não familiar, por microrregião.....	43
Figura 06	Ações do Governo Federal que apoiam o Programa Nacional de Diversificação nas Áreas Cultivadas com Tabaco.....	47
Gráfico 02	Gráfico com o número de famílias e seus respectivos subsistemas produtivos.....	48
Figura 07	Localização da Microrregião no contexto do território da federação.....	51
Figura 08	Entrevistado 15, Município de Vera Cruz, apresentando sua agroindústria de massas caseiras. (Dez/2018).....	57
Figura 09	Entrevistado 19, Município de Vale do Sol, apresentando a sua estufa de morangos. (Dez/2018).....	57
Figura 10	Nuvem de palavras criada a partir das afirmações recorrentes dos entrevistados relacionada a sua tomada de decisão para a diversificação ..	74
Figura 11	Nuvem de palavras criada a partir das afirmações recorrentes dos entrevistados relacionada as entidades de apoio para a diversificação	75
Figura 12	Nuvem de palavras criada a partir das afirmações recorrentes dos entrevistados relacionada aos principais desafios para a diversificação	77

LISTA DE TABELAS

Tabela 01	Ranking Brasil – 20 Municípios com maior produção de tabaco.....	52
Tabela 02	Idade dos agricultores familiares entrevistados no ano de 2018.....	60
Tabela 03	Grau de escolaridade dos agricultores entrevistados em 2018.....	61
Tabela 04	Principais entidades promotoras do suporte e apoio na diversificação, citadas pelos agricultores entrevistados em 2018.....	62
Tabela 05	Principais produtos do portfólio produtivo das famílias – 2018.....	63
Tabela 06	Receita aproximada, apresentado pelos entrevistados – 2018.....	65
Tabela 07	Dados da produção de fumo em folha no RS.....	65

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AFUBRA	Associação dos Fumicultores do Brasil
APL	Arranjo Produtivo Local
ASCNOR	Associação Santa Cruz Novos Rumos
ASCAR	Associação Sulina de Crédito e Assistência Social
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CAPA	Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia
COREDE	Conselho Regional de Desenvolvimento
CQCT	Convenção Quadro para o Controle do Tabaco
EMATER	Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério de Desenvolvimento Agrário
MCDA-C	Método Multicriterial para Resolução de Problemas
NUPES	Núcleo de Pesquisa Social da Universidade de Santa Cruz do Sul
OMS	Organização Mundial da Saúde
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SEAD	Secretaria Especial da Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário
SIPT	Sistema Integrado de Produção do Tabaco
UNISC	Universidade de Santa Cruz do Sul
VRP	Vale do Rio Pardo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	A ABORDAGEM TEÓRICA: OS MEIOS DE VIDA SUSTENTÁVEIS E A TOMADA DE DECISÃO.....	21
2.1	Diversificação dos meios de vida.....	24
2.2	O processo de tomada de decisão.....	32
3	CONTEXTUALIZANDO A MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE SANTA CRUZ DO SUL E O PROCESSO DE DIVERSIFICAÇÃO.....	42
3.1	A Microrregião Geográfica de Santa Cruz do Sul.....	50
3.2	O Perfil Socioeconômico dos Agricultores Familiares da Microrregião Geográfica de Santa Cruz do Sul.....	54
3.3	Resultados.....	59
4	O PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO PELA DIVERSIFICAÇÃO DOS MEIOS DE VIDA.....	69
4.1	Fatores que favorecem a diversificação.....	72
4.2	Fatores que obstaculizam a diversificação.....	75
4.3	Relações entre a diversificação e a tomada de decisão.....	78
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	81
	REFERÊNCIAS.....	84
	APÊNDICE A – Síntese de Perguntas do questionário semiestruturado.....	90
	APÊNDICE B – Roteiro de Entrevistas.....	93
	APÊNDICE C – Roteiro Semiestruturado.....	95
	APÊNDICE D – Imagens da Pesquisa de Campo.....	96

1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação objetiva compreender o processo de tomada de decisão daqueles agricultores familiares¹ que diversificaram a sua propriedade rural. A pesquisa tem como foco agricultores localizados na Microrregião Geográfica de Santa Cruz do Sul - RS.

Segundo dados do Censo Agropecuário de 2006 (IBGE), a agricultura familiar é responsável por grande parte da produção de alimentos básicos consumidos no Brasil, como mandioca, feijão, hortaliça, leite, entre outros. Os dados mostram que a agricultura familiar ocupa apenas 24% do total da área de estabelecimentos do agronegócio nacional, corresponde, porém, a 84% das propriedades rurais no Brasil e concentra mais de 74% da mão de obra ocupada no campo (IBGE, 2006). Esses dados permitem entender que a diversificação pode ocorrer em pequenas propriedades não estando diretamente associada ao quantitativo de terra agriculturáveis.

Buainain (2007, p. 17), em seu livro *Agricultura familiar e inovação tecnológica no Brasil – características, desafios e obstáculos*, começa sua introdução com a seguinte frase “a agricultura familiar brasileira é extremamente diversificada”, o que não impede, porém, que se tenha um universo de desigualdades. Enquanto uns vivem em condições de precariedade e extrema pobreza, outros, inseridos no ambiente do agronegócio e geram maior renda, contam com uma melhor qualidade de vida, desfrutando de uma condição de escolha para melhorias na sua vida e propriedade.

No entanto, é necessário também destacar que os agricultores familiares não se diferenciam apenas em relação à disponibilidade de recursos, quer sejam eles naturais, humanos, acesso a mercados etc., e sua capacidade de geração de renda e de riqueza advindos

¹ Na Lei nº 11.326/96 a agricultura familiar foi assim definida: Art. 3º Para os efeitos desta Lei considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. § 1º O disposto no inciso I do caput deste artigo não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 4 (quatro) módulos fiscais. § 2º São também beneficiários desta Lei: I - silvicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo, cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes; II - agricultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo e explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2 ha (dois hectares) ou ocupem até 500 m³ (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede; III - extrativistas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput deste artigo e exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e faiscadores; IV - pescadores que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV do caput deste artigo e exerçam a atividade pesqueira artesanalmente.

destas diferenças e potencialidades. O que é inegável é que não se pode avaliar da mesma forma um agricultor familiar que explora um minifúndio no sertão nordestino com outro que está integrado ao mercado global através de alguma cadeia produtiva de uma agroindústria nacional ou internacional, como é o caso dos produtores integrados na cadeia produtiva do tabaco. É preciso também levar em consideração outras características e situações que levam o produtor a decidir diversificar sua propriedade e, por consequência, sua renda. Nesse sentido, Buainain (2007, p. 18) ressalta:

O universo diferenciado de agricultores familiares está composto de grupos com interesses particulares, estratégias próprias de sobrevivência e de produção, que reagem de maneira diferenciada a desafios, oportunidades e restrições semelhantes, e que, portanto, demandam tratamento compatível com as diferenças.

Diante destas diferenças expostas por Buainain (2007), pode-se auferir que são diversas as características e os fatores que influenciam agricultores familiares a diversificarem sua produção visando melhorar sua renda e gerar maior autonomia em suas propriedades. Este desafio vem sendo motivo de estudos bem como criação de políticas públicas que possam favorecer a diversificação produtiva na agricultura familiar.

Os municípios da Microrregião Geográfica de Santa Cruz do Sul caracterizam-se pela produção concentrada no tabaco. O crescimento e expressividade da produção de tabaco na região originaram-se de uma integração entre produção, processamento e comercialização da rede agroindustrial do tabaco instituída na região, o chamado Sistema Integrado de Produção de Tabaco (SIPT²), permanecendo por quase um século.

Utilizando-se desse sistema, tanto as empresas processadoras de fumo (multinacionais ou transnacionais) como os agricultores familiares da região, abarcaram novas tecnologias e geraram um alto grau de especialização da produção do tabaco. Porém, as consequências socioeconômicas desse sistema são controversas e há evidências de seus efeitos nocivos para o desenvolvimento e a diversificação produtiva na agricultura familiar (VARGAS; OLIVEIRA, 2010). Para mencionar um deles, enfatizou-se o caso de Santa Cruz do Sul, em

² O SIPT foi criado em 1918, pela Souza Cruz (empresa tabacaleira), como um novo modelo de plantio. Este sistema de governança praticado pelas empresas de tabaco, que completou cem anos de atuação no Brasil, em 2009, é alvo de críticas por dominar todos os elos da cadeia produtiva. A relação entre produtor e empresa inicia quando o orientador técnico vai até a propriedade e entrega os contratos de compromisso de venda, de financiamento, leva também os agroquímicos, sementes, adubo químico e custeia o transporte da produção, desde a propriedade dos agricultores até as empresas. No que se refere ao financiamento, são as empresas que avalizam a retirada. As empresas assumem o compromisso de comprar integralmente a safra contratada por preços negociados com a representação dos produtores. Prestam assistência técnica e fornecem insumos. O preço do tabaco é definido pela indústria, tendo como base as exigências externas dos compradores e o momento do mercado (dólar, câmbio, estoque internacional) (RUDNICK, 2012).

que 72% da renda dos produtores é proveniente da produção do tabaco (RUDNICK; WAQUIL, 2012).

De acordo com os dados do IBGE (2010), nos 16 municípios pertencentes à Microrregião Geográfica de Santa Cruz do Sul, verificou-se que a dependência econômica encontra-se calcada na produção do tabaco. O Valor Bruto da Produção (VBP) agrícola de seus municípios é, em média, de 61,5% (IBGE, 2010). Este acentuado grau de dependência numa cultura específica torna-se um desafio à diversificação para os agricultores familiares, pois restringe suas opções produtivas e, por consequência, suas fontes de renda. Conforme o estudo de Ellis (2000), a diversificação dos meios de vida poderá gerar maior autonomia aos produtores, o que também é enfatizado por Almeida (1999) quando infere sobre a importância de o produtor inovar no seu trabalho e gerir seu próprio tempo.

Assim, percebe-se a importância da não dependência de uma cultura ou de um sistema para a vida e propriedade do agricultor familiar. Mas apesar da grande dependência econômica estabelecida na região ser atribuída ao tabaco, pode-se afirmar ainda, em uma análise preliminar empírica, que a produção do tabaco não é o único obstáculo que impede a produção de outras culturas. Torna-se necessário também levar em consideração a cultura local de produção de tabaco, que é passada de geração em geração, e como destaca Freitas (2015) acaba gerando conflitos entre o “saber fazer” e os “novos saberes” que outras culturas exigem. Talvez o que se apresente na Microrregião seja um conjunto de fatores que levam a baixa diversificação e que não geram as condições necessárias para a autonomia dos agricultores familiares.

Em termos de políticas públicas que impulsionariam um processo de mudança, pode-se destacar o Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco, lançado em outubro de 2005, no contexto da ratificação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT) pelo Senado Brasileiro, junto com a Organização Mundial da Saúde (OMS). Este programa, assumido e conduzido inicialmente pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e, posteriormente pela Secretaria da Agricultura Familiar da Casa Civil, teve por objetivo articular as políticas públicas voltadas à agricultura familiar com os programas de diversificação produtiva em regiões produtoras de tabaco, visando atender aos artigos 17 e 18 da Convenção Quadro (GREGOLIN, 2010).

Diante desta situação, a proposta de pesquisa foi identificar o que mais influenciava a não diversificação da agricultura familiar, e as premissas eram avaliar a estrutura, o conhecimento e a gestão e quais destas categorias mais interferiam na diversificação.

Contudo, ampliou-se o olhar para a compreensão do sistema e da tomada de decisão pela diversificação, como e porque o fizeram, pois, as pesquisas demonstram os resultados positivos de propriedades diversificadas como diminuição dos riscos da dependência de monocultura e aumento da renda das propriedades (IPEA, 2016).

Em segunda instância, apesar da histórica condição de organização dos produtores e da geração de riqueza para as transnacionais, fruto da cadeia produtiva do tabaco e seu complexo industrial é possível diversificar aumentando a produção de alimentos. Para que estes sirvam não somente de subsistência para as famílias de produtores, mas também como fontes alternativas de aumento de renda, devido o potencial ora não explorado do mercado na região estudada.

De acordo com a EMATER/ASCAR-RS (2014), Santa Cruz do Sul produz menos de 35% de hortifrutigranjeiros que consome em seus supermercados, escolas, hospitais, empresas, presídio etc. Considerando que o mercado do ponto de vista de demanda não é um fator limitante para a expansão da diversificação, pode-se afirmar que existem condições para diversificar a produção. Logo, se existe este potencial, bem como há agricultores familiares que conseguiram ampliar suas atividades mantendo a mesma estrutura, tornou-se essencial descobrir o que foi importante para a tomada de decisão pela diversificação, relevante para o desenvolvimento da região.

A Microrregião Geográfica de Santa Cruz do Sul possui sua base econômica e produtiva na agricultura familiar composta por pequenas propriedades que detém condições de expansão da produção de alimentos, pois “quando a gente fala em eliminar a fome, a gente fala em fortalecer a agricultura familiar para ampliar a segurança alimentar e a produção de alimentos” (BIANCHINI; BOJANIC, 2014, p. 12). O potencial da região estudada, no que tange a produção de alimentos, tem a possibilidade de obter melhores resultados. Estas considerações estão embasadas em pesquisas e trabalhos conforme afirmação abaixo do Eng. Agrônomo Alan Bojanic (Bolívia), representante da FAO durante sua participação no XV Simpósio Internacional do Brasil – Alimento e nutrição no contexto dos objetivos de desenvolvimento do milênio, destacou:

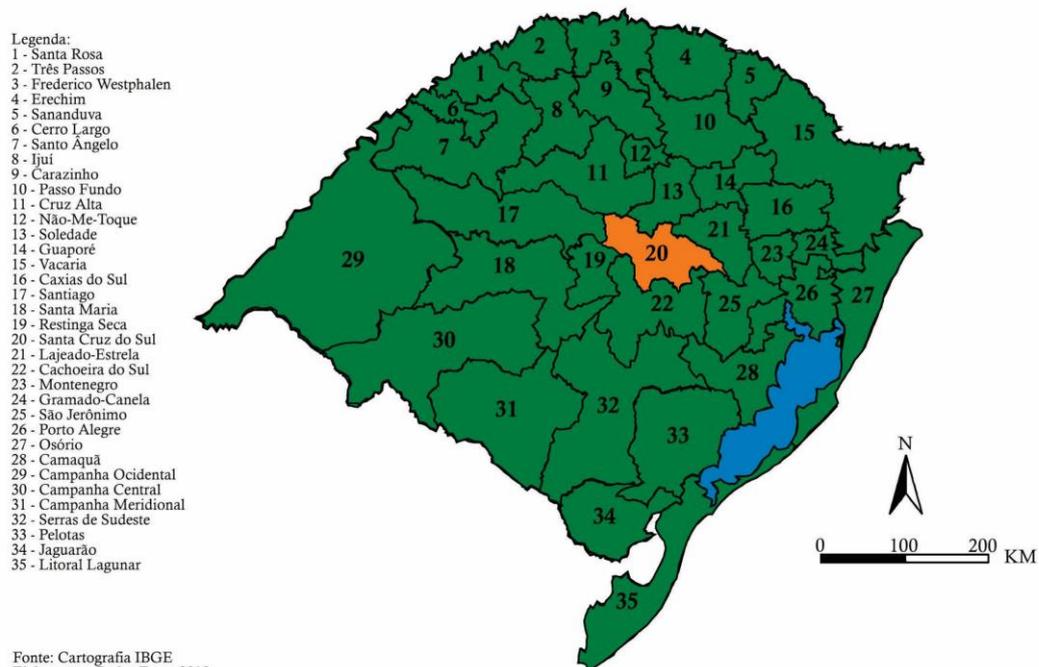
O Brasil ainda possui fronteiras agrícolas a serem desbravadas, entretanto a racionalidade no uso das terras, a utilização de tecnologias apropriadas, o uso racional dos recursos naturais e a gerência profissionalizada das propriedades agrícolas, entre outros aspectos, permitiria ao país ampliar sua produção, sem agressões ao meio ambiente e ser o celeiro do mundo. (BIANCHINI; BOJANIC, 2014).

A microrregião de Santa Cruz do Sul, região de referência para esta pesquisa, possui 320.335 habitantes segundo os dados do IBGE (2017), localizada no centro do Estado dentro do Vale do Rio Pardo. Dentre suas peculiaridades é uma região caracterizada por propriedades rurais de 12 hectares em média, onde, apesar de cultivar alimentos - batata, arroz, cebola, feijão, mandioca, peixes, suínos, bovinos, aves – a maior parte da renda dos produtores, 72%, advém do seu produto principal, o tabaco (RUDNICK; WAQUIL, 2012). Para delimitar esta pesquisa, optou-se por selecionar dentre agricultores pertencentes aos dezesseis (16) municípios da Microrregião Geográfica de Santa Cruz do Sul, que são: Arroio do Tigre, Candelária, Estrela Velha, Gramado Xavier, Herveiras, Ibarama, Lagoa Bonita do Sul, Mato Leitão, Passa Sete, Santa Cruz do Sul, Segredo, Sinimbu, Sobradinho, Vale do Sol, Venâncio Aires e Vera Cruz. Os referidos municípios desta microrregião compartilham de similaridades produtivas e tem sua produção calcadas no tabaco, e, por sua proximidade geográfica também facilitou o acesso para a realização das entrevistas.

Para a identificação da Microrregião Geográfica de Santa Cruz do Sul utilizaram-se dados referentes à Divisão Regional realizada pelo IBGE e que divide o território em Microrregiões.

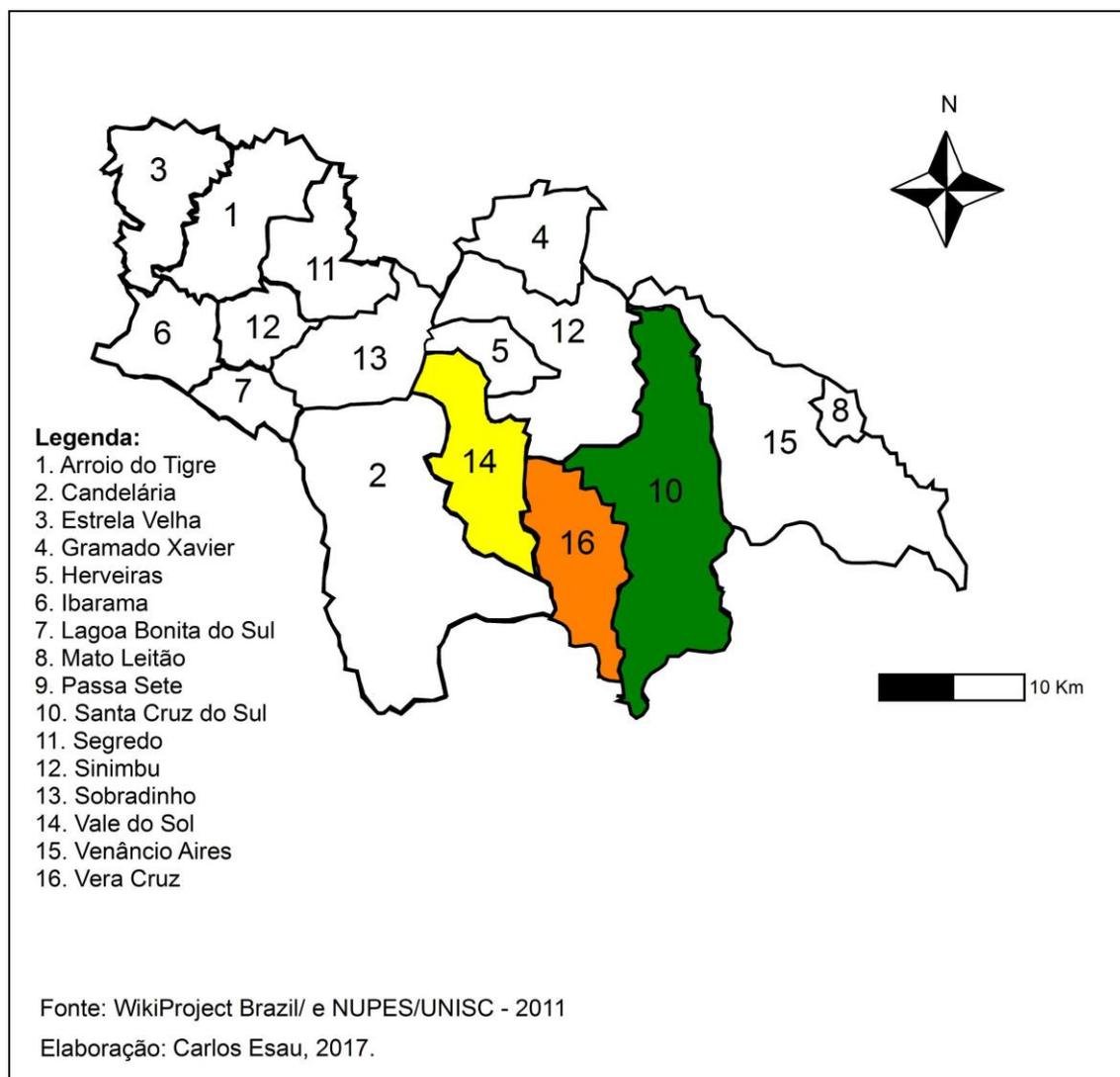
Figura 1- Microrregiões Geográficas do Rio Grande do Sul
(Em destaque a Microrregião de Santa Cruz do Sul, nº 20)

Microrregiões Geográficas (IBGE), Rio Grande do Sul - 2009



A Microrregião Geográfica de Santa Cruz do Sul é composta por 16 municípios, conforme Figura 2. Para a investigação empírica selecionaram-se os municípios de Santa Cruz do Sul, Vera Cruz e Vale do Sol (Fig. 2 – 10, 16 e 14 respectivamente). Porém, devido sua similaridade das características e a forma como se deu a seleção dos produtores familiares, por indicação, foi condicionando as entrevistas para os seguintes municípios da referida região, a saber: Vera Cruz, Santa Cruz do Sul, Vale do Sol e Venâncio Aires.

Figura 2 - Microrregião Geográfica de Santa Cruz do Sul



Fonte: NUPES, 2011 elaborada por ESAU, 2017.

Assim, surgem alguns questionamentos sobre quais os fatores que podem exercer influência para a tomada de decisão em diversificar das famílias de agricultores familiares.

Mesmo em meio aos desafios históricos estabelecidos pela monocultura do tabaco na região, quais os motivos que levaram as famílias de agricultores a diversificarem? Quais critérios essas famílias adotaram para compor seu portfólio de novos produtos? Quais os principais estímulos ou motivações que os levaram a não mais depender do tabaco ou de uma fonte única de renda? Quais os fatores que favoreceram a diversificação dos meios de vida na propriedade? Como surgiram as propriedades diversificadas, quais os elementos que contribuíram para tomada de decisão? Qual a percepção dos agricultores sobre o processo de diversificação? Qual o perfil e características que favoreceram novos projetos produtivos nas propriedades diversificadas? Quais as iniciativas têm colaborado na diversificação dos meios de vida?

Mediante todos estes questionamentos apresenta-se o seguinte problema de pesquisa: Como se dá o processo de tomada de decisão pela diversificação produtiva dos agricultores familiares na Microrregião Geográfica de Santa Cruz do Sul?

Ao propor esta análise, vislumbrou-se identificar as estratégias e as dinâmicas que levaram as famílias de produtores a buscarem reduzir as incertezas e os riscos do mercado através da diversificação produtiva. Em especial nesta microrregião, onde se encontra estabelecido um sistema de produção conectado em nível global, o do tabaco, e que opera na região a várias décadas.

Assim, o objetivo geral da pesquisa foi: analisar o processo de tomada de decisão dos agricultores familiares que diversificaram seus meios de vida nos municípios Santa Cruz do Sul, Vera Cruz, Vale do Sol e Venâncio Aires, que compõem a Microrregião Geográfica de Santa Cruz do Sul. E os objetivos específicos foram:

- a) Verificar o perfil socioeconômico dos agricultores familiares estudados;
- b) Estudar o processo de tomada de decisão pela diversificação dos meios de vida dos agricultores familiares da região pesquisada;
- c) Identificar os elementos facilitadores e obstáculos do processo de tomada de decisão pela diversificação dos meios de vida da agricultura familiar na Microrregião Geográfica de Santa Cruz do Sul.

O conceito de “diversificação dos meios de vida” não se restringiu a substituição de cultivos, mas a ampliação das possibilidades, tanto produtivas como não agrícolas. Entender a tomada de decisão dos agricultores familiares e o que os levou a diversificação de seus meios de vida são razões importantes a serem exploradas e podem servir de base para estudos futuros visando a expansão do potencial produtivo das propriedades agrícolas familiares em

todas as regiões onde a monocultura ainda é fator limitador da diversificação, como é o caso da referida Microrregião.

Outro elemento que justifica esta pesquisa é o fato de focar na perspectiva dos próprios atores, neste caso os agricultores familiares que diversificaram, contrapondo-se a abordagem linear ou *topdown* vastamente utilizada até meados da década de 1980 que produziu resultados pouco profícuos. Em outras palavras, o Estado conduzindo o processo de desenvolvimento com o apoio de uma agência de desenvolvimento, sem a devida “participação dos beneficiários nas ações e na implementação de propostas pouco relacionadas aos interesses e reais necessidades dos demandantes” (PERONDI; SCHNEIDER, 2012, p. 118) não oportunizou o desenvolvimento na medida em que as regiões necessitavam.

Apesar da representatividade da cadeia produtiva do tabaco na microrregião e das reuniões de discussão e organização do setor serem realizadas na região onde também estão localizadas grande número das famílias produtoras de tabaco e, teoricamente, fácil acesso às esferas de negociação, esse fator não garante a autonomia do fumicultor na definição do preço do tabaco nem nas políticas de produção e de comercialização, estabelecidas para a safra. Isto se deve ao fato de as empresas tabacaleiras exercerem controle sobre todos os aspectos do cultivo do fumo, e assumem poucos riscos de produção. Desse modo, os agricultores familiares expõem-se às ameaças decorrentes do cultivo apesar de ter pouca autonomia sobre as suas práticas (ALMEIDA, 2005).

Há de se destacar ainda que, apesar dos fatores positivos que o tabaco representa na geração de renda para as propriedades rurais e para os municípios da região, pode-se citar o exemplo de Santa Cruz do Sul, onde o tabaco é responsável por 65% do ICMS gerado (PREFEITURA DE SANTA CRUZ DO SUL, 2015), o sistema integrado de produção gera situações de dependência econômica e produtiva. Dessa forma, oportunizar novas possibilidades de escolhas poderá ampliar a liberdade produtiva, que por imposição externa ou por falta de opção é restrita. Da mesma forma, o desenvolvimento econômico também se dá por escolhas individuais e coletivas:

[...] o desenvolvimento humano em seu sentido pleno somente é alcançado à medida que os indivíduos de uma determinada sociedade passam a ter a liberdade de escolha e opção, e dispor de capacidades e meios para tal. Apesar de importantes atributos como renda, capital e posse de recursos físicos ficam em segundo plano deve-se destacar o papel das capacidades e das habilidades que os indivíduos precisam ter para poder fazer escolhas e alcançar uma vida plena de bem-estar. (SEN, 2000, p. 94).

De acordo com Schneider (2009) a solução continua em debate sobre qual o melhor caminho para a agricultura familiar no Brasil, o da especialização e inserção no agronegócio ou o da diversificação e desenvolvimento rural? Os benefícios inclusivos da diversificação e os reflexos positivos para o desenvolvimento das pequenas propriedades justificam sua opção.

Considerando este deslocamento de enfoque das tradicionais variáveis como disponibilidade de recursos, capacidades produtivas, geografia, cultura empreendedora, cadeias produtivas instituídas, etc., compreender os fatores que fizeram com que os atores decidissem pela diversificação em suas propriedades e tivessem êxito nesta empreitada, pode fortalecer as políticas e as estratégias de desenvolvimento nas pequenas propriedades rurais familiares na Microrregião Geográfica de Santa Cruz do Sul, bem como estabelecer uma nova percepção sobre a agricultura familiar na região.

Em termos estruturais, esta dissertação divide-se em cinco (5) capítulos. No primeiro, constituído pela introdução, tratou-se de apresentar as motivações e os anseios que levaram o pesquisador a abordar o tema diversificação, a delimitação do tema, o problema, os objetivos e a justificativa que fundamentaram a realização desta pesquisa. No segundo capítulo, apresentam-se conceitos relevantes sobre território e região, a diminuição da dicotomia entre o rural e urbano, a importância da agricultura familiar e a diversificação produtiva como forma de desenvolvimento e sustentabilidade das pequenas propriedades através de autores como Ricardo Abramovay (2003), Deponti (2013), Schneider (2010), Sen (2000) entre outros, bem como a abordagem teórica fundamentada em Frank Ellis (2001) no contexto da diversificação dos meios de vida. Na sequência, tratou-se do processo de tomada de decisão dos agricultores familiares através das lentes do modelo de administração racional fundamentado em Simon (1971), e também discutido por autores como Balestrin (2002) e Dalcin (2013) entre outros.

No terceiro capítulo, foram verificadas as principais características e perfil socioeconômico dos produtores familiares na Microrregião Geográfica de Santa Cruz do Sul. Apresenta também, de forma mais aprofundada, quem são os protagonistas, estas famílias de agricultores que tomaram a decisão para a diversificação em suas propriedades. O quarto capítulo tem seu enfoque na tomada de decisão, na metodologia utilizada para avaliar o processo de tomada de decisão dos produtores familiares e o que os levou a sustentar a decisão bem como sua avaliação em relação aos resultados da decisão tomada. O quinto e último capítulo apresenta as considerações finais, com as observações sobre os resultados, a fim de responder o problema de pesquisa e retomar os objetivos preestabelecidos.

2 OS MEIOS DE VIDA SUSTENTÁVEIS E A TOMADA DE DECISÃO

No passado recente o a análise do desenvolvimento regional, firmara suas discussões voltadas para uma separação entre o rural e urbano, devido as suas discrepâncias e demandas específicas. De um lado as cidades, aglomerados urbanos, que necessitam de uma organização e planejamento para serem viáveis a oferecerem um conjunto mínimo de oportunidades de trabalho e de renda, de moradia, e, ainda que precária sob o ponto de vista de muitos, uma propensa qualidade de vida para seus habitantes. Por outro lado, as áreas rurais, onde também se encontram demandas de organização e de planejamento para oferecer meios de sustentabilidade e vida para as pessoas que neste espaço tem não somente suas moradias, mas investem seu esforço e trabalho. Desta forma, numa mesma região, temos os espaços urbano e rural, dicotomia esta já superada, pois os mesmos se inter-relacionam e são usufruídos por seus habitantes.

A diferença é que os espaços são utilizados de forma distinta, enquanto nas cidades (urbano) a terra é utilizada predominantemente para moradia e especulação imobiliária e do capital; nas áreas rurais o solo é o próprio meio de produção. Segundo Botelho,

O espaço, ao longo da história do modo de produção capitalista, passou a fazer parte dos circuitos de valorização do capital, seja pela mercantilização da terra, seja por seu parcelamento (por loteamento ou por verticalização) ou, como vem ocorrendo mais recentemente, por sua crescente inclusão nos circuitos de circulação do capital financeiro. A produção do espaço passa a ser um elemento estratégico para a acumulação do capital. (BOTELHO, 2007, p. 16)

No Brasil, na década de 1950, como em outros países do mundo, as áreas rurais eram percebidas como sendo atrasadas e, portanto, desvalorizadas, tanto pelo capital como pelo Estado, sendo suas políticas e os esforços sempre direcionados para atender as áreas urbanas onde havia concentrações populacionais maiores. Porém, com a crescente demanda de novos espaços de exploração no território, bem como aumento de demanda de alimentos, as referidas áreas rurais também tiveram seus espaços mais valorizados, em especial a partir dos anos 1970 com a modernização industrial, com políticas de valorização e investimentos para aumento de produção. Mas foi principalmente a partir da década de 1990 que houve uma grande ascensão do olhar tanto do Estado quanto da própria sociedade para as áreas rurais, em especial para o desenvolvimento da agricultura familiar.

Na década de 1990 a agricultura familiar ganhou destaque, com mudanças efetivas em suas políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural. Os agricultores familiares que

antes ficavam às margens dos benefícios públicos, tiveram sua relevância reconhecida através da institucionalização de programas específicos como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que no ano de 1996 passou a integrar o Orçamento Geral da União, tendo assim início da legitimação de sua inserção no contexto da agricultura nacional.

Para definir a agricultura familiar faz-se necessário elencar as principais características que a distinguem, estabelecidas na Lei nº 11.326/06 que também regulamentou o PRONAF, que são: a utilização de mão de obra familiar, pequenas áreas de terra sob sua propriedade (até 4 módulos fiscais), renda predominante oriunda da propriedade, e o proprietário e sua família são os dirigentes da propriedade. Assim sendo, a referida Lei trouxe além dessa caracterização, avanços no acesso a crédito para produção, ainda que em menor volume que o agronegócio em geral, mas expressivamente superiores. Se comparados com os anos 1960 e 1970, os agricultores familiares não tinham seu valor reconhecido e seu acesso ao mercado era muito restrito, cultivando produtos para consumo próprio e algum excedente comercializado. Este cenário de limitado acesso ao mercado e baixa produtividade acabava por gerar baixa renda nas pequenas propriedades e colaborando para o êxodo rural.

A mudança gerada com a modernização industrial dos anos 1970, e que vem se intensificando desde então, também alcançou o agronegócio e por consequência a agricultura familiar gerando novas técnicas de produção, mecanização agrícola diminuindo a dependência de mão de obra manual, abriram-se novos mercados, o que aumentou a demanda, influenciado em grande parte, pela globalização. Da mesma forma como estes fatores têm mudado o cenário das propriedades rurais de agricultura familiar, também mudaram os enfoques dos estudos conduzidos para este setor.

De acordo com Abramovay (2003), foi a partir de 1990 que os teóricos deram mais valor as discussões sobre a agricultura familiar e novas pesquisas e abordagens foram estudadas. O autor, por exemplo, fala da abordagem territorial que exige uma análise das instituições em torno das quais se organiza a interação social. São diversos os fatores que influenciam o nível de renda no campo, como destaca Ricardo Abramovay:

A insuficiência de renda agropecuária seria uma forma simplista de esclarecer a pobreza ou a não sustentabilidade da agricultura familiar especialmente devido a sua limitação de espaço (área), sendo que a renda rural também é composta por “transferências públicas, envios de recursos de membros exteriores, processos migratórios, finanças informais, etc”. (ABRAMOVAY, 2003, p.52).

O paradigma do tamanho de área como sendo um fator determinante para a produção

autossuficiente no campo sempre foi um desafio a ser superado. Em outras palavras, em pequenas áreas, como é o caso das propriedades inseridas no contexto de agricultura familiar, se torna ainda mais exigente a busca de alternativas para sua manutenção. Nesta linha de raciocínio, reporta-se Amartya Sen que insere a abordagem das capacitações como forma de gerar e promover o desenvolvimento humano no território. Esta abordagem trata das capacidades dos indivíduos de criar estratégias de sobrevivência, mesmo em meio a realidades e situações de vulnerabilidade, desde que estabeleçam um portfólio diversificado de atividades que, inserido em contextos organizacionais, econômicos, produtivos, sociais e ambientais adequados, permitirão as pessoas a levarem a vida que almejam. Em resumo, a abordagem das capacitações que Sen levanta visa a compreender até que ponto as pessoas estão aptas e livres para tomar decisões e buscar uma melhor qualidade de vida para si e sua família (FREITAS, 2015).

Considerando que a agricultura é um investimento de risco devido à alta dependência climática e pouca condição de controle para o agronegócio (empreendimentos rurais de grande porte), quanto mais para famílias de produtores agrícolas no contexto da monocultura do tabaco. Uma das alternativas exploradas é a instituição da diversificação como forma de gerar desenvolvimento e renda. Diversos autores discorrem sobre o desenvolvimento na agricultura familiar auxiliando na compreensão de seu significado. Um dos autores brasileiros que mais tem se aprofundado sobre este tema é José Eli da Veiga (2006), abordando o desenvolvimento a partir das teorias de crescimento econômico e distribuição de riqueza. O autor defende ser possível construir uma definição com base na convergência das ideias de Ignacy Sachs (2000), Amartya Sen (2000) e Celso Furtado (2000) que inferem que o desenvolvimento é uma condição de bem-estar humana, que visa garantir a liberdade de tomada de decisão do indivíduo, e que junto com o respeito ao meio ambiente promove o crescimento econômico, o que resulta na “melhoria das condições sociais de vida da população” (VEIGA, 2006, p. 82).

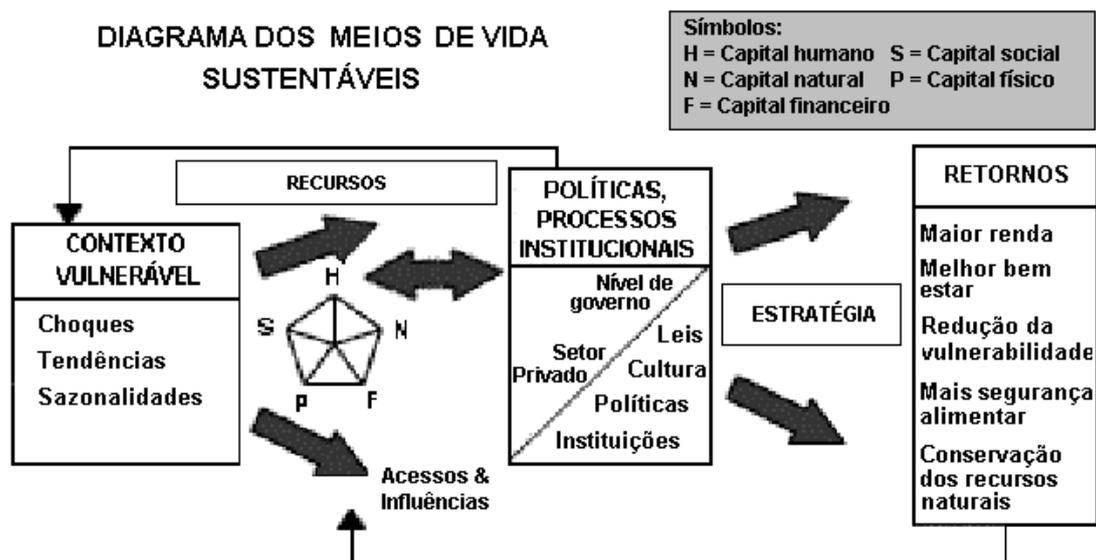
A partir desta ideia, que o desenvolvimento visa a oferecer uma melhor condição de bem-estar, liberdade, respeito ao meio ambiente e ainda geração de riqueza e de renda para os habitantes de uma região, pode-se relacionar o importante papel da diversificação no processo de desenvolvimento da agricultura familiar.

2.1 Diversificação dos meios de vida

Para Frank Ellis (2000) a diversificação é um processo social e econômico que visa a criação de diversas e de diferentes fontes de renda em um determinado período. Ellis procurou utilizar a abordagem dos meios de vida para explicar a utilidade e a função da diversidade. Seu trabalho direciona o olhar para a capacidade das pessoas em diversificarem os seus meios de vida. Uma capacidade que possibilita a criação da diversidade em processos sociais e econômicos, oportunizando as famílias condições e ambiente para que diversifiquem suas rendas e a economia local.

Assim, não demorou muito para que o tema da diversificação fosse agregado ao debate sobre meios de vida, confluindo para a temática da “diversificação dos meios de vida” que Frank Ellis define como um processo de construção de oportunidades pela família rural para sobreviver e obter uma melhor qualidade de vida. A diversificação dos meios de vida em Frank Ellis (2000, p. 10) é utilizada de forma ampla e compreende os “ativos (natural, físico, humano e capital social), as atividades, e acesso a essas (mediado pelas instituições e relações sociais) que juntos determinam a renda gerada pelo indivíduo ou pela família”.

Figura 3 - Diagrama dos meios de vida sustentáveis



Fonte: Perondi; Schneider (2012) apud Carney (1998, p. 5)

O diagrama acima (Figura 3) demonstra as principais variáveis que afetam os meios de vida e as relações entre essas variáveis, e, os choques, as tendências e as sazonalidades e

como estas afetam diretamente o resultado dos meios de vida. Isto porque vai depender da ação de cada família e/ou indivíduo conseguir tomar uma decisão/iniciativa, propositiva ou reativa, para sair da situação de vulnerabilidade na qual se encontra. Partindo do ponto de vista de Ellis, pode-se dizer que a diversificação está relacionada quase que diretamente com o indivíduo (e seu núcleo familiar), o qual se especializa na diversidade dos meios de vida, passando a exercer novas e múltiplas tarefas, desenvolvendo novas habilidades, podendo assim participar de múltiplos mercados e gerar fontes alternativas de renda (ELLIS, 2001).

Segundo Ellis (2000) a diversificação é uma capacidade que cria a diversidade que oportuniza as famílias a sobrevivência e a qualidade de vida. Esta abordagem apresenta a “diversificação dos meios de vida com um processo pelo qual as famílias rurais constroem um portfólio diversificado de atividades e de recursos de apoio social para conseguirem sobreviver e para melhorarem o seu padrão de vida” (ELLIS, 1998, p. 4). Em outras palavras, Ellis reafirma a importância da diversificação não somente como uma forma de melhoria de renda, mas por permitir a aquisição e o desenvolvimento de novas habilidades por parte do indivíduo e sua família.

Apesar da relevância com que o autor trata a diversificação e o destaca como indutor de melhoria de qualidade de vida para os agricultores familiares, situações diferentes levam aos atores optarem pela diversificação, e, conseqüentemente, também gerarem resultados diferentes. Ellis (2001) destaca que a sazonalidade, mercado de trabalho, falhas de crédito no mercado, estratégia de risco, estratégia de ativos, comportamento e adaptação são fatores determinantes para a diversificação produtiva, constituem forças e processos que conduzem a diversificações distintas, mas que em determinado momento se sobrepõem. Fatores estes que justificam a presente pesquisa visando trazer respostas que esclareçam as condições que determinaram a tomada de decisão pela diversificação dos agricultores que assim o fizeram.

No entanto, além do tema diversificação, torna-se necessário compreender o que é a diversificação dos meios de vida. Segundo Ellis, os meios de vida vão se transformando no decorrer do tempo, extrapolam a esfera econômica, direcionando a atenção para a maneira pela qual a vida é de fato vivida. A abordagem de Ellis visa a auxiliar na compreensão da diversidade dos meios de vida e como os indivíduos reagem diante das adversas situações de seu contexto de vida. Diversos autores, como Schneider (2010) que estudam a abordagem dos meios de vida, ressaltam a importância de fortalecer a diversificação de opções e de estratégias de trabalho e renda visando diminuir a vulnerabilidade dos produtores familiares frente aos riscos e situações inesperadas que a agricultura impõe, em especial, a agricultura

familiar.

Desta forma, o indivíduo quanto mais dependente for de um único produto ou fonte de renda, mais suscetível ele estará a endividamento e/ou falência econômica em caso de frustração de safra ou mudanças no cenário de comercialização de seu produto/safra. Segundo Schneider (2010, p. 95) “aqueles indivíduos que estiverem em situação de dependência em relação a um repertório restrito de fontes de renda e de tipos de atividades são mais vulneráveis”.

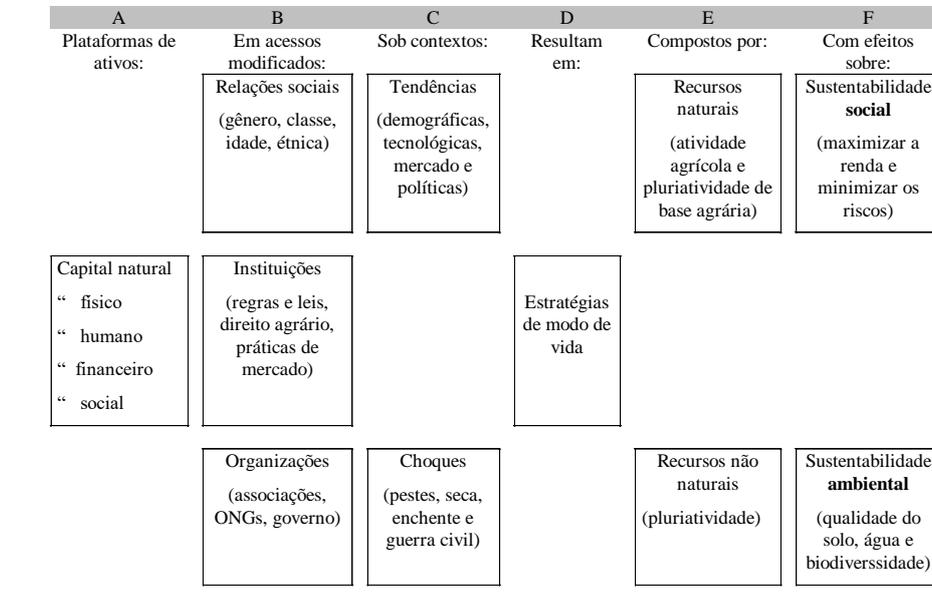
Neste mesmo contexto tem-se debatido sobre a pluriatividade como forma de organização e geração de renda do trabalho familiar. Por esta perspectiva, os integrantes de uma família “passam a se dedicar ao exercício de um conjunto variado de atividades econômicas e produtivas, não necessariamente ligadas a agricultura e ao cultivo da terra, e cada vez menos executadas dentro da unidade de produção” (SCHNEIDER, 2003, p. 100-101) e desta forma aumentando a renda e diminuindo a vulnerabilidade econômica.

Outro autor que discorre sobre a diversificação é Ploeg (2008), que apresenta quatro mecanismos de gestão e de conversão de recursos pelos quais a unidade familiar pode optar no processo de diversificação. O primeiro é ampliar o portfólio de produtos e os resultados, o que implica em instituir sistemas de produção diversificados. O segundo é organizar as atividades da propriedade de maneira a diminuir os custos monetários, dando preferência para os insumos localmente disponíveis. No caso específico de produtores vinculados a cadeia do tabaco, não mais adquirir os insumos da própria indústria para o qual fornece o tabaco. Em uma terceira opção, reorganizar a propriedade de forma técnico-produtiva, inserindo práticas agroecológicas ou orgânicas por exemplo. Em um quarto nível as unidades familiares podem recorrer à pluriatividade, adotando uma combinação de diferentes tipos de fontes de renda e ocupação. Segundo Ploeg (2008), através destes quatro mecanismos as unidades familiares tornam-se mais estruturadas e mais autônomas no processo de tomada de decisão em relação a diversificação de suas propriedades.

Essa mesma condição de maior liberdade de escolha dos indivíduos já havia sido observada por Amartya Sen (2000) e foi enfatizado por Schneider (2010). Sen diz que o desenvolvimento humano só pode ser alcançado quando os indivíduos de uma sociedade possuem a liberdade de escolha e dispõem de capacidade e de meios para realizar tais escolhas. Sen (2000) também realça a importância da capacidade e das habilidades, a qual varia de acordo com o grau de acesso aos ativos a que os indivíduos dispõem para realizar essas escolhas e alcançar qualidade de vida e bem-estar. Assim sendo, o foco do

desenvolvimento deixa de ser os recursos e os atributos disponíveis e passa a ser nas pessoas e nos meios de vida que estas possuem (SCHNEIDER, 2010).

Figura 4 - Diagrama de Análise dos Meios de Vida



Fonte: Ellis (2000, p. 30).

Como se pode perceber, o termo meios de vida sustentáveis coloca o foco nas pessoas e na sua capacidade – seus ativos (Figura 4), como forma de desenvolver alternativas para diminuir sua vulnerabilidade social. Desde a década de 1990, quando Chambers e Conway fizeram modificações na abordagem, vem-se ampliando a ideia de desenvolvimento, incluindo uma visão de desenvolvimento humano, deixando à margem a questão dos recursos e focando nas condições e nos pensamentos que tais pessoas estavam vivendo, direcionando o foco para cada indivíduo, respeitando a sua heterogeneidade. Com a abordagem dos meios de vida acredita-se na possibilidade de reconhecer qual é a realidade que essas pessoas estão vivendo, bem como analisar as reações delas as mais diversas situações da vida.

Dentre as possibilidades de famílias de agricultores familiares encontrarem alternativas para viver de forma mais autônoma e menos dependente de sistemas produtivos instituídos, está justamente a diversificação dos seus meios de vida. Segundo Ellis (2000), as razões pelas quais indivíduos e famílias diversificam passa por duas considerações principais que são a necessidade ou escolha. Entende-se que a possibilidade e liberdade de escolher melhorar suas condições de vida deve ser uma condição basilar para todos. No entanto, essa capacidade, esta determinação da tomada de decisão está relacionada com a disponibilidade e o acesso dos

ativos, quais sejam: natural, físico, humano, financeiro e o social. Ou seja, conforme a atuação de instituições, de organizações e da sociedade define-se a maneira com que esses indivíduos e famílias poderão promover seu desenvolvimento e melhorarem suas condições de vida.

Em um trabalho de pesquisa conduzido com 197 agricultores familiares da região de Santa Cruz do Sul, Silveira (2014) apresentou em sua dissertação de mestrado que mais 52,3% destes produzem somente tabaco. A pesquisa mostra ainda que em 75,6 % dos entrevistados a renda da propriedade depende 100% do tabaco. Este alto grau de dependência diminui as alternativas, e, portanto, limita a autonomia dos agricultores familiares, tornando-os mais vulneráveis as interferências externas na condução de sua vida e propriedade. Esta condição já estudada por diversos autores como Perondi (2008), Schneider (2010), Nierdele e Grisa (2008), Ellis (2000), entre outros, demonstra a relação prejudicial que elevados índices de especialização de monocultura e produção em larga escala causam, comparados a aumento de renda e melhor qualidade de vida gerados pela diversificação produtiva.

Há estudos que indicam uma tendência de especialização da produção na agricultura familiar brasileira atribuída ao processo de modernização de agricultura no modelo de produção industrial e que fomenta a adoção de monoculturas em larga escala (GUANZIROLI; BUAINAIN; DI SABBATO, 2012). Em síntese, pode-se entender que quanto mais especializado, menos diversificado, o que por sua vez aumenta a dependência de uma cadeia produtiva, limitando a liberdade dos agricultores familiares em conduzirem sua propriedade e seus negócios.

Desta forma, os resultados da referida pesquisa conduzida por Silveira (2014) mostraram-se ainda mais relevantes, pois os agricultores considerados muito diversificados (2,1%) e diversificados (18,14 %) além de diminuírem suas despesas com a produção de subsistência, também desenvolveram novos conhecimentos e práticas de produção, tornando-se mais autônomos em relação à cadeia produtiva do tabaco (SILVEIRA, 2014). Em outras palavras, a diversificação tende a gerar maior autonomia, e, por consequência, a melhoria da qualidade de vida destes produtores. Apesar da diversificação não se tratar especificamente de substituição de cultivares na propriedade ou fontes alternativas de renda, apresenta resultados importantes relacionados com a diversificação produtiva e de renda, pois amplia o portfólio de atividades diminuindo a dependência e o risco da monocultura ou fonte única de renda das famílias de produtores.

A diversificação produtiva é a capacidade de criar diversidade na produção, atributo que se manifesta em diferentes atividades produtivas e sistemas de produção. Portanto, a diversificação não é a substituição de cultivos e/ou a conversão

produtiva. [...] Assim, a diversificação produtiva difere-se da diversificação de renda, de atividades e dos meios de vida. A diversificação de renda é um resultado da diversificação produtiva, pois ampliando o portfólio de atividades produtivas, reduz-se o risco e amplia-se a renda. A diversificação de atividades pode ser exemplificada pela interação entre atividades agrícolas e não-agrícolas, levando a diversificação das atividades econômicas rurais. A diversificação dos meios de vida é uma abordagem específica desenvolvida por Frank Ellis compreendida como uma estratégia de desenvolvimento rural voltada para a redução da pobreza (DEPONTI, 2010, p. 136-137).

Para Ellis (2000) os fatores determinantes da diversificação dos meios de vida podem estar relacionados a aspectos climáticos, socioeconômicos, dos efeitos do mercado de trabalho, do acesso ao crédito e de outros ativos (físico, natural, humano, financeiro e social). Fato é que o processo de diversificação possibilita novas estratégias para a família se desviar e/ou superar as situações adversas.

Ellis (2001, p.17) destaca alguns elementos que se pode esperar do processo de diversificação: (a) reduzir o risco de insuficiência de renda em geral, diluindo o impacto de falha de qualquer fonte de renda única, (b) reduzir a variabilidade de renda intra-ano, diluindo o efeito da sazonalidade em fluxos de renda baseados na propriedade; e (c) reduzir a variabilidade de renda inter-ano resultante da instabilidade na produção e nos mercados agrícolas. Salienta-se ainda que o processo de diversificação produtiva pode:

- a) Aumentar o portfólio de atividades e produtos ofertados – amplia a inserção nos mercados (alternativa à sazonalidade e estagnação da renda agrícola);
- b) Diminuir a dependência das flutuações setoriais de preços;
- c) Gerar inovações e mudanças técnicas dentro da propriedade que poupam recursos;
- d) Implicar em novas formas de manejo e uso de plantas, animais e do espaço;
- e) Aumentar o número de atividades realizadas e as fontes de renda na unidade produtiva – propriedades mais diversificadas são mais pluriativas;
- f) Gerar novas formas de cooperação e de interação local que repercutem sobre ganhos de escala e redução de custos de transação;
- g) Ampliar a interação com os consumidores/clientes tornando as propriedades diversificadas mais maleáveis e flexíveis às mudanças;
- h) Unidades diversificadas tem maior interação com a comunidade local – capital social – o que pode favorecer economias de proximidade;

De acordo com Perondi e Schneider (2012) a diversificação produtiva consiste em privilegiar o fortalecimento dos meios e modos que os indivíduos dispõem para lidar com os desafios e adversidades de seu contexto de vida, tirando o foco das ações sobre variáveis como a disponibilidade de recursos ou sua capacidade de exploração e uso pelos

beneficiários. Para tal devem ser criados mecanismos de diversificação bem como estratégias de trabalho e renda, que possibilitem aos indivíduos lidar com as crises e vulnerabilidades a que estão expostos, especialmente na agricultura familiar.

Lutdke (2016), em sua dissertação de mestrado sobre os desafios da diversificação em áreas cultivadas de tabaco no município de Santa Cruz do Sul, buscou entender as características e alternativas para o desenvolvimento das famílias camponesas produtoras de tabaco. A autora infere que a diversificação produtiva pode surgir do resultado da “autoconfrontação” das famílias de produtores familiares com a modernização da agricultura em geral, em especial na monocultura do tabaco onde os próprios atores sociais envolvidos detêm a capacidade de agência para realizar as mudanças e diversificar suas propriedades. Em outras palavras, considerou que os indivíduos ao se confrontarem com os efeitos da modernização da agricultura, neste caso a cultura do tabaco, considerando os riscos sistêmicos (ambientais, sociais, econômicos), buscam alternativas distintas para ampliação de fontes alternativas de renda e redução da dependência externa.

A autora supra referida, adotando a abordagem de Ulrich Beck³, que enfatiza que os riscos tornam-se a causa e o meio de mudança social, apresenta ainda que os resultados negativos gerados pela modernização da agricultura e da produção de tabaco no âmbito da agricultura familiar podem auxiliar na compreensão das motivações que levaram as famílias a diversificar o cultivo do tabaco. Ao reconhecer o alto grau de risco gerado pela monocultura do tabaco e o SIPT – Sistema Integrado de Produção de Tabaco – evidencia-se a necessidade de busca por alternativas baseadas na diversificação, para a sustentabilidade e o desenvolvimento das pequenas propriedades familiares.

No sentido de compreender como o processo de diversificação possibilita famílias fumicultoras expandirem suas alternativas e condições de tomada de decisão para ampliação dos meios de vida, é que Freitas (2015) realizou uma pesquisa visando entender como a expansão dos conjuntos capacitórios destas famílias produtoras de tabaco, seus meios e suas percepções de vida, puderam gerar novas estratégias de sobrevivência, bem como superação do seu contexto de vulnerabilidade social qual estão inseridos.

A autora comprovou que as famílias mais diversificadas, ou seja, com menor grau de dependência da Cadeia Produtiva do Tabaco, apresentaram melhores condições de vida do que as famílias especializadas na monocultura do tabaco. Dentre os inúmeros diferenciais

apresentados nos resultados pela autora, para demonstrar esta condição de melhoria de vida das famílias, citou-se duas em específico:

a) O capital natural – o uso do espaço de terra disponível, pois enquanto os produtores mais especializados utilizaram sua área de terra cultivada predominantemente com tabaco, as mais diversificadas tinham um uso mais racional e “proporcional” da terra o que permitia cultivar outros produtos agrícolas ou terem atividades ligadas à agroindústria, por exemplo, diminuindo sua vulnerabilidade financeira fruto da dependência da monocultura.

b) O capital financeiro - no caso das famílias especializadas, o SIPT que estabelece contratos e obrigações entre o produtor-empresa, e condiciona a compra final da produção de tabaco à aquisição de insumos (sementes, adubos, químicos, etc), revelou ser um vínculo obrigatório entre as famílias e empresas fumageiras, pois condiciona toda a produção da propriedade ao contrato firmado, sendo mais elevado do que em propriedades diversificadas.

Zotti (2010) tratou o cultivo e a comercialização do tabaco com uma “faca de dois gumes”. Por um lado, sendo economicamente importante para o País e os Estados, em especial no sul, principal região produtora e exportadora, criando divisas e gerando receita, por outro, traz consigo diversos problemas ambientais e de saúde, tanto para quem planta, quanto para quem consome. Em sua pesquisa, a autora verificou que famílias sentem prazer e satisfação em cultivar o tabaco, atribuindo importantes conquistas que obtiveram, tanto financeiras quanto melhoria nas condições de vida, por outro lado alegando não encontrarem alternativas para se manterem no campo, e, portanto, sentindo-se obrigados a cultivá-lo.

Desta forma, a abordagem da diversificação dos meios de vida pode significar um instrumento para entender o grau de vulnerabilidade ou mesmo de exposição a riscos de agricultores ou de famílias rurais. Pode-se considerar que aqueles agricultores que permanecerem em uma situação de dependência em relação a um repertório limitado de fontes de renda e tipos de atividades estão mais fragilizados devido sua dependência, e, portanto, estão em situação de pouco desenvolvimento. Podemos destacar ainda que tanto a insuficiência de autonomia como o perigo que sofrem por estar expostos a fatores imprevisíveis (ambiente, doenças, comércio, valores etc.) constituem-se em ameaças à realização de sua liberdade de opção e conservação do domínio sobre os meios que lhes permitem exercer esta condição.

Diante do exposto, podemos salientar que a abordagem dos meios de vida sustentáveis

³ Ulrich Beck – Sociólogo alemão autor de diversos livros entre eles “Risikogesellschaft / A sociedade de risco” (1986). Desenvolveu a teoria da sociedade de risco que estabelece uma relação incapaz de ser controlada entre o

proposta por Ellis também parte de uma análise multidimensional, pois observa a propriedade rural a partir de diferentes dimensões e meios inter-relacionados (natural, social, econômico, cultural). Esta abordagem pode dialogar com as abordagens que discutem a tomada de decisão, pois a diversificação dos meios de vida passa por um processo de decisão no interior da família envolvendo todos os seus atores e a suas “liberdades” as quais estão condicionadas.

Assim, na próxima seção será discutido o processo de tomada de decisão pela diversificação dos meios de vida pela agricultura familiar.

2.2 O processo de tomada de decisão

Dentre a condição humana essencial para garantir uma melhor qualidade de vida dos atores é fundamental que os mesmos tenham a liberdade e a oportunidade de tomada de decisão com relação a como deseja levar sua própria vida. No caso dos agricultores familiares, a diversificação produtiva, como já explorado anteriormente, permite uma maior capacidade para funcionar (SEN, 2000) no meio rural, ampliando as possibilidades econômicas sociais e ambientais e, desta forma, gerando condições para que estes possam realizar as escolhas de mudanças que entenderem ser mais adequadas para levarem a vida que desejam no espaço onde vivem. Considerando que a diversificação das famílias de agricultores, objeto desta pesquisa, diminui a dependência e vulnerabilidade econômica e social, tanto mais no contexto da cadeia produtiva do tabaco. Como aponta Schneider (2010b), quanto mais diversificada for a unidade produtiva, maiores serão as possibilidades de escolha e mais amplas as estratégias que poderão ser estabelecidas para o combate da vulnerabilidade.

Por outro lado, a possibilidade de diversificação que “implica na construção de um portfólio que permita exercer o direito de escolha/opção” (FREITAS; RAMBO; SARTORELLI, 2015, p. 7), também não pode ser considerado como fator único e determinante para que os atores do território, neste caso os agricultores familiares, optem ou não por permanecer dependentes e especializados na produção de tabaco, ou ainda reduzam sua produção de tabaco e decidam migrar para outro cultivo visando diminuir os riscos aos quais estão expostos. Além dos riscos ambientais/climáticos, os produtores também podem sofrer com as alterações nos planos sociais, políticos e econômicos, variando suas opções em função da disponibilidade de recursos a que tiverem acesso e da capacidade de utilizarem estes recursos (FREITAS; RAMBO SARTORELLI, 2015).

São diversos os fatores que levam o ser humano a fazer escolhas e a teoria da decisão parte do entendimento que a decisão é um processo no qual o ser humano busca alternativas para superar seus desafios e problemas através do planejamento, desenvolvendo e executando ações, sejam elas conscientes ou inconscientes, e que refletem seus hábitos, valores e comportamentos. A nova caracterização do meio rural, devido principalmente as demandas influenciadas pela globalização, tem seu sucesso condicionado à estruturação de ações e estratégias concretas por parte de seus atores. As peculiaridades da agricultura, especialmente as pequenas propriedades familiares, dependem do modo como os agricultores familiares agem e reagem a estas novas demandas e transformações.

Segundo Dalcin (2013), é o processo de tomada de decisão dos agricultores que determina as estratégias de ação, que podem englobar desde quais atividades devem ser desenvolvidas na propriedade, quem deverá desenvolvê-las, quando, como e para quem, bem como serão utilizadas as informações disponíveis da propriedade e do mercado no qual estão inseridos. Para o autor, um fator importante que influencia a tomada de decisão é o comportamento empreendedor dos agricultores familiares, sem desconsiderar, no entanto, o grau de complexidade de uma decisão que depende de diversos elementos disponíveis como riscos, consequências e outros fatores externos ao processo decisório.

Na agricultura, as decisões cotidianas como preparação do solo, plantio, aplicação de insumos, colheita e interação com o mercado podem ser consideradas decisões mais ou menos complexas, dependendo da representatividade econômica dessa produção para a família. Para Dalcin (2013), a tradição, o aprendizado, a infraestrutura, fatores psicológicos, sociais e econômicos são componentes importantes na tomada de decisão dos agricultores familiares.

Diante da realidade cada vez mais latente de necessidade de adequação e mudança, os agricultores criam seus próprios modelos de decisão (SILVA NETO; LIMA; BASSO, 2003). Estes autores salientam que os agricultores sofrem diversas influências, inclusive de técnicos que prestam os serviços de apoio na propriedade, e que estão condicionados a pensar a partir de resultados físicos, racionais e econômicos instituídos pelas empresas as quais representam. Deve-se levar em consideração, no entanto, que são os agricultores e seus familiares que vivem o dia-a-dia de suas propriedades fazendo-os decidir com outras prioridades em mente e sob outra ótica, implementado as ações a partir destas decisões, buscando concretizar seus projetos, condicionados por suas limitações e potencialidades.

Este modelo de tomada de decisão racional mais estruturado, que pressupõe regras e procedimentos estabelecidos para desta forma alcançar os resultados propostos, difere muitas

vezes da condição dos agricultores em adotá-lo, pois exige uma estrutura organizacional mais burocrática e regras formais não aplicáveis a pequenas propriedades. Trata-se de atingir objetivos por meio de solução de problemas e comportamentos regulados por normas e rotinas racionais. Este modelo foi inicialmente desenvolvido por March e Simon (1975), ajustado por Cyert e March (1992) e novamente ajustado por March (1994). As questões-chave do modelo racional são: qual é o problema? Quais são as alternativas? Quais são os custos e as vantagens de cada alternativa? E o que deve ser observado como padrão para tomar decisões em situações similares? Stoner e Freeman (1992) explicam que o processo decisório não é finalizado com a escolha da decisão, mas após a escolha da melhor alternativa seus resultados devem ser acompanhados.

De acordo com Robbins (2000, p. 114):

[...] quando enfrentam problemas simples, com poucas alternativas de ação ou quando o custo de procurar e avaliar alternativas são pequenos, o modelo racional oferece uma descrição bastante precisa do processo decisório. Por ser um modelo sistematizado e com etapas definidas de fácil aplicação e entendimento pelo decisor, pode ser aplicado em distintas situações. Existem, porém, muitos aspectos que influenciam a tomada de decisão racional e alguns não são racionais. Por isso não se pode afirmar que o processo de tomada de decisão seja puramente racional.

Teodósio, Silva e Rodrigues (2007, p.2) afirmam que o processo decisório racional está estruturado da seguinte forma:

a) Detecção do problema: através dos indicadores e sistemas de acompanhamento das organizações, os gestores tomam conhecimento do que não está funcionando como planejado, comprometendo o atingimento de metas e objetivos propostos.

b) Início do fluxo do processo decisório:

- Coleta de informações: fase de diagnóstico e levantamento de maior quantidade de informações possíveis;

- Análise de informações: organização dos dados, análise criteriosa das informações, atribuindo valor e relevância as variáveis encontradas, para depois utilizar na solução do problema;

- Identificação de alternativas: realização de julgamento das alternativas disponíveis (identificadas) e eleger os critérios/quesitos com seus devidos pesos e graus de importância para a organização;

c) Opção pela melhor alternativa: estabelecer um mecanismo pré-definido para assegurar a legitimidade da escolha; e

d) Consecução dos objetivos organizacionais: mediante a implantação da alternativa

selecionada como a melhor opção, espera-se que a mesma promova os resultados no tempo previsto que a organização deseja.

No processo decisório para se fazer uma escolha racional, o indivíduo teria que “identificar todas as alternativas existentes e ainda poder prever suas consequências avaliando-as de acordo com os objetivos e preferências” (CHOO, 2003, p. 265). Assim sendo, pode-se observar um certo consenso na literatura analisada de que tomar uma decisão totalmente racional é uma tarefa praticamente impossível, pois o decisor não dispõe de conhecimento sobre todas as variáveis que influenciam o processo; isso porque, no momento em que se coleta as informações já se pressupõe a análise preliminar das alternativas e suas prováveis consequências.

Nesse contexto, é que Robbins (2000, p. 114) define ‘racionalidade limitada’ como a “construção de exemplos simplificados que atraem os aspectos essenciais dos problemas, sem capturar toda a sua complexidade”, pois o indivíduo não tem condições cognitivas para se apropriar de todas as informações disponíveis e necessárias ao processo de tomada de decisão, mas julga o que é importante mediante o que foi assimilado. O que por sua vez pode minimizar o problema ou dar enfoque e supervalorizar outros aspectos mais ou menos relevantes.

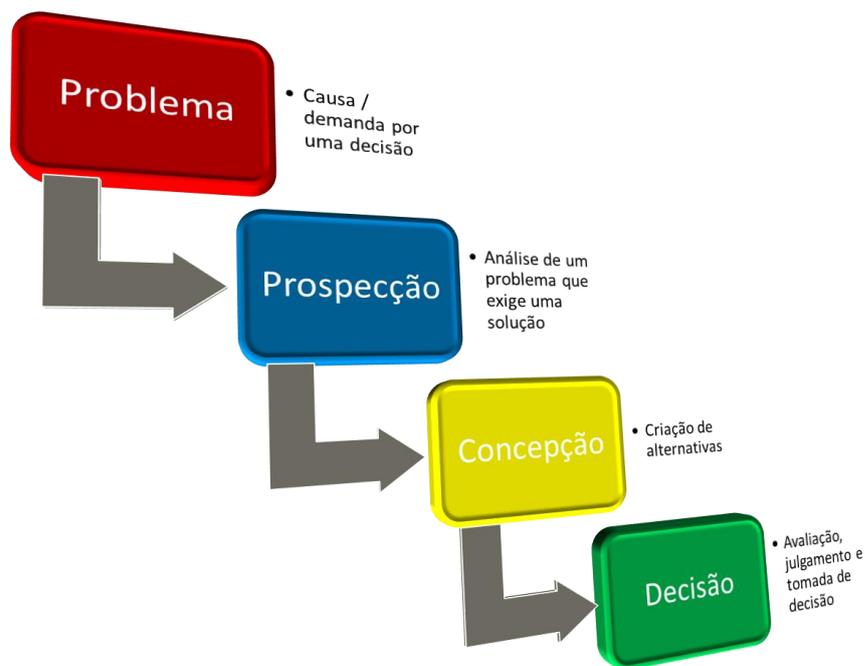
O processo de tomada de decisão sob a ótica da racionalidade limitada pode ser exemplificado na contratação de novos funcionários em uma organização. Mediante a identificação da demanda ou necessidade de um novo funcionário, os executivos responsáveis buscam adequar as exigências da vaga/cargo à qualificação dos candidatos. Após a pré-seleção de currículos ou outros mecanismos de captação de candidatos, alguns são selecionados para as entrevistas que então definem os profissionais escolhidos que melhor atendam ao perfil estabelecido e alcancem o nível de desempenho desejado [...] O processo de tomada de decisões racionais pressupõe que se levantem informações objetivamente, mas isso não acontece, levanta-se as informações seletivamente. O viés de confirmação representa um tipo específico de percepção seletiva. Busca-se informações que corroborem com nossas escolhas anteriores e despreza-se aquelas que as contestam (ROBBINS, 2000, p.116).

No exemplo da contratação de um funcionário mencionado anteriormente, o indivíduo despreza informações relevantes que contrariem a decisão tomada ignorando as mesmas ao invés de analisá-las; por outro lado, supervaloriza as informações que confirmam sua decisão. Quando há entendimento sobre o candidato escolhido, pode-se por vezes tornar menos relevante algumas informações contrárias a esta escolha. E no processo de tomada de decisão, a análise de informações que contradigam a decisão inicial, podem detectar diversos pontos de falha ou de obtenção dos resultados esperados. No entanto, estas informações que corroboram a decisão são comprometidas pelo indivíduo que tende a sentir-se confiante na

decisão primeira.

Para Simon (1971), as decisões são direcionadas pela ação do momento, com base na identificação das necessidades do ator, orientando seu comportamento rumo à alternativa escolhida e arcando com o resultado da decisão tomada que pode ser de acordo com o desejado ou não. Veja o gráfico abaixo, que apresenta o processo decisório descrito por Simon, com base na racionalidade limitada.

Figura 05 - Processo Decisório – Herbert Simon



Fonte: Simon (1971). Adaptação e Elaboração do autor.

O ser humano passa sua vida inteira tomando decisões, algumas de ordem rotineira e simples e outras mais complexas, em função de problemas ou situações das mais diversas, com consequências importantes e, em alguns casos, sendo de difícil adaptação ou até irreversíveis. De acordo com Borges (2010, p. 19), “as decisões são tomadas em resposta a algum problema a ser resolvido, alguma necessidade a ser satisfeita ou algum objetivo a ser alcançado”. No âmbito de negócios e empresas, um gestor que necessita tomar decisões que influenciam o futuro de centenas e/ou milhares de colaboradores e suas famílias é com certeza mais desafiador do que mudar o ramo de uma microempresa que possui apenas um funcionário, devido aos riscos envolvidos serem, de certa forma, de menor abrangência.

No entanto, desvendar o comportamento humano e a tomada de decisão, bem como suas razões para fazê-lo, não é tarefa simples. Se considerar os agricultores familiares como microempresas rurais, os fatores produtivos (área, recursos, mão de obra, etc.) possuem um papel importante e de influência para tomada de decisão, mas assim também são os aspectos familiares (relacionais, hierárquicos, sucessão, etc.), pois são estes os atores que vivem e interagem no espaço produtivo da pequena propriedade. Neste contexto, surge a teoria da decisão como uma base científica para auxiliar no entendimento deste processo, avaliando os aspectos mais humanos e sociais além dos fatores econômicos e mercadológicos, apesar de suas inter-relações.

Foi Herbert Simon com sua obra escrita em 1945, *Comportamento Administrativo*, que realizou o estudo sobre comportamento decisório, considerando os limites da racionalidade dos indivíduos, suas influências e consequências no processo de tomada de decisão. A obra de Simon utilizada neste referencial teórico é a sua 3ª edição traduzida do ano de 1971. Na concepção do autor a teoria da decisão relaciona-se intimamente com preceitos administrativos de gestão empresarial como atividades práticas de decisão do que e como fazer, da definição dos processos de decisão e de ação. No entanto, extrapola as barreiras empresariais e inter-relacionando-se com o ser humano em suas situações cotidianas de escolha, comportamento, juízos de valor, fatos estes que ultrapassam os limites da racionalidade administrativa/empresarial (SIMON, 1971).

Simon (1971) descreve detalhadamente em sua obra que a tomada de decisão difere entre indivíduos. Ele apresenta o “homem econômico”, que tem seu foco no real e naquilo que está exposto de forma simples e prática, e, o “homem administrativo” que vê o real, porém dirige suas escolhas de acordo com suas motivações e convicções.

Esta condição do processo de tomada de decisão ser direcionado por indivíduos que não são totalmente racionais, influenciados por aspectos sociais e relacionais, e nem sempre alcançam a alternativa considerada ótima, mas satisfatória atendendo a determinados critérios de decisão, torna a teoria da decisão e o modelo de racionalidade limitada por ela exposta como um arcabouço apropriado para esta pesquisa e que confronta o modelo clássico de decisão racional. De acordo com Andrade (2008), o processo de antever situações e ter alternativas para serem avaliadas direciona os atores para um processo decisório menos turbulento ou confuso, agrega maior segurança e condições para gerar os resultados esperados.

No contexto da agricultura familiar diversificada, o enfoque coincide justamente com

uma mais ampla gama de alternativas à disposição do produtor para que ele possa ter opções e, com base nestas opções, tomar decisões que melhor atendam suas expectativas. Tal situação apresenta-se de forma contrária no contexto de propriedades não diversificadas, que dependem da monocultura do tabaco caso da Microrregião Geográfica de Santa Cruz do Sul, possuindo, portanto, um leque menor de alternativas para tomar suas decisões sobre a propriedade e até certo ponto, sobre a condução dos seus projetos de vida.

A análise de cenários e de oportunidades que este processo de tomada de decisão traz, associada às experiências, motivações e preferências relacionadas à rotina dos atores bem como suas percepções e/ou avaliações das consequências de suas decisões, tende a formar uma estrutura adequada ao processo de uma decisão, ainda que por si só o decisor não possui a capacidade necessária para avaliar todas as alternativas existentes em um processo de decisão (DUTRA, 2008).

Todo o comportamento envolve, consciente ou inconscientemente, a seleção de ações particulares dentre todas as ações possíveis ao indivíduo. Segundo a teoria da escolha racional de Herbert Simon, as escolhas do indivíduo dependem de comparações das possíveis alternativas e os resultados obtidos. Considerando que o ser humano não possui o conhecimento total da situação, apenas um fragmento deste, suas escolhas e/ou tomada de decisão estão mais próximas de um padrão de resposta ao estímulo do que escolha em meio a muitas alternativas.

Mas para que se alcance um nível de bem-estar, sair de situações indesejáveis, evitar situações de risco e alcançar resultados de individual e coletivo, somente com a ativa participação dos interessados. Em outras palavras, os atores são protagonistas do processo decisório, apesar de suas limitações fundiárias, tecnológicas e de escolaridade, especificamente no caso da agricultura familiar.

Em um trabalho de pesquisa de Meyer e Gomes (2013), realizado em um assentamento no município de Rosário do Sul, situado na mesorregião sudeste e microrregião da Campanha Central do Rio Grande do Sul, buscou-se avaliar a tomada de decisão para novos negócios por parte de produtores rurais assentados. Este assentamento, promovido pela Prefeitura de Rosário do Sul numa área de terra de 400 hectares, com 60 famílias assentadas, demonstrou em seu resultado o grau de dificuldade que é gerar renda suficiente para manter a família de pequenos produtores rurais no campo. Apesar do tempo de assentamento, que iniciou no ano de 2000, o grupo de assentados mesmo após 13 anos ainda não havia conseguido organizar as atividades eficientemente de forma que pudesse promover a sustentabilidade de todos os

assentados.

Os autores referidos anteriormente identificaram algumas características que diferenciam os agricultores familiares pesquisados naquela ocasião com os denominados nesta dissertação. No entanto, foram identificadas diversas inter-relações que se assemelham por condições análogas de produção, comportamento administrativo das atividades desenvolvidas na propriedade e dos características presentes nas decisões, que são: a) a principal mão de obra é familiar; b) as atividades administrativas e executivas são realizadas pela família; c) o aspecto da informalidade das atividades; d) a estratégia principal está voltada para garantir o sustento da família e não a remuneração do capital investido.

A pesquisa de Meyer e Gomes (2013) foi conduzida através do método Multicriterial (MCDA-C), organizado por Ensslin, Montibeller e Noronha (2001). Este método considera mais de um elemento ligado ao problema estudado, estabelece os critérios e transforma cada critério em função matemática para que então as ações potenciais possam ser avaliadas para resolução de problemas e, conseqüentemente, a tomada de decisão.

Pettigrew (2001), adotando a “teoria da troca” (BLAU, 1964), apresenta o indivíduo como ator capaz de fazer escolhas e tomar decisões de acordo com interesses pessoais, apesar de nem todos fazerem-no em interesse próprio. Ressalta que o indivíduo não é “meramente governado” por seus interesses nem pela estrutura da situação em que participa ou está inserido, mas até certo ponto, pode desafiar o processo e até superar as estruturas sociais com sua habilidade para influenciar outros.

No intuito de aprofundar ainda mais o conhecimento sobre o funcionamento do processo decisório, relacionando-o com os avanços da tecnologia, foi que os escritores Leigh Buchanan e Andrew O’Connell, em uma matéria sobre tomada de decisão, publicada no ano de 2006, na Harvard Business Review, deram destaque sobre o uso da tecnologia e a tomada de decisão. Para Buchanan e O’Connell (2006) “a pedra filosofal que promoveu a fusão alquímica das ideias do comportamento organizacional e o cérebro humano com a computação eletrônica” foram justamente os estudos desencadeados por Herbert Simon entre outros.

Esta busca concentrada por resultados para aperfeiçoar o processo de tomada de decisão produziram diversos avanços na tecnologia. Os trabalhos de especialistas e pesquisadores como Marwin Minsky, no MIT, e de John Mc-Carthy, em Standford, produziram os primeiros modelos informatizados da cognição humana, vindo a ser o embrião da Inteligência Artificial, bastante adotado atualmente nos sistemas de atendimento ao público e segurança nos mais

diversos segmentos da sociedade (BUCHANAN; O'CONNELL, 2006).

Se por muito tempo, a tecnologia da informação era considerada um mero item de suporte à organização, hoje suas aplicações vão muito além de automatizar tarefas. Também auxiliam nas melhorias do processo organizacional, otimizando as atividades, aperfeiçoando a comunicação e principalmente tomando um lugar de destaque no cotidiano processo decisório das organizações em todos os segmentos da sociedade.

Contudo, os conhecimentos acerca do processo decisório e seus elementos objetivos e subjetivos, extrapolaram as teorias organizacionais chegando em outras ciências como já foi mencionado anteriormente. A busca de conhecimento sobre a razão, ação e forma como se dá o desenvolvimento do processo decisório pelo tomador da decisão continua sendo um vasto campo de estudo.

No caso desta pesquisa, a teoria da racionalidade limitada abordada por Simon (1971) serve de arcabouço teórico. É tida por muitos estudiosos como tema central a ser considerado no estudo do processo decisório. Balestrin (2002) endossa o argumento de Simon, quando registra que “as pessoas devem considerar que os tomadores de decisão possuem habilidades limitadas para avaliar todas as possíveis alternativas de uma decisão, bom como lidar com as consequências incertas da decisão tomada”. Segundo Motta e Vasconcelos (2002), no modelo da racionalidade limitada proposto por Simon, o ser humano é concebido de modo mais modesto e realista, não sendo um ser “onisciente” e totalmente racional como apresentado no modelo econômico clássico.

Pode-se destacar ainda, que são diversos os fatores influenciadores da tomada de decisão por parte do indivíduo. Os processos de percepção, cognitivos, bem como elementos emocionais entre outros, são fatores que necessitam ser considerados para uma melhor compreensão no processo de tomada de decisão humana. Esta busca por uma melhor compreensão do real comportamento humano foi a preocupação basilar nos estudos e pesquisas de Simon. Ainda que o autor tenha sido Nobel de economia, a abordagem da racionalidade limitada se destaca por abordar o indivíduo de forma mais ampla em seus comportamentos confrontando com a teoria clássica. Simon observa o seguinte: “nós temos visto que teoria clássica leva sempre as mesmas conclusões e que os princípios da racionalidade perfeita são contrários aos fatos que realmente ocorrem no processo real de tomada de decisão” (BALESTRIN, 2002, p. 5).

A tomada de decisão pode ser entendida como um processo de escolhas para produzir a resolução de problemas a partir da reunião de maior quantidade de informações possíveis,

sendo processadas pelo indivíduo tomador da decisão. São partes importantes deste processo os objetivos a serem alcançados, critérios e preferências de escolha, estratégias utilizadas, os diversos aspectos sociais e ambientais envolvidos que influenciam no resultado ou na decisão tomada. Como se verificou anteriormente, a decisão racional não pode ser integralmente aplicada pois o tomador da decisão não dispõe da totalidade das informações. Já no modelo da racionalidade limitada tem como pressuposto a limitação física do indivíduo tomador da decisão em obter e processar todas as informações necessárias para a tomada da melhor decisão para o problema. No modelo defendido por Simon, o homem atua mais como um “otimizador” dos recursos ao seu dispor, o que num futuro próximo poderá ser grandemente influenciado pela tecnologia disponível e pesquisa para as análises de informação possibilitando tomadas de decisão cada vez mais ágeis e assertivas.

No contexto dos agricultores familiares, sujeitos desta pesquisa, pode-se destacar que a tomada de decisão segundo o modelo da racionalidade limitada, também conhecido como Carnegie⁴, poderá contribuir para responder o problema de pesquisa. Os produtores familiares entrevistados superaram as deficiências de informação, a histórica relação com a cadeia produtiva do tabaco atuante na região, além dos diversos entraves mercadológicos, para expor-se a novos desafios mediante a tomada de decisão pela diversificação em suas propriedades. Em outras palavras, desbravaram através do empreendedorismo rural novas alternativas para suas vidas e negócios. Os motivos alegados para a tomada de decisão da não dependência do tabaco ou fonte única de renda da propriedade estão descritos nos capítulos seguintes.

⁴ Herbert Simon e o grupo que coordenou no *Carnegie Institute of Technology* nas décadas de 1940 e 1950 foram os responsáveis pela proposição da ideia da *bounded rationality* ou racionalidade limitada.

3 CONTEXTUALIZANDO A MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE SANTA CRUZ DO SUL E O PROCESSO DE DIVERSIFICAÇÃO

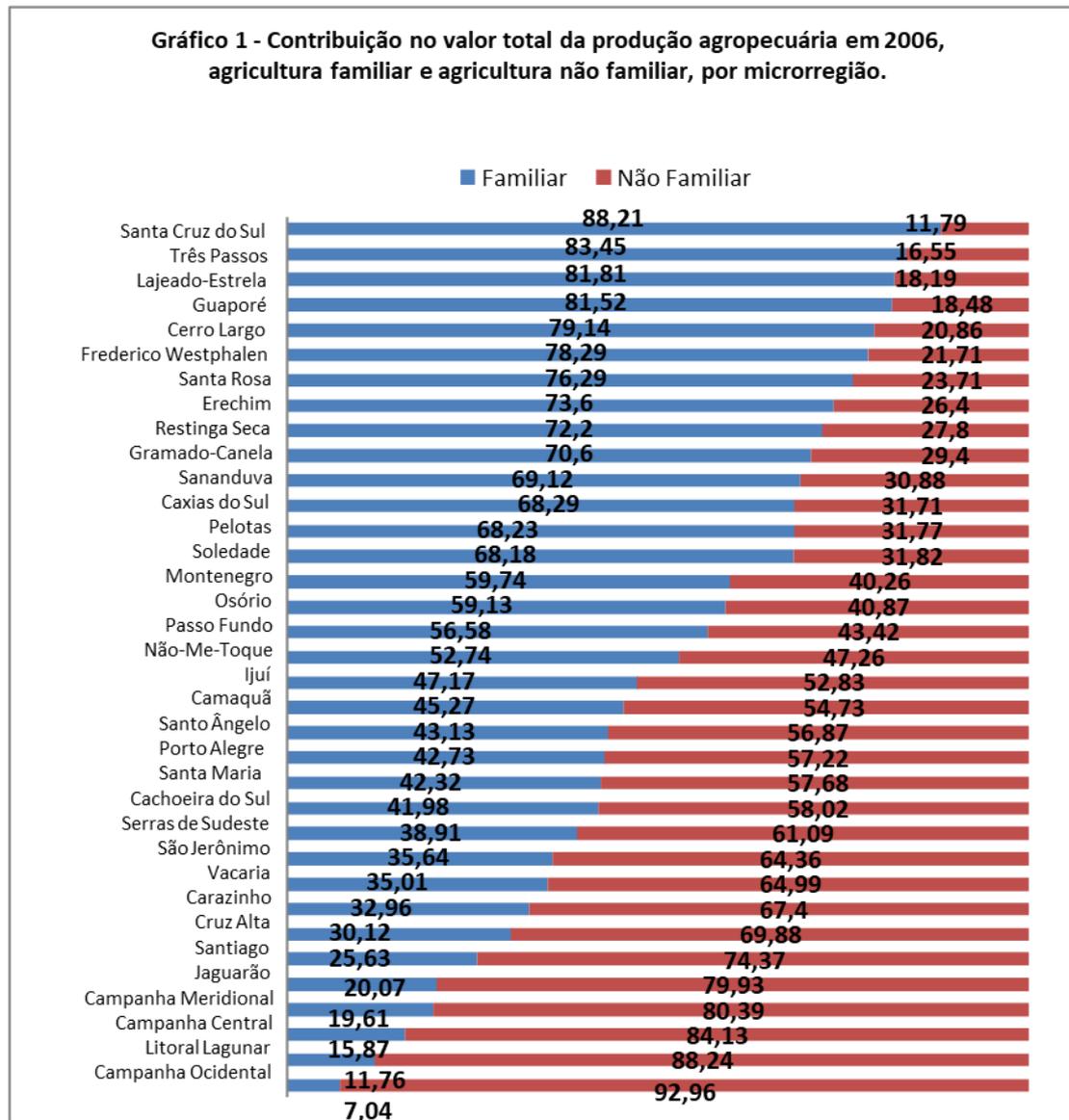
O Brasil, apesar de já ter sido considerado em diversas esferas de debate mundial, como o “Celeiro do Mundo” no que tange a capacidade produtiva de alimentos, observa-se o quão desafiador é a apropriação de conhecimento, de tecnologia e do acesso ao mercado, em especial pela agricultura familiar, mesmo sendo responsável pela maior parte da produção de alimentos consumidos no país. Um dos desafios que limita a expansão e a melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares é a concentração da propriedade da terra, característica marcante da estrutura fundiária no Brasil. Segundo Buainain (2007, p. 35):

[...] os agricultores familiares podem ser caracterizados com ilhas em meio às médias e grandes propriedades. Essa concentração da terra e do poder não ensejou um ambiente favorável para o desenvolvimento local e para a agricultura familiar. A importância desse traço não pode ser negligenciada na definição de nenhuma estratégia de apoio à agricultura familiar, já que ele é definidor do entorno e da disponibilidade de serviços essenciais para a inserção sustentável dos familiares nos mercados locais e na economia como um todo.

Na Microrregião de Santa Cruz do Sul, região foco desta pesquisa, que se encontra na região do Vale do Rio Pardo, verifica-se a importância da agricultura familiar, pois nesta região a produção das propriedades que se enquadram na agricultura familiar representam um valor de produção maior do que as propriedades não familiares (Gráfico 01). Fato este que se deve especialmente à produção de tabaco, sendo uma das regiões de maior produtividade de fumo em folha do país.

Segundo os dados do Censo Agropecuário (2006), do IBGE, pode-se destacar ainda a relação entre o tamanho das propriedades e sua contribuição para a produção da Microrregião de Santa Cruz do Sul, já que 93,82% dos estabelecimentos possuem até 50 hectares e são responsáveis por 90,35% do valor total de produção. O percentual de propriedades com mais de 50 hectares é de 3,12% e essas representam apenas 8,19% de toda a produção. O índice de produtividade chega a 2,23 mil reais por hectare.

Gráfico 1 – Contribuição no valor total da produção agropecuária em 2006, agricultura familiar e agricultura não familiar, por microrregião



Fonte: Censo Agropecuário – IBGE/2006

Apesar de sua grande relevância econômica, a produção de tabaco também apresenta alguns fatores limitantes, que se expressa no cotidiano das famílias produtoras, qual seja: a dependência da monocultura do tabaco. Esta dependência, por alguns também vista como especialização produtiva, limita a inovação e o uso de tecnologias para o cultivo de produtos alternativos, pois o que é necessário para a produção do tabaco é comprado junto à empresa na qual o produtor encontra-se integrado. Além dos insumos, a definição do que deve ser produzido e a forma de fazê-lo também é em parte condicionada a uma limitação de tomada de decisão, sendo que há poucos investimentos, por parte das empresas tabacaleiras, na gestão

da propriedade no que tange a diversificação produtiva, limitando os produtores a permanecerem como o foco nos interesses estabelecidos pela cadeia produtiva na qual estão inseridos.

Além dos fatores mencionados anteriormente na Microrregião Geográfica de Santa Cruz do Sul, a monocultura do tabaco se estabeleceu facilmente, pois a região era considerada “não apta ao cultivo de soja e trigo e nem à pecuária” e por ser formada de “pequenas propriedades de produção familiar, na medida em que nestas existe a mão de obra necessária para este cultivo” (ETGES, 1991, p.23). Desta forma, o tabaco que não necessitava de maiores adequações de infraestrutura demonstrou ser mais adequado à agricultura local, tendo sido rapidamente adotado pela maioria das propriedades agrícolas do município de Santa Cruz do Sul e região.

Atualmente o município de Santa Cruz do Sul está em 5º lugar no ranking de produção de tabaco no Brasil (AFUBRA – safra 2016/2017), e quando se discute a diversificação, inevitavelmente depara-se com o desafio da subordinação dos agricultores a indústria. Kautsky (1972) em sua obra *A Questão Agrária*, destacava que a referida subordinação da atividade rural à indústria tornava o agricultor um atendedor de demandas e não em um produtor com autonomia decisória. Por outro lado, não se pode atribuir isoladamente e sem uma pesquisa científica a afirmação de que a “culpa” pela não instituição da diversificação nas propriedades rurais familiares na Microrregião de Santa Cruz do Sul seja apenas resultado da subordinação instituída pela indústria tabacaleira na região.

Hoje o desafio é encontrar alternativas para os agricultores familiares que não unicamente o cultivo do tabaco. A diversificação dos meios de vida e os benefícios desta para as pequenas propriedades familiares é uma estratégia positiva, pois diminui os riscos sociais e da produção que são gerados pela dependência da monocultura (COELLI; FLEMING, 2004; DI FALCO; CHAVAS, 2009). A diversificação também reduz as incertezas de preço e de comercialização, os efeitos das instabilidades climáticas, das pragas e doenças que podem causar grandes variações na renda obtida com a produção (SEO, 2010). Torna-se uma estratégia especialmente relevante para agricultores familiares, pois esses tem investido praticamente todo seu capital na produção, e existe pouca margem para resistir a estas variações de renda (ELLIS, 1998), contribuindo ainda mais para a manutenção da família no campo.

Há alternativas para diversificar as propriedades e gerar novas fontes de renda, os agricultores podem aumentar a sua carteira de produtos, incluindo outras atividades que não

agropecuárias como turismo rural e artesanato, e/ou ainda beneficiando sua produção por meio da agroindústria (IPEA, 2016). Mas alcançar este estágio de diversificação quer com a produção de novas culturas ou com outras fontes alternativas mencionadas, acesso a linhas de crédito e de financiamento em conjunto com ações coordenadas por meio de políticas públicas, faz-se mister dominar os processos inerentes ao conhecimento e à adoção de controles gerenciais capazes de arcar com as demandas que a diversificação exige.

A resposta aos desafios da diversificação da produção nas propriedades da agricultura familiar pode não ser encontrada de forma simples e foram realizados estudos em diversas regiões do mundo, e mostraram uma variedade de fatores que podem promover a tomada de decisão do agricultor familiar para diversificar seu portfólio produtivo. Dentre algumas características destacadas por autores, destacam-se os seguintes fatores: características do estabelecimento, tamanho da área, tipo de cultura sendo explorada, características dos agricultores, como escolaridade, idade, experiência e conhecimento técnico, além de fatores como seguro agrícola, subsídios, assistência técnica, e acesso a mercados e a outras fontes de renda externas ao estabelecimento (POPE; PRESCOTT, 1980; BOSMA *et al.*, 2005; CULAS; MAHENDRARAJAH, 2005; MCNAMARA; WEISS, 2005; KIPRONO, 2012; DEPONTI, 2013).

Diversas⁵ são as pesquisas e projetos realizados para otimizar as propriedades da Microrregião Geográfica de Santa Cruz do Sul, a fim de torná-las autossuficientes como, por exemplo, a plantação de canola e de girassol (este inclusive para produção de biocombustível – projeto de pesquisa conduzido em parceria pela Afubra e Unisc), e o próprio tabaco para utilização na indústria farmacêutica, porém com baixo resultado ou efetividade aparente.

Retomando as discussões de Ellis (2000), a diversificação dos meios de vida é um processo de construção de oportunidades pela família rural para melhorar a qualidade de vida, destacando as capacidades e as potencialidades em vez das reais necessidades dos atores envolvidos. Desta forma, pode-se aferir que a diversificação das propriedades rurais passa por uma motivação e aproveitamento de oportunidades, bem como pela livre iniciativa e de tomada de decisão das famílias, e não por um processo estruturado de diversificação. Surge, portanto uma nova abordagem, a dos meios de vida sustentáveis. Através desta análise a diversificação deveria ser capaz de suportar crises, prover para a próxima geração, contribuir

⁵ Cooperfumos (Cooperativa Mista dos Fumicultores do Brasil) – desde 2004 atua em projetos de pesquisa e desenvolvimento de agroindústrias (cachaça, melado e processamento de frutas e hortaliças) e laboratório de plantas medicinais; Prefeitura de Santa Cruz do Sul – desde 2010 trabalha no desenvolvimento da bacia leiteira junto a produtores de tabaco.

com benefícios para seu meio de vida local e global, e, se assim se mantiver por longos períodos pode de fato trazer o desenvolvimento de forma sustentável e perene para as regiões (CHAMBERS; CONWAY, 1992)

Considerando os fatores já mencionados e as características da agricultura familiar, tais como: pequenas propriedades, produtoras de tabaco, baixa escolaridade, baixo grau de diversificação, etc. (SILVEIRA, 2014; GOMES, 2015) tem-se uma noção do grau de dificuldade que o desenvolvimento da agricultura familiar enfrenta. Pode-se ainda acrescentar que, mesmo diante de uma proposta de diversificação, as famílias não realizam gestão rural, não conhecem a viabilidade dos cultivos, desconhecem seu grau de endividamento, não tem os custos de produção por produto estabelecidos, possuem pouca liberdade de escolha ou de decisão, devido à cadeia produtiva presente que pouco estimula o mercado local e regional, entre outros.

Com base nestes desafios para promover a diversificação produtiva na região, alvo de décadas de debate e tentativas diversas, não se tem uma solução ou resposta que atenda de forma ampla e satisfatória a esta questão. Não existe um processo único ou forma de desenvolvimento, nem tão pouco proposta de intervenção, ainda que planejada pelo Estado ou organizações que induzam o desenvolvimento de regiões ou países como muitas vezes já se supôs por quem coordenou os movimentos (SCHNEIDER; PERONDI, 2012).

No Brasil, o governo estabeleceu diversas ações no intuito de promover a diversificação das regiões, como demonstra a Figura 3. Para a Microrregião Geográfica de Santa Cruz do Sul, por exemplo, um dos mais relevantes foi coordenado pelo extinto MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário, em parceria com a CONICq⁶, que preocupado com a redução do consumo de cigarros e seu impacto na vida e renda dos agricultores familiares nas regiões produtoras de tabaco, assumiu em 2010 a coordenação do Programa Nacional de Diversificação nas Áreas Cultivadas com Tabaco.

O programa visou a incentivar a integração de políticas públicas, trabalhando na perspectiva da diversificação e não na substituição de cultivos. Também abordou temas como saúde, meio ambiente, cultura e lazer, segurança alimentar, organização social, inserção de novas tecnologias, etc., (MDA, 2010). O programa esteve alicerçado em quatro eixos

⁶ Orgão criado em 1999 pelo Decreto nº 3.136 com o objetivo de subsidiar o Presidente da República nos posicionamentos e decisões do Brasil durante as rodadas de negociação da Convenção-Quadro da OMS para o Controle do Tabaco, que aconteceram entre 1999 e 2003. Através do Decreto de 1º de agosto de 2003, passou a ser denominada Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco e de seus Protocolos (CONICQ). Cabe à CONICQ promover o desenvolvimento, a implementação e a avaliação de

temáticos, a saber: combate à pobreza rural, segurança e soberania alimentar, sustentabilidade dos sistemas de produção e geração de renda e a agregação de valor. Esses quatro eixos fundamentaram as diretrizes e os instrumentos de políticas que visam o fortalecimento da agricultura familiar, tendo como principal foco o desenvolvimento rural sustentável bem como o atendimento das exigências da Convenção Quadro (MDA, 2010).

Figura 6 – Ações do Governo Federal que apoiam o Programa Nacional de Diversificação nas Áreas Cultivadas com Tabaco



Fonte: MDA, 2010.

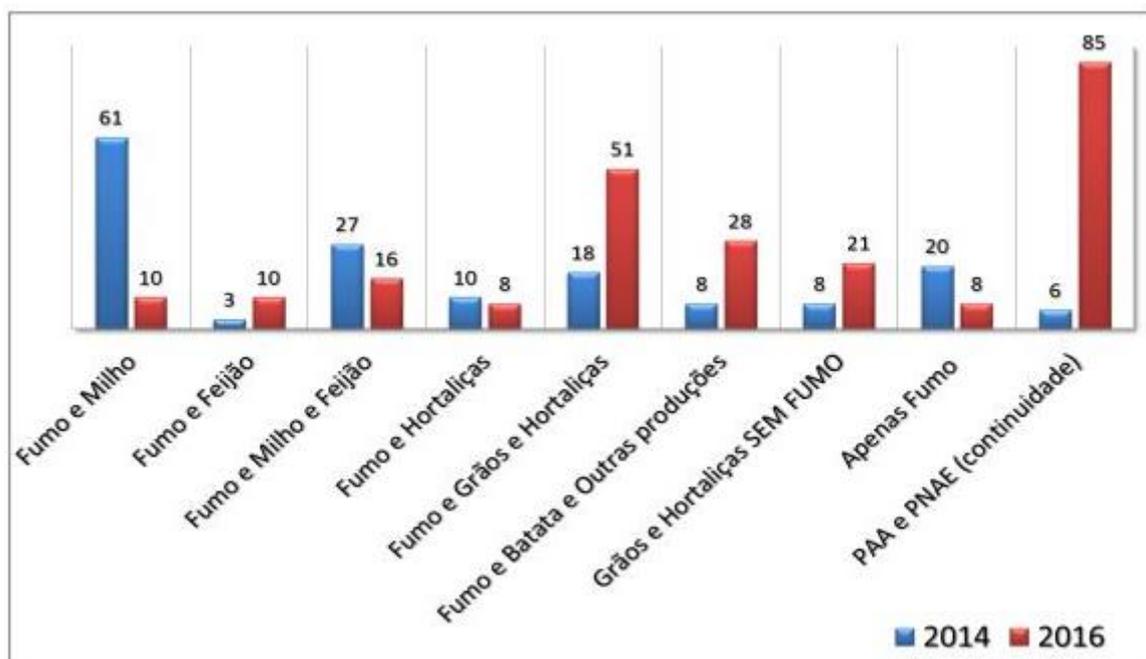
No entanto, são diversas as críticas em relação ao Programa Nacional de Diversificação nas áreas cultivadas com tabaco. Para fazer parte das ações desenvolvidas pelo programa, os agricultores foram pré-selecionados com base em suas condições financeiras ou por iniciativa do próprio agricultor – livre adesão. As atividades realizadas nas propriedades não passaram por análises de mercado e nem consideraram o saber-fazer dos agricultores (DEPONTI; SCHNEIDER, 2013). Junte-se a isso a contradição do próprio Estado que, de um lado arrecada muitos tributos com o cultivo do tabaco através do Ministério da Indústria e

estratégias, planos e programas, assim como políticas, legislações e outras medidas para o cumprimento das obrigações previstas na Convenção-Quadro da OMS para o Controle do Tabaco (artigo 2º, IV do Decreto).

Comércio e, de outro impõe gradativamente maiores restrições ao consumo do cigarro por parte do Ministério da Saúde, preocupado com os malefícios que o cigarro traz a saúde de seus consumidores.

Outra entidade governamental que promoveu ações para a diversificação em áreas cultivadas de tabaco foi a SEAF – Secretaria Especial de Agricultura Familiar vinculada à Casa Civil. Atualmente a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Cooperativismo encontra-se vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Em uma pesquisa realizada em 2017 sob a coordenação e execução do Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA), apontou a ampliação da diversificação entre agricultores familiares de tabaco na região de Canguçu/RS, um dos maiores municípios produtores de tabaco do Brasil. A pesquisa também traçou uma caracterização dos sistemas de produção de 160 famílias atendidas pelos serviços da ATER, chamando a atenção para o elevado número de agricultores familiares que passaram a produzir e comercializar alimentos após a destinação do apoio técnico nas propriedades (Gráfico 02).

Gráfico 02 - Número de famílias e seus respectivos subsistemas produtivos



Fonte: Portal MDA, 2019.

A pesquisa acima destaca a importância da extensão rural no contexto da diversificação produtiva, reduzindo a dependência da renda oriunda da fumicultura. O apoio ao agricultor

familiar por sua vez possibilita uma maior organização da produção e acesso a outros mercados, inclusive através dos programas institucionais como Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), além das feiras municipais e eventos regionais.

Além das iniciativas do Estado, outros fatores também devem ser considerados como promotores de diversificação. São diversas as razões e/ou motivações que podem levar agricultores familiares a decidir pela diversificação produtiva em suas propriedades. As determinantes podem ser de ordem econômica ou não, recursos humanos e/ou naturais disponíveis, arranjos institucionais estabelecidos, políticas públicas, entre outros. Da mesma forma como muitos são os fatores que influenciam o desempenho dos agricultores, também o fazem para a tomada de decisão quanto aos rumos do seu empreendimento, neste caso diversificar ou permanecer inserido de forma dependente numa cadeia produtiva, como é o caso do tabaco (BUAINAIN, 2007).

Considerando a variável econômica da renda líquida, pode-se identificar que os produtores que conseguiram diversificar conseguiram um lucro maior em suas propriedades, daquela historicamente estabelecida pelo tabaco. Existem estudos comprobatórios que mostram que apesar da renda bruta do tabaco ser significativa na maioria das propriedades pesquisadas, quando comparada com a renda líquida advinda da produção de hortifrutigranjeiros, por exemplo, fica abaixo em 14% (VARGAS; OLIVEIRA, 2010).

Apesar de a questão econômica ser uma das mais destacadas pelos próprios produtores para manterem a cadeia produtiva do tabaco, possivelmente não é seu único fator. Outra variável a ser considerada, é a questão da saúde dos produtores. A produção do tabaco expõe “aos pesticidas e condições adversas de temperatura e umidade elevada no período de colheita” (LIMA, 2012). Esta por sua vez pode determinar uma mudança de comportamento e olhar para a qualidade de vida da família que trabalha na lavoura.

Entretanto, há agricultores familiares que superaram estes desafios apresentados e implantaram processos de diversificação dos seus meios de vida, aproveitando seu capital humano e capital financeiro, tomando decisões com base nas oportunidades que se oferecem ou ainda são criadas. Em estudos recentes realizados pelo IPEA (2016), foram observados que a opção por diversificar está menos relacionada com a produção de subsistência e mais relacionada a ganhos de eficiência na produção. O desempenho dos agricultores familiares e sua tomada de decisão por diversificar explorando novas oportunidades e/ou alternativas, é determinado por muitas razões sejam elas econômicas ou não (BUAINAIN, 2007).

Como já mencionado anteriormente, o processo de tomada de decisão pela diversificação também é influenciado pela geografia do território, pois é nele que os atores podem dispor ou não de características e recursos que facilitem a diversificação das propriedades no território. Estas características geográficas do território também influenciam sua ocupação, e que por sua vez influenciam sua formação, economia, turismo, agricultura e indústria como será visto na seção a seguinte.

3.1 A Microrregião Geográfica de Santa Cruz do Sul

Tendo em vista as características e especificidades de cada região, o Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia (IBGE), a partir de 1987, estabeleceu uma divisão regional com base nas características de cada região quanto à sua estrutura de produção agropecuária, industrial, extrativismo mineral ou pesca, com o objetivo de facilitar a análise de dados estatísticos das referidas regiões. Desta forma o IBGE realizou Divisão Regional em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas. As microrregiões, por sua vez, tornaram-se pertencentes às mesorregiões, organizadas de acordo com sua interação das áreas de produção e beneficiamento, fluxo de bens e serviços, bem como suas possibilidades de atender à população, através do comércio de varejo e/ou atacado (IBGE, 1990).

No entanto, esta Divisão Regional é utilizada por cada órgão conforme seus critérios e propósitos. Pela divisão do Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE), o município de Santa Cruz do Sul encontra-se na região do Vale do Rio Pardo a qual abrange 23 municípios, que são: Arroio do Tigre, Boqueirão do Leão, Candelária, Encruzilhada do Sul, Estrela Velha, General Câmara, Herveiras, Ibarama, Lagoa Bonita do Sul, Mato Leitão, Pântano Grande, Passa Sete, Passo do Sobrado, Rio Pardo, Santa Cruz do Sul, Segredo, Sinimbu, Sobradinho, Tunas, Vale do Sol, Vale Verde, Venâncio Aires e Vera Cruz.

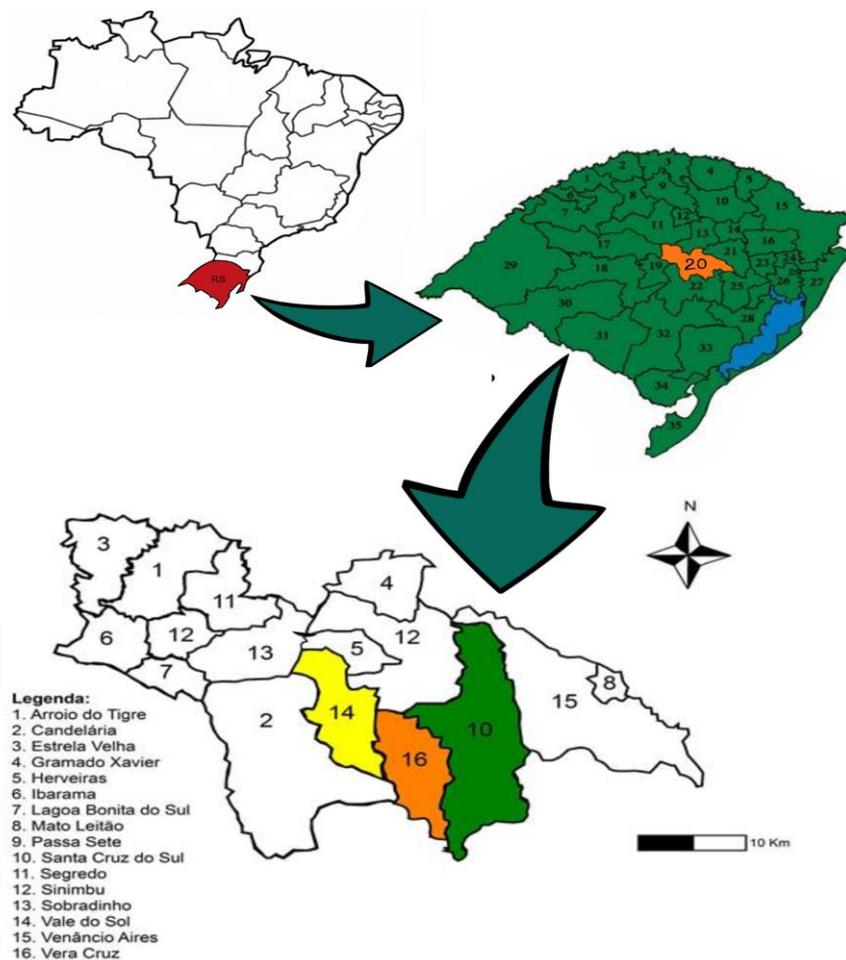
De acordo com Etges (1991), dentro da região do Vale do Rio Pardo, há três sub-regiões: o norte onde predominam as pequenas propriedades, e seus habitantes são de descendência alemã, luso-brasileira e italiana, e, por se tratar de uma região de concentração de minifúndios possui diversos problemas relacionados a falta de alternativas econômicas que agreguem valor para as famílias; o centro, que abrange o polo industrial e comercial de Santa Cruz do Sul, e cidades vizinhas como Venâncio Aires e Vera Cruz; e o sul, que abrange as médias e grandes propriedades, com predominância nas atividades de pecuária e orizicultura.

No entanto, para fins deste estudo adota-se a Divisão Regional do IBGE, o qual divide o

território em Microrregiões, e, neste caso, a região estudada é a Microrregião Geográfica de Santa Cruz do Sul, a qual abrange 16 municípios. São eles: Arroio do Tigre, Candelária, Estrela Velha, Gramado Xavier, Herveiras, Ibarama, Lagoa Bonita do Sul, Mato Leitão, Passa Sete, Santa Cruz do Sul, Segredo, Sinimbu, Sobradinho, Vale do Sol, Venâncio Aires e Vera Cruz.

A Microrregião tem sua base econômica calcada no cultivo do tabaco. O município de Santa Cruz do Sul, atualmente é o maior polo nacional de beneficiamento do tabaco, e por isso, é considerado capital do fumo no Brasil. Além disto, o município também ocupa a 5ª posição no ranking de produção de tabaco do país.

Figura 07 - Localização da Microrregião no contexto do território da federação



Fonte: Elaboração própria, com base cartográfica FEE (2019).

Tabela 01 - Ranking Brasil – 20 Municípios com maior produção de tabaco

Pos.	Cidade	UF	Produção*	Produtores
1	Canguçu	RS	16.631	4.739
2	São Lourenço do Sul	RS	14.433	3.462
3	Venâncio Aires	RS	13.757	4.050
4	Canoinhas	RS	11.279	2.773
5	Santa Cruz do Sul	RS	10.688	3.611
6	Itaiópolis	PR	10.715	2.414
7	Candelária	RS	10.547	3.092
8	Camaquã	RS	10.469	2.323
9	Vale do Sol	RS	10.439	2.706
10	Rio Azul	PR	10.013	2.660
11	Rio Azul	PR	12.702	2.512
12	Santa Terezinha	SC	11.236	1.966
13	Dom Feliciano	RS	11.147	1.989
14	Irineópolis	SC	9.822	2.094
15	Prudentópolis	PR	9.651	1.776
16	Arroio do Tigre	RS	8.887	2.458
17	Vera Cruz	RS	8.873	1.970
18	Ipiranga	PR	8.432	1.576
19	Agudo	RS	8.424	2.244
20	Imbituva	PR	8.226	1.287

*Em toneladas.

Fonte: Afubra, 2016.

Segundo o IBGE (2016), o Brasil é o segundo colocado no mundo em cultivo e processamento de tabaco. O fumo é cultivado em 619 municípios do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, o tabaco tem na região Sul 98% da produção brasileira. Com 154 mil

produtores integrados, um universo de aproximadamente 615 mil pessoas participa do ciclo produtivo no meio rural, somando uma receita bruta anual de R\$ 5 bilhões. Na safra 2016/2017 foram produzidas 692 mil toneladas e, entre os municípios dessa microrregião, o maior produtor foi Venâncio Aires (RS), com 20.316 toneladas, de acordo com dados da Associação dos Fumicultores do Brasil (AFUBRA). Santa Cruz do Sul ficou em quarto lugar com 14.593 toneladas. Abaixo segue ranking com os 20 municípios com maior produção de tabaco no Brasil.

Considerando Santa Cruz do Sul, município polo regional do VRP, e que tem seu PIB composto por mais de 30% advindo da produção agrícola (IBGE/Prefeitura de Santa Cruz do Sul, 2010) e a base desta produção se dá pela Agricultura Familiar torna-se relevante estudar e reconhecer os agricultores familiares que diversificaram suas propriedades, em sua grande maioria diminuindo ou saindo, parcial ou totalmente, de sua dependência da monocultura do tabaco. Compartilhar estas informações de modo que a difusão deste conhecimento possa auxiliar no processo de diversificação não só da referida Microrregião, mas de todo o Vale do Rio Pardo.

Sob esta perspectiva, a Microrregião Geográfica de Santa Cruz do Sul encaixa-se no perfil de produção que tem sua estrutura de produção calcada no tabaco e que representa mais de 70% da área de produção (ANUÁRIO BRASILEIRO DO TABACO, 2014). É caracterizada por possuir propriedades com 12 a 18 hectares em média, nas quais além da produção do tabaco também são cultivados outros produtos, como: batata, arroz, cebola, feijão, mandioca, peixes, suínos, bovinos e aves. Porém, esses produtos não representam receita financeira para esses agricultores, servindo como subsistência e apenas o excedente é comercializado.

O tabaco, no entanto, é a principal cultura da Microrregião e seu cultivo é uma tradição passada de pai para filho. A maioria dos produtores é de origem germânica. Segundo eles, os primeiros imigrantes alemães chegaram à região há mais de 200 anos e trouxeram as primeiras sementes de fumo. Hoje, a cultura é responsável por mais de 90% da economia da região e transformou o Rio Grande do Sul no maior estado produtor do país. Segundo dados da Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (FEE, 2017) na Microrregião de Santa Cruz do Sul estão mais de 30 mil famílias envolvidas na produção do tabaco, que cultivam 62.470 hectares, produzem 137.336 toneladas, gerando um valor bruto de produção 1,1 bi e empregando milhares de trabalhadores na produção e na indústria.

A Microrregião Geográfica de Santa Cruz do Sul também é fortemente marcada pela

presença das indústrias tabacaleiras e seus complexos agroindustriais, sendo que na região concentra-se a maior parte da produção e do processamento de tabaco do Brasil, fato este que justifica a escolha da Microrregião para esta pesquisa. A região é o centro da produção de tabaco, e também, das decisões políticas em torno desta cadeia produtiva: decisões sobre a produção, comercialização, tabela de preços, etc., são discutidas anualmente nas reuniões com as entidades representativas do setor em diversos municípios da Microrregião.

3.2 O Perfil Socioeconômico dos Agricultores Familiares Entrevistados da Microrregião Geográfica de Santa Cruz do Sul

Para a realização desta pesquisa fez-se uso da abordagem fenomenológica, que possibilita entender a realidade social e as experiências das pessoas. Desta forma, compreender as causas e os objetivos dos agricultores em sua tomada de decisão construindo um novo sentido às suas experiências parece estar no coração da Análise Fenomenológica Interpretativa (AFI), pois visa de forma detalhada explorar as experiências pessoais e individuais e seu significado para os participantes (BREAKWELL *et al.*, 2010). Por este motivo, adotou-se a fenomenologia nesta pesquisa. A escolha do assunto justifica-se pela necessidade de aprofundar o conhecimento referente a este tema, cuja estratégia contribui “com o conhecimento que temos dos fenômenos individuais, organizacionais, sociais e de grupo, além de outros fenômenos relacionados” (YIN, 2005, p. 20).

Como caminho metodológico, optou-se pela técnica de pesquisa baseada em entrevistas com agricultores familiares que implementaram a diversificação de seus meios de vida e estratégias de geração de renda de pelo menos duas ou mais fontes. O objetivo principal da escolha deste método é compreender a percepção dos agricultores e suas motivações na tomada de decisão no processo de diversificação em suas propriedades. Este estudo foi complementado por pesquisas bibliográficas com o intuito de coletar o maior número possível de informações sobre a Microrregião Geográfica de Santa Cruz do Sul, no que se refere às iniciativas de diversificação. O instrumento de pesquisa utilizado foi a entrevista com perguntas semiestruturadas anotadas no caderno de campo juntamente com as observações do pesquisador.

A população considerada na pesquisa foram agricultores familiares da Microrregião de Santa Cruz do Sul, produtores que apresentaram iniciativas de diversificação, em especial da não dependência da monocultura do tabaco em suas propriedades há mais de um (1) ano. Este

período mínimo foi delimitado visando entrevistar somente agricultores familiares que já estavam em sua segunda safra de novo portfólio de produtos além do tabaco. Os agricultores e suas respectivas famílias participantes foram definidas a partir de indicações orientadas por algumas entidades como a EMATER/ASCAR, Coordenação dos Arranjos Produtivos Locais (APL), Sistema Cooperativo de Crédito (SICREDI), todas atuantes na Microrregião de Santa Cruz do Sul.

A amostragem foi do tipo intencional não probabilística, e a mesma foi sendo construída através da técnica *snowball sampling*, em português conhecida com bola de neve⁷. Esta técnica é comumente utilizada em pesquisas qualitativas e envolve a identificação de um ou mais contatos iniciais (primeiros entrevistados), que sugerem outros contatos a serem entrevistados. Os dados foram coletados nos meses de agosto a dezembro de 2018, nas diversas propriedades nos municípios da Microrregião de Santa Cruz do Sul. Ao total foram realizadas 20 entrevistas com agricultores familiares.

Uma vez selecionados os agricultores familiares, foram realizadas entrevistas que permitiram ao entrevistador compreender e avaliar na perspectiva dos participantes da pesquisa o processo de tomada de decisão para a implementação da diversificação dos meios de vida em suas propriedades. O roteiro deixou aberto ainda a possibilidade para o surgimento de informações inesperadas, porém relevantes e que pudessem ser adicionadas para à análise de dados do trabalho.

Para atender aos objetivos específicos da pesquisa, as entrevistas foram realizadas nas residências dos participantes selecionados, para que houvesse uma possível participação de outros integrantes da família (marido e/ou esposa e filhos) pois são formadores de opinião na tomada de decisão sobre as iniciativas realizadas na propriedade, bem como melhor entender os diversos desafios enfrentados pela família quando da tomada de decisão pela diversificação. Finalizada a coleta de dados, realizou-se a análise e interpretação dos resultados pela técnica de análise de conteúdo.

Verifica-se que os municípios formadores da Microrregião Geográfica de Santa Cruz do Sul possuem predominantemente estabelecimentos baseados na agricultura familiar, chegando a 54.972 e suas propriedades têm em média de 12 ha. Esta característica da Microrregião muito contribui para o desenvolvimento da cultura do tabaco, pois são poucas as culturas que

⁷ Bola de Neve - essa técnica é uma forma de amostra não probabilística utilizada em pesquisas sociais onde os participantes iniciais de um estudo indicam novos participantes que por sua vez indicam novos participantes e assim sucessivamente, até que seja alcançado o objetivo proposto (ponto de saturação). O “ponto de saturação” é atingido quando os novos entrevistados passam a repetir os conteúdos já obtidos em entrevistas anteriores, sem

conseguem se desenvolver em pequenas propriedades. Por esta característica, muitas empresas multinacionais estabeleceram-se no município de Santa Cruz do Sul, com o intuito de facilitar a comercialização e o transporte deste produto.

Esta pesquisa realizou entrevistas com agricultores familiares diversificados, ou seja, não dependentes de uma única cultura na propriedade. Inicialmente alguns foram indicados por representantes de entidades que apoiam e promovem ações de diversificação produtiva e geração de renda como a EMATER e o APL, e, alguns foram indicados pelos próprios produtores. Fator importante para a seleção dos entrevistados era que tivessem implementado iniciativas de diversificação em suas propriedades, em sua maioria – 18 famílias, antes voltadas à produção principal de tabaco.

As entrevistas foram realizadas com 20 famílias, utilizando duas ferramentas: um questionário com perguntas objetivas visando identificar o perfil socioeconômico, e outro roteiro de entrevista semiestruturado, com perguntas abertas com o objetivo de obter informações sobre a trajetória desses agricultores, identificar os motivos de terem realizado a diversificação, buscando encontrar respostas de como e por que o fizeram.

As entrevistas foram realizadas nas residências dos agricultores, nos locais de feiras livres onde eles estavam vendendo ou se preparando para vender seus produtos, e, ainda, três (3) foram entrevistados nas respectivas agroindústrias onde faziam o processamento de alguns produtos (empacotamento, conserva, etc.). Nas Figuras 08 e 09 pode-se visualizar duas situações distintas em que se deu a entrevista com o agricultor.

Figura 08 – Entrevistado do Município de Vera Cruz, apresentando sua agroindústria de massas caseiras. (Dez/2018)



Fonte: ESAU, 2019.

Figura 09 – Entrevistado do Município de Vale do Sol, apresentando a estufa de morangos. (Dez/2018)



Fonte: Próprio Autor, 2019.

Para facilitar a coleta de informações, foi utilizado um gravador (celular) com o intuito de aproveitar todos os detalhes da entrevista, com a concordância dos entrevistados. Buscou-se também contato com o maior número possível de integrantes da família, oportunizando a

todos falarem durante a conversa. Com onze (11) entrevistados a conversa ocorreu somente com o proprietário, em outros seis (06) entrevistas a conversa ocorreu com o cônjuge respondendo juntamente, e, em três (03) entrevistas restantes os respondentes eram filhos do proprietário e que atuavam diretamente na propriedade com certo grau de autonomia operacional e administrativa.

A pesquisa de campo teve início com um contato realizado com as entidades que implementam e/ou promovem ações de diversificação, as quais se configuram enquanto atores sociais envolvidos em processos de diversificação, em especial ao cultivo do tabaco. Mediante algumas reuniões com algumas lideranças das entidades, Sicredi VRP, APL e EMATER, seguiu-se para agendamento das entrevistas com os agricultores e famílias indicadas por estas entidades. No total foram indicadas oito (8) famílias de produtores inicialmente, fez-se o contato via celular para agendamento e definição de horário para a realização das entrevistas.

Ao final de cada entrevista buscaram-se novas indicações da parte dos próprios produtores, no objetivo de conseguir outros nomes e contatos que atendessem aos mesmos critérios estabelecidos. Diversas indicações eram de pessoas que pertenciam ao círculo de relacionamento comercial (coparticipantes das feiras de produtores, associações, cooperativas, etc.), e, por vezes até vizinhos, outros considerados pelos entrevistados como sendo referência em sua área atuação e notoriamente diversificados.

Das vinte (20) famílias de agricultores entrevistadas, somente duas não cultivam tabaco a mais de 15 anos, possuindo um portfólio de duas ou mais fontes de renda alternativas na propriedade. Entre as outras dezoito (18) famílias entrevistadas todas são oriundas do sistema produtivo de tabaco (SIPT), ou seja, cultivaram até menos de 2 anos ou continuam cultivando tabaco apesar de não ser mais sua fonte exclusiva de receita na propriedade.

Por se tratar de uma pesquisa qualitativa, realizada na sua totalidade por indicação dos atores envolvidos, por entidades ou os próprios entrevistados, voltada aos agricultores familiares que conseguiram diversificar suas propriedades, analisaram-se as respostas dos questionários bem como as gravações das entrevistas com o objetivo de entender e relacionar a tomada de decisão pela diversificação dos agricultores familiares nas propriedades visitadas. Os entrevistados eram em sua ampla maioria, (17 entrevistados), os próprios proprietários, e, (3 entrevistados), eram os filhos que já os representavam e tomavam parte nas decisões administrativas e estratégicas sobre os rumos da propriedade no que tange ao seu portfólio de produtos bem como seu processo produtivo.

No formulário de entrevista sobre o perfil socioeconômico buscaram-se informações como estado civil, idade, grau de escolaridade, origem étnica, religião, participação em associações e grupos de convívio, as principais atividades desenvolvidas na propriedade (produtivas e geradoras de renda), o tamanho da propriedade, se possui fontes de renda alternativas (aposentadorias, pensões, etc.), a receita aproximada gerada na propriedade e área da propriedade destinada para cada atividade de diversificação implementada.

Após a análise do conteúdo das entrevistas, constatou-se a similaridade nas motivações principais que levaram este grupo de agricultores familiares a buscar a diversificação de sua produção (portfólio) e de suas propriedades. Houve, no entanto, algumas diferenciações nas motivações secundárias e que também serão discutidas na sessão seguinte.

3.3 Resultados

Ao analisar as respostas dos entrevistados e o conteúdo coletado das 20 famílias destaca-se que algumas questões foram mais relevantes para a tomada de decisão da diversificação, apresentadas abaixo por ordem de relevância segundo os entrevistados, que foram:

- a) gerar outras alternativas de renda na propriedade;
- b) melhorar a qualidade de vida;
- c) o alto custo de produção da lavoura de tabaco;
- d) o elevado grau de dependência financeira devido aos financiamentos oferecidos pelas indústrias do tabaco, limitando a realização de outros investimentos que não para o plantio de novas safras de fumo.

Além dos motivos já mencionados, outros fatores contribuíram para a tomada de decisão e também merecem atenção, como: a crescente elevação do custo de mão de obra e a dificuldade de sua contratação para a época do plantio e colheita do fumo, em especial nos casos quando não há integrantes da família disponíveis para a execução dos trabalhos; o desejo de obter uma renda regular (semanal e/ou mensal) e não depender da safra exclusiva de fumo (anual); ter uma maior autonomia e controle sobre o processo de produção e a comercialização da produção, em especial quando o agricultor participa de feiras e eventos locais e regionais e comercializa pessoalmente sua produção; e ter uma maior flexibilidade de período de trabalho, devido aos fatores climáticos a que estão expostos durante a safra do fumo, principalmente o calor do sol em horários específicos, sendo que a colheita não pode

atrasar evitando perdas. A síntese das entrevistas está descrita na **Tabela 02**.

Ao analisar os dados percebeu-se que o fator idade do entrevistado não foi determinante para sua tomada de decisão da diversificação, sendo a mesma bastante diversa dentre os pesquisados, como se verifica nos resultados da tabela 02.

Tabela 02 - Idade dos agricultores familiares entrevistados no ano de 2018

Class.	Faixa Etária	Agricultores
A	20 a 30	3
B	31 a 40	4
C	41 a 50	4
D	51 a 60	6
E	Acima de 60	3
Total		20

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir dos dados coletados na pesquisa, 2018.

Verifica-se que o maior grupo etário é o de 51 a 60 anos. O segundo maior grupo encontra-se na faixa dos 31 a 40 anos e dos 41 a 50 anos, três (03) entrevistados encontram-se na faixa acima dos 60 anos. De certa forma estes dados contrastam com pesquisas sobre o êxodo rural e o envelhecimento dos produtores remanescentes, conforme estudo realizado por Schneider (1994), a qual afirma que o Brasil vem sofrendo desde os anos sessenta com os efeitos do êxodo rural, com jovens deslocando-se para a área urbana enquanto seus familiares permanecem na propriedade. Na tabela 02 pode-se observar que no caso destes produtores familiares que diversificaram, existe índice considerável de produtores abaixo dos quarenta anos, inclusive com três (03) entrevistados abaixo dos 30 anos, e, portanto, jovens adultos permanecendo na propriedade, usufruindo e contribuindo para o processo de diversificação e continuidade produtiva da família na propriedade.

Outra característica relevante considerada na pesquisa é o grau de escolaridade. Conforme Perondi e Schneider (2007) o grau de escolaridade é um fator importante para a sustentação das estratégias de manutenção e subsistência individual ou familiar de agricultores familiares no campo. Logo, quanto maior conhecimento e entendimento dos agricultores melhor a sua de tomada de decisão, pois amplia sua condição de avaliar o que ocorre a sua volta percebendo alternativas para desviar-se de situações adversas, aperfeiçoar sua comunicação com outros atores da sociedade, inclusive tornar-se mais ativo dentro da comunidade. Um maior acesso à informação desenvolve uma maior liberdade de escolha, de novas atitudes e comportamentos e que irão influenciar seu ambiente gerando maior

autonomia, característica primordial para a tomada de decisão de forma mais autônoma.

Tabela 03 - Grau de escolaridade dos agricultores entrevistados em 2018

Class.	Escolaridade	Agricultores
A	Fundamental Incompleto	7
B	Fundamental Completo	3
C	Médio Incompleto	1
D	Médio Completo	6
E	Técnico	1
F	Superior	2
Total		20

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir dos dados coletados da pesquisa, 2018.

Na tabela 03, pode-se observar os níveis de escolaridade dos entrevistados. O número maior de agricultores não completou o ensino fundamental (10 produtores) e segundo maior grupo possui o ensino médio completo (06 produtores). Estes dados corroboram com a pesquisa realizada 2013 pelo NUPES-UNISC (Núcleo de Pesquisa e Estatística da Universidade de Santa Cruz do Sul) que mostra que o número de agricultores que não possuem o ensino fundamental completo ultrapassa os 68,7% da população rural da Microrregião Geográfica de Santa Cruz do Sul. A mesma pesquisa também informa que 80,4% da população não está estudando e não pretendem estudar no futuro. Por outro lado, 15% dos entrevistados (3 produtores) possuem grau mais elevado de estudo, sendo 1 com formação de nível técnico e 2 com nível superior.

Se por um lado não foi possível constatar uma influência direta do grau de escolaridade como facilitador para tomada de decisão da diversificação implementada na propriedade, vale ressaltar que os entrevistados alegaram buscar informações relevantes para sua propriedade de diversas outras fontes como cursos, workshops, internet, etc., disponíveis. No entanto, ficou explícito a importância de usufruir do extensionismo e apoio técnico oferecido pelas mais diversas entidades locais e regionais, conforme apresentado na tabela 04.

Tabela 04 - Principais entidades promotoras do suporte e apoio na diversificação, citadas pelos agricultores entrevistados em 2018

Class.	Entidades	Produtores	% Agricultores Utilizam
A	EMATER	20	100%
B	COOPERATIVA	08	40%
C	SEBRAE	03	15%
D	OUTROS	02	10%
Total		-	20

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir dos dados coletados da pesquisa, 2018.

A importância do nível de escolaridade para o desenvolvimento do capital humano e sua condição de conferir às pessoas melhores oportunidades de escolha para suas famílias e propriedades é salientado por diversos autores. Amartya Sen considera a educação como “oportunidade da pessoa ter resultados valiosos” (SEN, 2000, p.33). Outro autor é Frank Ellis (2000) que enfatiza o desenvolvimento do conhecimento (capital humano) como um fator importante para alcançar melhores condições de vida, não sendo, no entanto, a única condição. Ressalta-se que a educação formal (medido pelo grau de escolaridade) não é fonte exclusiva de aquisição de conhecimento. Dentre estas outras formas não formais de transferência de conhecimento técnico, foram mencionadas as visitas a propriedades organizadas por entidades como a Emater e a Expoagro Afubra⁸.

Além do apoio das entidades já mencionadas anteriormente doze (12) entrevistados também destacaram terem participado de eventos promovidos pela UNISC - Universidade de Santa Cruz do Sul, CAPA⁹ – Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia e Sindicato e Prefeitura Municipal, com o objetivo de adquirir novos conhecimentos sobre o produto ou processo produtivo que desejou empreender. Ficou evidente a busca de novas formas de fazer e de empreender por parte dos agricultores que diversificaram.

⁸ Expoagro Afubra – Surgiu em 2001 como um evento no formato de “dia de campo” com o objetivo de incentivar a diversificação de culturas. Em 2019 chegou em sua 19ª Edição, ocorre anualmente e é organizada pela Afubra – Associação dos Fumicultores do Brasil no parque de eventos localizado no Município de Rio Pardo / RS. Nos 3 dias de evento, recebeu mais de 110.000 visitantes (85% agricultores) e movimentou R\$ 70 milhões em negócios. Considerada uma das maiores feiras voltada à agricultura familiar da América do Sul (EXPOAGRO AFUBRA, 2019).

⁹ CAPA: Organização Não-Governamental ligada à Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), com foco de atuação por justiça social. Atua desde 1978 nos três estados da região Sul do Brasil (PR, SC e RS) e visa contribuir para o fortalecimento da agricultura familiar. Trabalha pela organização dos agricultores em associações, cooperativas e redes, permitindo e facilitando a inserção dos mesmos nos diversos mercados, gerando maior autonomia para os atores sociais envolvidos (GABOARDI, 2014).

Como pode-se verificar, existem diversas formas de repasse de conhecimento que pode auxiliar e/ou facilitar ao agricultor familiar tomar sua decisão para a diversificação da propriedade. Uma característica, no entanto, chamou a atenção por ser unânime entre dezessete (17) entrevistados, e foi a importância do apoio oferecido pela EMATER, e em alguns casos, crucial para a permanência e continuidade dos projetos de diversificação e ampliação do portfólio produtivo. Em segundo lugar ficaram as Cooperativas de Produtores, mencionado por doze (12) entrevistados. Ambas as entidades foram consideradas relevantes para o êxito no processo de diversificação produtiva em suas propriedades.

Tabela 05 - Principais produtos do portfólio produtivo das famílias - 2018

Agricultores	Produtos*	% Renda
8	Tabaco	20% a 60%
1	Embutidos	70%
14	Hortifrutigranjeiros	10% a 100%
3	Grãos (soja, arroz, milho)	20% a 80%
5	Gado Corte / Leite	20% a 60%
3	Frango / Galinha / Ovos	20% a 35%
6	Agroindústria	20% a 100%
1	Piscicultura	20%
2	Flores	20%
1	Turismo	50%
Total		20

* Principais produtos que compõe o portfólio e geram renda para a família

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir dos dados coletados da pesquisa, 2018.

Como pode-se identificar na tabela 05, o portfólio de produtos e que geram renda nas propriedades visitadas é diversificado, revelando o grau elevado de contribuição a renda dos agricultores familiares advindo da diversificação. Todas as famílias pesquisadas informaram possuir mais de duas fontes de receita. Destaque maior para os produtos hortifrutigranjeiros mencionados por quatorze (14) entrevistados, sendo considerada uma cultura bastante viável para a geração de renda na pequena propriedade por não demandar grandes áreas de produção e aproveitar a mão de obra disponível na família. Outro fator que serviu como incentivo para a produção de hortifrutigranjeiros foram os diversos programas governamentais que estimularam e oportunizaram a comercialização da produção, como o Programa Nacional de

Alimentação Escolar - PNAE¹⁰ e o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA¹¹.

Interessante ressaltar ainda, que somente três (3) dos oito (8) produtores que ainda plantam tabaco pretendem continuar cultivando tabaco, os outros cinco (5) produtores manifestaram seu desejo de parar com a produção de tabaco assim que conseguirem quitar suas dívidas com as empresas tabacaleiras. Esse desejo de não cultivar mais tabaco também é decorrente de questões relacionadas à qualidade de vida e dedicação a outras culturas.

Quanto às receitas econômicas, todos os entrevistados responderam que suas fontes de renda melhoraram após iniciarem o processo da diversificação. Em primeira instância as receitas tornaram-se mensais em vez de anuais, como se dá no caso de safra do tabaco, em que a remuneração pelo investimento do plantio leva em torno de 8 meses até a comercialização da produção. Apesar das famílias não demonstrarem uma organização rigorosa de seus orçamentos da propriedade, em alguns casos não podendo detalhar o percentual específico de melhoria de renda, responderam de forma unânime que a situação financeira melhorou com a diversificação em especial pela não dependência exclusiva da produção de fumo.

Foram onze (11) entrevistados que disseram não ter outra renda além da produzida na propriedade. Esta melhoria de renda agregada a recursos provenientes das atividades realizadas fora da unidade familiar como recebimento de salário por exercer função em sindicato/cooperativa relacionado por dois (2) entrevistados, recebimento de aposentaria

¹⁰ PNAE - Oferece alimentação escolar e ações de educação alimentar a estudantes de todas as etapas da educação básica pública. O governo federal repassa, a estados, municípios e escolas federais, valores financeiros de caráter suplementar efetuados em 10 parcelas mensais (de fevereiro a novembro) para a cobertura de 200 dias letivos, conforme o número de matriculados em cada rede de ensino. O programa é acompanhado e fiscalizado diretamente pela sociedade, por meio dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE), e também pelo FNDE, pelo Tribunal de Contas da União (TCU), pela Controladoria Geral da União (CGU) e pelo Ministério Público. Regulamentado pela Lei nº 11.947, de 16/6/2009, 30% do valor repassado deve ser investido na compra direta de produtos da agricultura familiar (FNDE, 2019).

¹¹ PAA - Programa criado em 2003 pelo Governo Federal para colaborar com o enfrentamento da fome e da pobreza no Brasil e fortalecer a agricultura familiar. Fomenta a comercialização e a aquisição direta de produtos de agricultores familiares ou de suas organizações, estimulando os processos de agregação de valor à produção. Os produtos destinados à doação são oferecidos para entidades da rede socioassistencial, nos restaurantes populares, bancos de alimentos e cozinhas comunitárias e ainda para cestas de alimentos distribuídas pelo Governo Federal. Outra parte dos alimentos é adquirida pelas próprias organizações da agricultura familiar, para formação de estoques próprios. Desta forma é possível comercializá-los no momento mais propício, em mercados públicos ou privados, permitindo maior agregação de valor aos produtos. A compra pode ser feita sem licitação. Cada agricultor pode acessar até um limite anual e os preços não devem ultrapassar o valor dos preços praticados nos mercados locais. Os beneficiados são agricultores familiares, assentados da reforma agrária, comunidades indígenas e demais povos e comunidades tradicionais ou empreendimentos familiares rurais portadores de DAP - Declaração de Aptidão ao Pronaf. O programa é coordenado e executado com recursos da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (Sead) e do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), em parceria com estados, municípios e com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) (MDSA, 2019).

quatro (4) entrevistados, arrendamentos / pecúlio / outros por três (3) entrevistados, contribuíram significativamente para a melhoria da qualidade de vida do grupo pesquisado.

Tabela 06 - Receita aproximada, apresentado pelos entrevistados - 2018

Class.	Receita Propriedade*	Agricultores
A	01 a 02 SM	7
B	02 a 03 SM	4
C	03 a 05 SM	6
D	05 a 10 SM	2
E	Mais de 10 SM	1
Total		20

* Adotou-se a medida em Salários Mínimos para avaliação de receita da propriedade. Neste caso o valor do salário mínimo é de R\$ 954,00

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir dos dados coletados da pesquisa, 2018.

Pode-se salientar ainda, que a fumicultura do Rio Grande do Sul serve como um exemplo característico do que se pode chamar de paradoxo do desenvolvimento. Se a cultura do tabaco traz consigo um crescimento econômico (Tabela 01) para diversas regiões do país, no estado do Rio Grande do Sul e em especial a Microrregião em questão, o tabaco possui destacada representatividade (7,4% do valor total da produção/RS). Por outro lado, cria uma dependência do SIPT – Sistema Integrado de Produção de Tabaco, deflagrando a falta de autonomia dos produtores (RUDNICK; WAQUIL, 2012), limitando suas opções para a geração de fontes alternativas de renda na propriedade devido ao sistema produtivo ser conduzido pela indústria de processamento do fumo e pouca ingerência dos agricultores que o cultivam.

Tabela 07 - Produção de fumo em folha no RS

Item	Volume/Valor
Área Plantada	185.249 mil (ha)
Área Colhida	184.038 mil (ha)
Produção	325.305 mil (ton)
Valor Produção	2.8 bi (R\$)
Total	

Fonte: IBGE, 2016.

Segundo Etges (1991), a cadeia produtiva do tabaco poderia alavancar o

desenvolvimento e a diversificação, contribuindo de forma decisiva para a melhoria da qualidade de vida, em especial do meio rural da Microrregião, fato que na realidade não ocorre. A base para esta argumentação está na publicação de Ramos e Paiva (2005), na qual destacam que, em relação à região do Vale do Rio Pardo, as rendas produzidas pela fumicultura que permanecem na região correspondem a 36,15%, enquanto no Estado esse valor chega a quase 51%. Esta diferença se apresenta devido a produção do fumo ser destinada em sua maior parte à exportação, gerando menos divisas locais e regionais.

Este dado torna-se relevante dentro da perspectiva das famílias entrevistadas, pois com a implantação da diversificação houve aumento de renda, como destacado por uma agricultora “a renda melhorou 99%” (Entrevistado 01); outro relatou “coisa que tu não pensa que dá, dá dinheiro sim. Antes do fumo eu achava que não dava” (Entrevistado 05); a percepção de melhoria da qualidade de vida também foi um fator relevante como mencionado pela agricultora “Minha vida melhorou muito. Mais amizades, conheci lugares diferentes, fiz cursos [...] eu melhorei bastante. Se tivesse ficado no tabaco não teria conhecido nada disso” (Entrevistado 05).

Nota-se que não houve um aumento significativo de trabalho nem dedicação de tempo à propriedade por parte dos atores envolvidos. Em alguns casos houve inclusive diminuição da carga de trabalho, e a nova rotina proporcionou maior flexibilidade possibilitando a realização de outras atividades em família como relata um agricultor “a vida melhorou muito... hoje posso tirar uns dias para viajar com minha esposa... antes tinha que ficar cuidando do fumo, principalmente durante a secagem” (Entrevistado 12).

De uma maneira geral, a diversificação que este grupo pesquisado implantou em suas propriedades, reflete diretamente no grau de realização e desejo de permanência no campo. Quando foram perguntados sobre o sentimento de realização na atividade que exercem houve resposta afirmativa e convincente em todos dos casos. Possivelmente a declaração mais emblemática que surgiu em uma das entrevistas e que confirma a relevância da pesquisa foi que a “diversificação me dá escolha!” (Entrevistado 11).

No que tange a origem étnica, não foi surpresa encontrar a grande maioria dos entrevistados, dezessete (17), serem de origem alemã. A Microrregião de Santa Cruz do Sul tem a colonização germânica como base para sua constituição social. Dois (2) entrevistados se declararam de origem portuguesa e um (1) não soube definir sua origem étnica e. No contexto de sua religião, a maioria dos entrevistados, treze (13), declararam ser de religião Católica. Outros seis (6) Evangélicos Luteranos, e apenas um (1) Evangélico Protestante.

Dentre os fatores influenciadores para a tomada de decisão pela diversificação, está a busca pela autonomia enquanto atores sociais capazes e independentes. Por isso, a análise da participação social chamou a atenção, visando descortinar o grau de influência das entidades com as quais o agricultor familiar tem contato frequente, que contribuíram para o processo de diversificação e sua manutenção. Os grupos/instituições mais representativos mencionados pelos entrevistados foram:

1. Comunidade Religiosa: a fé, a comunhão e os eventos compartilhados em suas comunidades são importantes para quinze (15) entrevistados. Os mesmos afirmaram participar regularmente de suas comunidades.

2. Cooperativa: o associativismo foi fator determinante para a instituição e manutenção da produção diversificada, principalmente por oportunizar os meios de comercialização da produção. Foram quatorze (14) entrevistados que relataram fazer parte de uma cooperativa considerando sua importância para o êxito do empreendimento.

3. Sindicato Rural: doze (12) entrevistados ressaltaram a importância do sindicato rural e dos trabalhadores rurais como fonte de informações e apoio para sua propriedade.

A condição de mudança que a diversificação oportuniza na propriedade gera a autonomia que o grupo de entrevistados buscou, apoiada por entidades e instituições que estão à disposição de quem deseja fazê-lo, para isso torna-se necessário que agricultor familiar participe dos grupos sociais que oferecem ajuda e ao mesmo tempo funcionam como facilitadores no processo de transferência do conhecimento. No entanto, esta autonomia gerada pelos agricultores supera a organização da produção e/ou da liberdade de escolha do que produzir. Está relacionada com um conceito de autonomia que Almeida (1999, p. 149) descreve:

a) a busca, por parte do agricultor, de uma autonomia na sua estrutura de produção, através de uma combinação entre energia e informação, reagrupando as atitudes do agricultor e os conhecimentos necessários à produção; b) uma autonomia baseada no espaço ou território específico, que permite certo conhecimento e domínio da situação e que abre a possibilidade de invenção do próprio trabalho e da aplicação dos conhecimentos acumulados em um lugar determinado; e c) a possibilidade de gerir o próprio tempo de trabalho segundo as diferentes modalidades, o que significa, em última instância, restituir ao agricultor a dimensão essencial da existência, que é o domínio do tempo.

De acordo com Almeida (1999), pode-se inferir que quando o agricultor possui autonomia para gerir seu negócio, ele consegue desenvolver sua produção e ter maior domínio do seu tempo bem como as decisões sobre sua propriedade. Com autonomia o agricultor não fica estático, dependente de um único cultivo, mas consegue ir além do que necessita,

consegue inovar, tornando-se um ator social cada vez mais ativo e produtivo em sua comunidade. Segundo Almeida (1999) a hipótese de quanto maior o número de atividades (industrial, artesanato, agrícola, comercial, etc.) o agricultor estiver envolvido, maior será seu nível de autonomia. Essa hipótese vem de encontro do que Ellis (2000) afirma sobre os agricultores com maior portfólio de atividades apresentarão maior autonomia e facilidade de lidar com adversidades.

Freitas (2015), em sua tese de doutorado sobre a diversificação dos meios de vida, na qual entrevistou 250 famílias produtoras de tabaco situadas no Vale do Rio Pardo e Centro Serra, estabeleceu uma relação entre a diversificação produtiva e o grau de autonomia das famílias pesquisadas. Ressaltou que a menor dependência de fatores externos a unidade familiar nos casos de maior diversificação em relação aos mais especializados, neste caso, dependentes da produção do tabaco.

De forma geral, o resultado da pesquisa também demonstrou que as famílias diversificadas apresentaram melhor estruturação e resultado financeiro que as demais, e foi justamente por este melhor acompanhamento e organização que houve a percepção da necessidade de diminuição do cultivo do tabaco em suas propriedades, visando a diminuição da dependência do SIPT e gerando uma melhor qualidade de vida.

Outro estudo que abrangeu a região do Vale do Rio Pardo foi realizado por Vargas e Oliveira (2012). Os pesquisadores entrevistaram 299 produtores familiares, dos quais 277 eram fumicultores e 77 não-fumicultores. Além das características socioeconômicas similares já destacadas anteriormente, trouxeram para debate uma análise das estratégias de diversificação adotadas pelas unidades familiares sob a ótica da viabilidade econômica de culturas alternativas ao tabaco. O resultado da pesquisa destacou a condição de uma maior capacidade de geração de renda nas propriedades familiares através da produção de hortifrutigranjeiros do que o tabaco por exemplo.

Os diversos trabalhos e seus resultados apresentados corroboram com a descrição mencionada inúmeras vezes pelos 20 entrevistados nesta pesquisa, onde os atores relatam que ao implantarem a diversificação produtiva houve uma percepção clara de melhoria da qualidade de vida em função do aumento de renda e do grau de autonomia na condução de suas propriedades.

4 O PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO PELA DIVERSIFICAÇÃO DOS MEIOS DE VIDA

A tomada de decisão pela diversificação no âmbito da agricultura familiar nem sempre é um processo simples e fácil. Primeiro porque tomar decisões é um processo desafiador e como se verificou nesta pesquisa, é quase impossível fazê-lo sem riscos. Não se tem todas as informações e conhecimento disponível, e não se conhece os resultados que poderão advir das decisões tomadas. Neste contexto, a teoria da racionalidade limitada de Simon (1971), se encaixa adequadamente, traduzindo o grau de dificuldade que o agricultor enfrenta ao tomar a decisão de colocar sua produção e renda em risco, mesmo não tendo a certeza dos resultados. A mudança para implementar a diversificação na propriedade após anos e/ou décadas vividas em meio a monocultura do tabaco e em sua cadeia produtiva, não se trata de algo simples.

No entanto, a diversificação serve como uma ferramenta ou oportunidade para que o agricultor familiar possa alcançar os objetivos que tanto almeja, como obter maior grau de autonomia sobre sua produção, propriedade e própria vida. Através de uma melhoria de renda e qualidade de vida, compartilhando novos conhecimentos, tornando-se um ator social mais independente.

Nesta linha é que Frank Ellis (2001) desenvolveu a teoria da diversificação dos meios de vida. O autor destaca que quando o portfólio produtivo é ampliado na propriedade, o agricultor familiar possui melhores condições de enfrentamento ante os riscos inerentes sua profissão. Além de estar mais apto a correr riscos por não depender de uma única fonte de renda, possui uma melhor condição de decidir que rumo dar a sua propriedade, sua família e sua vida.

Para Frank Ellis (1998) foco de sua teoria está na preocupação em preservar e potencializar a capacidade de diversificação dos indivíduos de uma família rural, uma característica que propicie a liberdade de escolher diferentes alternativas de renda num portfólio variado de possibilidades. Essa é uma concepção diretamente relacionada às capacitações descritas por Sen (2000), isto é, um conjunto capacitório que dá liberdade ao indivíduo de levar a vida que deseja.

Se por um lado a diversificação é a criação de diversidade em processos sociais e econômicos que demandam e pressionam o produtor familiar, por outro também oportunizam às famílias a se adaptar e a diversificar os seus meios de vida. Esta diversidade não se traduz somente em diversificação de renda, mas também nas esferas social e até intelectual. Ao

decidir diversificar o produtor rural aumenta sua demanda por novos conhecimentos que possam dar sustentabilidade para a ampliação da produção e manutenção do portfólio produtivo.

Este “novo” ou mais abrangente conhecimento se origina de diversas fontes como vizinhos, entidades de pesquisa, cooperativas e a extensão rural atuante na localidade, também gerando um nível maior de relacionamento e interação do capital social da família produtora com seu meio de vida e as redes de contato com as quais a mesma possui relação. Como exemplo desta nova relação gerada pelo processo de diversificação na propriedade podemos citar a fala da Entrevistada 05, , que diz “Se tu não viaja, tu não aprende nada... agora estou aprendendo mais”, referindo-se a mudança ocorrida com as constantes saídas de campo e as visitas técnicas em relação ao anterior envolvimento somente com a cultura do tabaco.

Ellis (2000) sugere que a abordagem da diversificação dos meios de vida contribui para desenvolvimento rural em vários níveis. São eles:

A) distribuição de renda, uma vez que existe uma correlação positiva entre a superação da pobreza por parte das famílias rurais e a diversificação de suas fontes de rendimentos.

B) o aumento da produtividade rural em que a diversificação no interior das unidades de produção pode ocorrer via ingresso de rendas não agrícolas que melhoram a capacidade de custeio das atividades agrícolas.

C) através do meio ambiente, em face da redução da necessidade de os agricultores pobres explorarem o solo agrícola por meio de práticas extrativas para garantir sua sobrevivência.

D) através das relações de gênero, pois a melhoria da distribuição da renda entre membros da família pode alterar as relações de dominação.

E) por meio de uma maior segurança em relação aos efeitos macroeconômicos em relação ao acesso ao mercado e a variação constante de preços.

De uma forma ou outra, os diversos níveis influenciados pela diversificação dos meios de vida que se destacou, aproximam-se da vida e da situação dos atores entrevistados nesta pesquisa. O contexto de uma coerção cultural “pró-tabaco”, vulnerabilidade econômica e limitada oferta de alternativas para a diversificação, imposta por uma cadeia produtiva atuante na região, pode ser entendido como um limitador do desenvolvimento. No entanto, a diversificação produtiva se apresenta como uma estratégia de reação a uma situação de crise, precariedade ou necessidade assim como uma estratégia de adaptação ou escolha, que ocorre quando há uma busca proativa por alternativas ou novos investimentos.

Dessa forma, a abordagem da diversificação dos meios de vida pode representar uma ferramenta para compreensão do grau de vulnerabilidade ou mesmo exposição a riscos de agricultores e de suas famílias. Pode-se supor que aqueles que estiverem em uma situação de dependência em relação a um repertório restrito de fontes de renda e tipos de atividades estão mais vulneráveis e carentes de autonomia para conduzirem suas vidas e propriedades. O que no âmbito da diversificação produtiva muda significativamente como se pode identificar na pesquisa, em especial devido a tomada de decisão exercida pelos atores.

No contexto da análise e das contribuições de Simon (1971) através da teoria da racionalidade limitada, auxiliam no entendimento de como e por que os produtores familiares tomaram a decisão pela diversificação. No modelo da “racionalidade limitada” proposto por Simon, o ser humano é concebido de modo mais modesto e realista em relação ao modelo econômico clássico difundido por outros autores em que a tomada de decisão se baseia na condição de total acesso e capacidade de processamento das informações disponíveis (MOTTA; VASCONCELOS, 2002).

Torna-se necessário considerar outros fatores que influenciam o tomador da decisão além das informações mercadológicas e econômicas, como por exemplo os interesses políticos e sociais, fatores psicológicos e emocionais, além de pressões afetivas e motivações várias. Nesta pesquisa identificou-se, conforme apresentado na Quadro 08 - APÊNDICE, que os fatores psicológicos e emocionais foram relevantes para que o produtor efetivamente decidisse diversificar, o desejo por uma melhora da qualidade de vida e saúde, e, também ter mais tempo disponível para “viver” foram julgados fatores de influência importantes para a tomada de decisão. O aumento de renda *per se*, segundo o julgamento de alguns entrevistados, não teria sido único fator responsável para a mudança do portfólio produtivo nas propriedades.

Desta forma percebe-se que os elementos emocionais podem influenciar o indivíduo ou grupo de indivíduos a decidir sobre uma ou outra opção mesmo que sejam contrárias às informações das quais dispõem no momento. Pode-se então inferir que os processos perceptivo e cognitivo, juntamente com elementos emocionais, são seguramente fatores a serem considerados para uma melhor compreensão no processo de tomada de decisão humana. No caso dos produtores familiares entrevistados todos os elementos citados anteriormente serviram como facilitadores estimulando para a tomada de decisão pela diversificação dos meios de vida, mesmo em meio a uma região reconhecida pelo alto grau de especialização e monocultura do tabaco, como é a Microrregião da Santa Cruz do Sul.

4.1 Fatores que favorecem a diversificação

São diversos os fatores que influenciam e favorecem a diversificação produtiva pela agricultura familiar. Dentre as que mais se destacaram pode-se ressaltar a criação e/ou a ampliação do portfólio produtivo. Como já mencionado anteriormente, segundo Ellis (2000) em sua abordagem de meios de vida, com uma diversidade maior de produtos sendo produzidos na propriedade, a família de agricultores dispõe de uma maior autonomia para conduzir suas ações, pois seu grau de dependência social e principalmente econômica, é menor em relação a um portfólio reduzido de produção. Assim, a “diversificação dos meios de vida é o processo pelo quais as famílias rurais constroem um diversificado portfólio de atividades e de capacidades de apoio social para sobreviver e melhorar o seu padrão de vida” (ELLIS, 1998, p. 15).

Perondi e Schneider (2012) relacionam a abordagem dos meios de vida de Frank Ellis com a teoria das capacitações de Amartya Sen, que enfatiza a importância da liberdade que os indivíduos devem ter para optar por fazer as coisas do modo que desejarem visando alcançar os bens e recursos que necessitam. Pois, “a utilidade da riqueza está nas coisas que ela nos permite fazer e não nela mesma” (SEN, 2000). Nesse sentido, Sen coloca em segundo plano a importância de atributos como renda, capital e posse de recursos físicos e destaca o papel das capacidades e das habilidades que os indivíduos precisam ter para poder fazer escolhas e alcançar uma vida plena de bem-estar. Esta perspectiva teórica evidencia-se nas respostas às motivações para a diversificação dos entrevistados nesta pesquisa, pois a percepção e busca de melhoria da qualidade de vida foi um fator facilitador ao processo mencionado por todos.

Outra característica facilitadora da diversificação foi o apoio externo a propriedade. O nível de acesso a informações e acompanhamento, em especial no início do processo de diversificação, deixou evidente a importância da extensão rural. A EMATER e as Cooperativas foram citadas pela maioria dos entrevistados como apoio relevante para sua tomada de decisão. Auxiliaram na criação de condições para realização da capacidade de escolha, abrindo espaço para que a liberdade e a diversidade de novos experimentos fossem inseridas no contexto das famílias de produtores.

Deponti (2010) em sua tese de doutorado sobre a extensão rural pública do RS, destacou a importância do fomento e apoio oferecido pelos técnicos extensionistas, ainda que vinculado a programas nem sempre aceitos e apropriados para a realidade da região. No entanto, o fomento gerado pelos agentes técnicos pode ser o início de um novo momento na

unidade familiar por instigar a reflexão de novas oportunidades produtivas e geradoras de renda.

O empoderamento do agricultor ocorre quando a interface social se estabelece, ou seja, em função de sua capacidade de agência, ele negocia o projeto da instituição com o técnico, nessa situação há conflitos de interesses, mas a negociação permite chegar a um meio termo, ou seja, o interesse do agricultor é respeitado, assim como o interesse do técnico. A interface estabelecida resulta em legitimação de novas ações, híbridas, em que surge algo novo, baseado na negociação e no resultado de uma apropriação ou pertencimento do agricultor em relação ao projeto. (DEPONTI, 2010, p. 198).

Dos motivos apontados na pesquisa para a tomada de decisão em mudar ou ampliar sua matriz produtiva, os fatores abaixo chamaram especial atenção, e, portanto, confirmam o favorecimento para processo de diversificação.

a) Desejo e necessidade de melhorar a renda: se por um lado o tabaco possui fama de ser gerador e/ou garantidor de renda das famílias produtoras, por outro demonstrou ser somente mais uma alternativa de renda. No caso desta pesquisa, diversos entrevistados deram ênfase à ilusão dos resultados econômicos atribuídos à produção do fumo. Frases como “o fumo não tá mais valendo a pena” e “se não tivesse dívida no banco, não precisava plantar fumo” e “eu deveria ter começado antes. Não é só fumo que dá dinheiro” (Entrevistado 19), foram ouvidas diversas vezes durante as entrevistas. E como mencionado anteriormente, as vinte (20) famílias entrevistadas afirmaram que com a diversificação da propriedade melhorou a renda. Podemos inferir que o fator de melhoria de resultado econômico, favorece a tomada de decisão pela diversificação.

b) Qualidade de vida: a quantidade de tempo de trabalho investido na propriedade em especial durante a safra de fumo (colheita e secagem) foi outro fator mencionado por dezesseis (16) entrevistados (18 são o total de agricultores que plantaram ou ainda plantam tabaco). Uma frase de um agricultor foi “Eles querem que tu planta, planta, planta [...] pra sempre tu ficar lá fornecendo pra eles” (Entrevistada 05). Além da quantidade de horas de trabalho, outro fator motivador para investir na diversificação relatado na pesquisa foi o desejo por uma melhora na saúde física. Tanto o esforço físico considerado elevado, quanto o contato com agrotóxicos foi mencionado causando diversos problemas de saúde, foram apresentados por dez (10) entrevistados. Um deles falou “o fumo judia a família toda” (Entrevistado 01) e outro “quase morri por causa da nicotina” (Entrevistado 04). A diversificação, segundo os entrevistados, gera mais flexibilidade de horário, autonomia de trabalho e menor uso de agrotóxico no caso da produção de frutas e hortaliças.

c) Apoio técnico e canais de comercialização: Um dos fatores de risco que inibe a tomada de decisão por parte dos agricultores familiares é falta de garantia de venda de sua produção. O produtor é especialista na produção, porém no advento da diversificação ele também necessita administrar, controlar e acompanhar todo o processo de comercialização pois não existem cadeias prontas para todos os produtos que são cultivados na propriedade. Para tanto, o agricultor necessita do apoio técnico para seu aperfeiçoamento produtivo e administrativo, bem como do apoio de entidades facilitadoras que conectem a produção com o mercado consumidor.

No caso da Microrregião de Santa Cruz do Sul, a Emater, Sindicato Rural e as Cooperativas foram destacadas por dezenove (19) entrevistados sendo de grande relevância para o processo de diversificação. Com declara um agricultor “A gente tem que ter o controle da venda e no fumo não tem” (Entrevistado 13). O apoio técnico e o cooperativismo são fatores representativos na diversificação produtiva deste grupo de produtores pesquisados.

Figura 10 – Nuvem de palavras, criada a partir das afirmações recorrentes dos entrevistados relacionada a sua tomada de decisão para a diversificação.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

Assim observa-se que os fatores que favorecem a diversificação podem ser resumidamente representados (FIGURA 10) por duas características que impulsionam e/ou influenciam a tomada de decisão dos produtores familiares. A primeira relaciona-se com a

demanda interna, ou seja, de dentro para fora, onde as necessidades, desejos e condições do agricultor e sua família são despertados pelas necessidades de melhoria de renda e qualidade de vida. A segunda característica está relacionada a fatores externos, neste caso, o apoio de entidades e organizações que favorecem a produção e comercialização de sua produção. Este importante papel de facilitador foi destacado pelos entrevistados, no qual a Emater, Cooperativas e Sindicatos promovem o compartilhamento de conhecimento e contribuem significativamente para que as famílias sustentem a decisão tomada pela diversificação de seu portfólio produtivo. Entidades destacadas na Figura 11, por todas as famílias entrevistadas, e que contribuíram significativamente para a implantação da diversificação em suas propriedades.

Figura 11 – Nuvem de palavras, criada a partir das afirmações recorrentes dos entrevistados relacionada as entidades de apoio para a diversificação.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

4.2 Fatores que obstaculizam a diversificação

A Microrregião foco desta pesquisa tem sua economia concentrada na produção de fumo, em propriedades baseadas na agricultura familiar e que utilizam mão de obra da família, salvo períodos específicos, como os da colheita, em que se contrata mão de obra terceirizada para garantir rapidez necessária e não sofrer com os possíveis riscos de atraso na

colheita. O *know-how*, “saber-fazer” do cultivo do tabaco também é passado de pai para filho, e, desta forma tem se perpetuado na região. Somado o fato da garantia de compra da produção por parte da empresa, em função do SIPT - Sistema Integrado de Produção de Tabaco, bem como o seguro contra a perda da produção por problemas climáticos. Essas garantias fornecidas pelas empresas fumageiras evidenciam o grau de controle exercido pelas empresas (VOGT, 1997).

Diante desse contexto, formou-se um *habitus* de produção e cultivo do tabaco, gerando uma cultura de produção do tabaco. Esta cultura pode ser explicada pela baixa escolaridade dos agricultores que cultivam tabaco, resultante do envolvimento desde tenra idade com seu cultivo e produção. Assim, a “[...] opção pela continuidade do cultivo quando adultos é uma constante e o conhecimento das técnicas de cultivo e o próprio saber-fazer, neste caso, depõem contra eles, porque preferem “ficar no tabaco” do que buscar os estudos” (DEPONTI, 2013, p. 190). Esta zona de conforto criada pela cultura do tabaco representa talvez o maior dos desafios a serem superados pelos agricultores que desejam instituir a diversificação em suas propriedades.

Dentre outros fatores apresentados como desafios que foram superados pelos agricultores para a tomada de decisão pela diversificação fora:

a) A Microrregião possui uma cultura enraizada no tabaco: Segundo um agricultor “Foi um desafio começar do zero, numa região que está preparada para o fumo” (Entrevistado 13). Um segundo entrevistado declarou que “Se eu fosse ouvir tudo o que os outros falam nois não tava aqui hoje” (Entrevistado 08 – Obs.: entrevista realizada na feira de hortifrutigranjeiro do município – Dez/18). Não se trata apenas de buscar alternativas de produção e mercadológicas, para a diversificação poder ser implementada torna-se necessário o produtor aceitar o desafio de correr riscos e suportar a pressão, muitas vezes imposta pelos próprios familiares e/ou vizinhos.

b) Custo e burocracia: para diversificar a propriedade muitas vezes o produtor necessita se adequar as demandas legais para poder comercializar sua produção. Isto vale especialmente para quem abre sua agroindústria. Neste caso as exigências legais e burocráticas absorvem muito dos recursos já limitados do produtor. Imprescindível que as entidades, governo e comunidade ofereçam o apoio para que o negócio possa se qualificar e prosperar. Um entrevistado que realizou investimentos altos para sua produção de ovos declarou “Se tivesse que começar hoje não sei se diversificaria, devido ao alto grau de exigência e custos burocráticos” (Entrevistado 19).

c) Mercado competitivo: o agricultor familiar produz em pequena escala e de forma menos tecnicizada (na maioria dos casos) e o mercado exige cada vez mais que se inove e produza com qualidade e baixo custo, para tanto, aumenta-se a escala de produção tornando-a viável. Neste contexto o agricultor familiar necessita superar a barreira da escala com produção e comercialização através de cooperativas ou programas de governo. Para isso precisa se adequar tanto tecnicamente como administrativamente o que as vezes se torna desafiador. Outro fator relevante, para crescer no mercado competitivo, torna-se necessário expor seu produto em redes maiores e sobre isso um entrevistado relatou “preciso investir muito para entrar em redes maiores, nos supermercados locais e regionais, não é fácil” (Entrevistado 07).

Como podemos observar são vários os fatores que obstaculizam o processo de tomada de decisão pela diversificação sob a ótica dos entrevistados. Contudo, o que chama a atenção relaciona-se com o grau de dificuldade para o produtor aceitar o desafio de correr riscos e suportar a pressão, muitas vezes imposta pelos próprios familiares e/ou vizinhos. Esta “pressão” relacionada à cultura estabelecida de produção do tabaco (Figura 12), e que se mantém perene devido ao Sistema Integrado de Produção do Tabaco (SIPT), foi fator alegado por sete (7) entrevistados como fator que dificultou ou postergou a tomada de decisão para buscar alternativas visando ampliar o portfólio produtivo na propriedade.

Figura 12 – Nuvem de palavras, criada a partir das afirmações recorrentes dos entrevistados relacionada aos principais desafios para a diversificação.



4.3 Relações entre a diversificação e a tomada de decisão

Pode-se inferir que tanto a abordagem da diversificação dos meios de vida em Ellis (2000) como o processo de tomada de decisão calcada na teoria da racionalidade limitada de Simon (1971) se entrelaçam no contexto das relações entre a diversificação e tomada de decisão pelos agricultores familiares. Pois mesmo em meio aos desafios históricos estabelecidos pela monocultura do tabaco e sua dependência quase que hegemônica na região, o público alvo desta pesquisa apresentou motivos que os levaram a diversificar apesar dos riscos inerentes à ampliação do portfólio produtivo e a inserção em novos mercados e novas cadeias produtivas.

Dentre algumas questões que tornam o processo de diversificação mais desafiador numa região de monocultura, especialização e cadeia produtiva forte como é o caso da microrregião de Santa Cruz do Sul, vale ressaltar que os agricultores familiares tiveram que buscar alternativas de apoio, já que a assistência técnica que as empresas tabacaleiras oferecem, sempre esteve dirigida para o auxílio direcionado exclusivamente ao cultivo do tabaco. Segundo os entrevistados, o apoio da Emater, de Cooperativas de produção e comercialização e dos programas do Governo Federal de aquisição de alimentos da agricultura familiar foram fundamentais para a tomada de decisão pela diversificação.

Este apoio técnico de compartilhamento de tecnologia e conhecimento oferecido pela EMATER, COOPERATIVAS locais, e, em alguns casos, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, serviram de alavanca para a tomada de decisão pela diversificação. As famílias entrevistadas ressaltaram sua predisposição e desejo em encontrar alternativas para melhoria de renda nas suas propriedades, sendo, no entanto somente após reunião, curso ou contato com algumas das instituições mencionadas, que se consolidou o processo de tomada de decisão (Tabela 04).

Outro elemento que chamou a atenção que contribuiu para a tomada de decisão das famílias para a diversificação foi desejo de melhoria da administração do tempo. Em 15 famílias entrevistadas foi mencionado que o tabaco demanda longos períodos de permanência na propriedade, especialmente durante a colheita e secagem da produção, realizada através das "fornadas" impedindo que integrantes da família se ausentem da propriedade para poder atender os fornos a lenha que efetuam a secagem do fumo. Esta forma sazonal de trabalho, com alta demanda presencial e física em alguns períodos do ano, e, também a condição de

renda por safra em vez de regular / mensal (caso da venda de hortifrúti), também foi destacado como fator de redutor da qualidade de vida dos produtores.

A melhoria de renda bastante destacada pelos entrevistados, trouxe para o contexto da discussão diversos elementos interessantes. Segundo os respondentes, a produção de tabaco não gera o retorno que justifique seu alto investimento, tanto em recursos financeiros e humanos. Em duas propriedades a produção de tabaco serviu para estimular o empreendedorismo na família. Nos dois casos, o marido continuou a plantar o tabaco, sendo que a esposa assumiu o projeto da diversificação da propriedade.

No primeiro caso (entrevistada 19), o desejo por uma fonte alternativa de renda e administrar uma empresa rural, criou um galinheiro para produção de ovos e construiu duas estufas para o plantio de morango. No caso segundo (entrevistada 20), abriu uma panificadora (confeção de pães e bolos para festas da comunidade) na propriedade. Dentre os objetivos iniciais destinados para a renda do novo negócio, esta oferece uma condição de vida e estudo melhor para a filha.

Outro desafio inibidor da tomada de decisão para a diversificação e saída do SIPT por parte do agricultor familiar é a comercialização de sua produção. Na cadeia produtiva do tabaco, o que mantém muitos, é justamente a condição de baixo risco na comercialização, pois a indústria acompanha a produção e ao final realiza a compra da mesma, e, mesmo tendo o controle dos valores a serem pagos para o produtor, gera um sentimento de confiança e certeza de recebimento. Por outro lado, os agricultores familiares possuem técnicas para cultivarem outros produtos dentro de sua propriedade, produtos que, muitas vezes, são produzidos apenas para a sua subsistência, mas por falta de mercado, restringem-se a realizar os investimentos em outros cultivos devido as incertezas de compra da produção.

São justamente estas incertezas que favorecem a permanência de agricultores vinculados ao tabaco, e segundo Ellis (2000) reduzem a autonomia para funcionar e operar suas vidas e propriedades. As mesmas incertezas também inibem a tomada de decisão de enfrentar novos desafios e mercados, pois não se tem todas as informações disponíveis para garantir a melhor opção para cada unidade familiar.

Assim sendo, a racionalidade limitada de Simon (1971) serviu de arcabouço para gerar um entendimento capaz de esclarecer a tomada de decisão realizada pelos entrevistados desta pesquisa, pois do total de participantes (20), somente dois nunca haviam plantado tabaco. Então, dezoito (18) agricultores familiares apesar de seu envolvimento com a cadeia produtiva do tabaco, superaram seus medos, anseios e riscos, diversificando suas fontes de renda através

de um maior portfólio produtivo.

A maioria, dezoito (18) agricultores, optou por plantar hortifrúti como uma das alternativas principais. O motivo apresentado pelos próprios produtores por ser adequado a propriedade e condição de trabalho da família. De forma geral os principais critérios alegados para a diversificação nesse tipo de cultivo foram:

a) Capacidade de investimento – hortifrutigranjeiros requer baixo investimento inicial e possibilidade de venda imediata (vizinhos, mercadinhos, feira livre, etc.);

b) Tamanho da área de produção – para hortifrutigranjeiros não há uma demanda por área maior para sua produção;

c) Canais de comercialização – a comercialização da produção se adequa perfeitamente as condições de produção e logística das pequenas propriedades (feiras rurais, programas de governo, etc.).

No geral, a percepção dos agricultores sobre o processo de diversificação nas suas respectivas propriedades é de satisfação com os resultados conquistados até o presente momento. Foram doze (12) entrevistados que mencionaram se arrepender de não terem iniciado antes o processo para a diversificação e sair da monocultura do tabaco. Todos os entrevistados também relataram sua pretensão em continuar desenvolvendo o novo portfólio produtivo e/ou até ampliar com novos produtos. O que pode contribuir para que a maioria invista nesta ampliação de produção, são a melhoria de condição de investimento (financiamentos) e desburocratização e diminuição dos custos para abertura e manutenção de agroindústrias.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação analisou o processo de tomada de decisão pela diversificação produtiva da Microrregião Geográfica de Santa Cruz do Sul. Para responder ao objetivo geral foram delimitados objetivos específicos. O primeiro tratava de caracterizar o perfil socioeconômico dos agricultores familiares entrevistados. De acordo com os dados coletados, o grupo de vinte (20) famílias de agricultores entrevistados direcionam a maior parte de suas propriedades para o cultivo de hortifrutigranjeiros. Alguns possuem agroindústria, onde processam sua produção para comercialização no mercado local e regional. Outros ainda ocupam parte de suas terras para a criação de gado de corte e/ou consumo de subsistência. Dezoito (18) agricultores eram oriundos da produção exclusiva do tabaco, sua renda era gerada desse único cultivo. Essa situação, de acordo com a literatura tornava os referidos agricultores mais vulneráveis às variações de mercado e às decisões tomadas pelos atores externos envolvidos na cadeia produtiva do tabaco.

No entanto, a diversificação produtiva adotada por este grupo pesquisado, ainda que seja um pequeno extrato da Microrregião de Santa Cruz do Sul, demonstra a capacidade de operar e superar os desafios em meio a uma cultura hegemônica do tabaco existente na região a mais de um século. Mediante as adversidades apresentadas pelos próprios produtores, os mesmos tomaram a decisão de diversificar gerando cada vez mais autonomia para si, suas famílias e suas propriedades.

Essa situação corrobora com o enfoque dos meios de vida adotado como marco teórico dessa dissertação, salientando os aspectos positivos advindos da ampliação dos portfólios produtivos e dos capitais natural, social, econômico, etc. Além disso, a diversificação produtiva gera novas fontes de renda dentro das propriedades, reduz o grau de vulnerabilidade frente ao mercado, constituindo-se uma alternativa viável e factível como se verifica nos resultados no grupo pesquisado.

Em relação aos objetivos específicos estabelecidos para esta pesquisa, pode-se concluir que: a caracterização e análise de perfil dos agricultores entrevistados ofereceu subsídios consistentes para o trabalho. Observou-se que os fatores de idade, escolaridade, etnia e religião não foram determinantes para definir o padrão de tomada de decisão. Por outro lado, o fator de participação social em diversas entidades, cooperativas e organizações religiosas contribuiu para a tomada de decisão. Como segundo objetivo específico, estudar o processo de tomada de decisão pela diversificação, ofereceu informações interessantes sobre a motivação

que levou os produtores a diversificarem. As três (3) questões de maior ênfase relatadas como fatores críticos para a tomada de decisão foram: melhoria de renda, melhoria de qualidade de vida e melhoria nas condições de saúde física.

O terceiro objetivo específico buscou identificar os elementos facilitadores e os obstáculos para a diversificação. Como facilitadores foram apresentadas as questões da própria iniciativa dos atores em buscar alternativas, o apoio de entidades e organizações de suporte e repasse de conhecimento (EMATER, Cooperativas, Sindicatos, Prefeituras, etc.), e novos canais e oportunidades de comercializar a produção. No caso de fatores que obstaculizam o processo de tomada de decisão, pode-se inferir que a cultura do tabaco e sua cadeia produtiva amplamente estabelecida limita a tomada de decisão por parte dos produtores, devido a criar uma certa “zona de conforto” para que se permaneça na produção de tabaco por sua comodidade, garantias de compra de produção e oferta de insumos financiados para safra seguinte. Outro desafio a ser superado são as burocracias legais para quem deseja empreender e em especial, comercializar sua produção em novos mercados.

O trabalho realizado com o grupo de agricultores familiares da Microrregião de Santa Cruz do Sul apurou informações importantes no contexto da tomada de decisão e diversificação. Como disse um dos produtores “*a diversificação me dá escolhas*”, referindo-se ao passado recente em que plantava somente fumo e estava inserido na cadeia produtiva do tabaco. O resultado principal da diversificação adotada pelos pesquisados, além de renda e qualidade de vida, foi melhorar o grau de autonomia.

No entanto, o que se pode concluir é que a tomada de decisão é inicialmente do próprio produtor. Em segunda instância, a rede social (convívio) na qual o mesmo está inserido também contribui para o sucesso da transição de monocultura (especialização) para a diversificação. Em terceiro lugar, deve-se destacar a relevância das instituições e organizações de apoio para as pequenas propriedades familiares, consideradas de fundamental importância pelos entrevistados para seu êxito e permanência na diversificação. Ficou evidente ainda, que não existe uma solução única, o portfólio produtivo é estabelecido de acordo com as capacidades e interesses do produtor, mas que a diversificação é uma alternativa que gera renda e melhoria de qualidade de vida.

Por fim, os resultados apresentados permitiram visualizar de forma específica os principais motivos e obstáculos que levaram agricultores familiares a buscarem a diversificação em suas propriedades. A partir desta pesquisa expressa-se o desejo de que ela possa servir de subsídio para outros que se interessem em compreender o processo de tomada

de decisão pela diversificação produtiva e contribuir para que as políticas públicas bem como as instituições técnicas engajadas na promoção da diversificação possam oferecer ainda mais apoio aos agricultores familiares, especialmente na Microrregião de Santa Cruz do Sul.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.
- ALMEIDA, Guilherme E. Gonçalves de. **Fumo: servidão moderna e violação de direitos humanos**. Curitiba: Terra de Direitos, 2005.
- ALMEIDA, Jalcione. **A construção social de uma nova agricultura**. Porto Alegre: UFRGS, 1999.
- ANDRADE, J. J de. **Os valores e as motivações no processo de tomada de decisão dos produtores rurais no município de Sant’Ana do Livramento/RS**. 2008. 288f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural – Mestrado e Doutorado) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.
- ANUÁRIO BRASILEIRO DO TABACO. Editora Gazeta do Sul, Santa Cruz do Sul, 2014.
- BALDIN, Nelma; MUNHOZ, Elzira M. Bagatin. Educação ambiental comunitária: Uma experiência com a técnica de pesquisa Snowball (Bola de Neve). Rio Grande: **Revista eletrônica Mestrado Educação Ambiental**, v. 27, Julho a Dezembro de 2011.
- BALESTRIN, A. Uma análise da contribuição de Herbert Simon para as teorias organizacionais. **REAd**. Ed. 28, v. 8, n. 4, Jul - Ago. São Leopoldo: Unisinos, 2002.
- BERNARDES, Nilo. **Bases geográficas do povoamento do Estado do Rio Grande do Sul**. Ijuí: Ed. Unijui, 1997.
- BIANCHINI, Valter; BOJANIC, Alan. **Anuário Brasileiro da Agricultura Familiar**. Erechim: Bota Amarela, 2014.
- BORGES, J. A. R. **Riscos e mecanismos para gerenciá-los: uma análise a partir das percepções dos produtores de commodities agrícolas**. 128f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Agronegócio – Mestrado e Doutorado) – Faculdade de Agronomia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010.
- BOTELHO, A. Sequências de uma sociologia política brasileira. 2007. **Revista Dados** [online], v. 50, n. 1, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582007000100003> Acesso em: 09 abr. 2019.
- BREAKWELL, Glynis M. et al. **Métodos de Pesquisa em Psicologia**. 3ª Edição. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- BUAINAIN, Antônio M. **Agricultura familiar e inovação tecnológica no Brasil: Características, desafios e obstáculos**. Campinas, SP: Unicamp, 2007.
- BUCHANAN, L; O’CONNELL, A. Uma breve história de tomada de decisão. 2006. **Harvard Science Management**, v. 84, n. 1, p. 32-41, jan. 2006. Disponível em: <<https://www.coursehero.com/file/41959268/Uma-Breve-Hist%C3%B3ria-da-tomada-de->

decis%C3%A3o-Buchananpdf/> Acesso em 3 mar. 2019.

CHAMBERS, R.; CONWAY, G. **Sustainable rural livelihoods: Practical concepts for the 21st century**. Discussion Paper, 296fls. Brighton: IDS, 1992.

CHOO, C. W. **A organização do conhecimento: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões**. São Paulo: SENAC, 2003.

COELLI, T.; FLEMING, E. Diversification economies and specialization efficiencies in a mixed food and coffee smallholder farming system in Papua New Guinea. **Agricultural Economics**, v. 31, n. 2-3, p. 229-239, 2004.

CULAS, R.; MAHENDRARAJAH, M. Causes of diversification in agriculture over time: evidence from Norwegian farming sector. *In: International Congress of the European Association of Agricultural Economists*, Copenhagen Annals, Copenhagen: EAAE, Aug. 2005. 18 p.

DALCIN, D. **Os Estilos de tomada de Decisão e o Desempenho Econômico das propriedades Rurais de Palmeira das Missões/RS**. 130f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Agronegócio - Doutorado) – Faculdade de Agronomia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

DEPONTI, Cidonea Machado. **Intervenção para o desenvolvimento rural: o caso da extensão rural pública do Rio Grande do Sul**. 2010. 275f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas - Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

_____.; SCHNEIDER, S.; A extensão rural e a diversificação produtiva da agricultura familiar em áreas de cultivo de tabaco no Rio Grande do Sul: o caso de Dom Feliciano – RS. **Revista IDEAS**, Rio de Janeiro, n.2, p. 176-213, jul./dez. 2013.

DI FALCO, S.; CHAVAS, J. P. On crop biodiversity, risk exposure, and food security in the highlands of Ethiopia. **American Journal of Agricultural Economics**, v. 91, n. 3, p. 599-611, 2009.

DUTRA, A. da S.; MACHADO, J. A. D.; RATHMANN, R. Alianças Estratégicas e Visão Baseada em Recursos: um Enfoque Sistêmico do Processo de Tomada de Decisão nas Propriedades Rurais. *In: Anais do Sober*. Rio Branco, Acre, 2008.

ELLIS, Frank. Household strategies and rural livelihood diversification. **The Journal of Development Studies**, London (UK), v. 35, n. 1, p. 1-38, 1998.

_____. The Determinants of Rural Livelihood Diversification in Developing Countries. **Journal Agricultural Economics**, n.2, p.289-302, maio 2000.

_____. Diverse Livelihoods and Natural Resources: A Research Context. **Institute of Development Studies**, England, n.7, p. 1-16, jan. 2001.

ETGES, Virginia E. **Sujeição e Resistência: os camponeses gaúchos e a indústria do fumo**.

Santa Cruz do Sul: FISC. 1991.

_____. **A região no contexto da globalização:** o caso do Vale do Rio Pardo. In: VOGT, O. P.; SILVEIRA, R. L. da (Org.). Vale do Rio Pardo: (re)conhecendo a região. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001. p. 351-365.

EXPOAGRO AFUBRA – Desenvolvido pela Associação de Fumicultores do Brasil. -2019. Apresenta informações gerais sobre a instituição. Disponível em: <<https://afubra.com.br/sobre-expoagro.html>>. Acesso em 05 abr. 2019.

FNDE – **Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação** (Ministério da Educação). Desenvolvido pelo Ministério da Educação – Governo Federal. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/programas/pnae>>. Acesso em: 03 abr. 2019.

FREITAS, Tanise Dias. **A Diversificação dos Meios de Vida como Expansão das Capacitações: Por uma Sociologia das Condições de Vida na Fumicultura no Rio Grande Do Sul.** 2015. 326 p. Tese (Programa de Pós-Graduação em Sociologia – Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

FREITAS, T. D.; RAMBO, A.G.; SARTORELLI, A. Os Meios e as Condições de Vida no Espaço Rural: O Caso das Famílias Produtoras de Tabaco em Arroio Do Tigre (RS) e Laranjeiras Do Sul (PR). **Redes** (Santa Cruz Sul, Online), v. 20, nº 3 - Suplemento, p. 138 - 162, set./dez. 2015.

GABOARDI, Shaiane C. **O movimento agroecológico: leituras do CAPA e do CETAP acerca da PNAPO e os projetos paralelos que promovem a agroecologia na microrregião de Erechim.** 2014. 111 p. Trabalho de Conclusão (Programa de Graduação em Geografia), Universidade Federal Fronteira Sul, Erechim, 2014.

GREGOLIN, Adriana C.; PERACI, Adoniram S. **Diversificação em áreas cultivadas com tabaco: uma ação de Ater necessária.** Ministério do Desenvolvimento Agrário – Governo Federal. Publicação MDA/SAF/Dater, Nov. 2010. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/pageflip-2583697-3759191-lt_Balano_do_Programa_de-2021660.pdf> Acesso em: 9 mar. 2019.

GUANZIROLI, C. E.; BUAINAIN, A. M.; DI SABATTO, A. Dez anos de evolução da agricultura familiar no Brasil; 1996 e 2006. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 50, n. 2, p. 351-370, abr./jun, 2012.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário 2006:** agricultura familiar – primeiros resultados. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

_____. **Divisão do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas.** Rio de Janeiro, 1990. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20%20RJ/DRB/Divisao%20regional_v01.pdf>. Acessado em 12 dez. 2018.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica. **Texto para discussão, 2202.** Rio de Janeiro: Maio de 2016. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/6678?locale=pt_BR>

Acesso em: 5 out. 2018.

KIPRONO, R. B. **Contribution of on-farm diversification to incomes of smallholder farmers in Konoin District, Bomet County**. 2012. 67 p. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Agricultura e Economia Aplicada - Mestrado) – Egerton University, Nairobi, 2012.

LIMA, R. G. Por que os Projetos Alternativos à Fumicultura não vêm se Tornando Prioridade entre os Agricultores do Vale do Rio Pardo, Rio Grande do Sul? **Desenvolvimento em Questão**. Ijuí: Unijuí, ano 10, n. 19, 2012.

LUDTKE, Rosiéle C. **Iniciativas de Diversificação ao Cultivo do Tabaco no Município de Santa Cruz do Sul – RS: Um Estudo de Caso**. 2016. 179 p. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável – Mestrado) Laranjeiras do Sul: UFFS, 2016.

MARCH, J. G.; SIMON, H. A. Limites cognitivos da racionalidade. In: _____. **Teoria das organizações**. Rio de Janeiro: FGV, 1975.

MCNAMARA, K. T.; WEISS, C. Farm household income and on-and-off farm diversification. **Journal of Agricultural and Applied Economics**, v. 37, n. 1, p. 37-48, Inglaterra: Cambridge Press, 2005.

MDSA. **Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-paa/sobre-o-programa>>. Acesso em: 06 abr. 2019.

MEYER, Alexandre Afonso; GOMES, Mário Conill. Apoio a decisão de negócio em assentamento rural utilizando uma metodologia multicriterial. **Revista Espacios**. v. 37, n. 22, p. 22, 2016. Disponível em: <<http://www.revistaespacios.com/a16v37n22/16372222.html>>. Acesso em: 11 jan. 2019.

MOTTA, F. C. P.; VASCONCELOS, I. F. G. **Teoria geral da administração**. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2002.

PERONDI, Miguel Angelo; SCHNEIDER, Sérgio. Bases Teóricas da Abordagem de Diversificação dos Meios de Vida. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 17, n. 2, p. 117-135, jul. 2012.

_____; _____. Diversificação Endógena e Intersetorial da Agricultura Familiar. In: **Anais XLV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia**, Londrina/PR: Sober, 2007. v. I. p.1-18.

PETTIGREW, A. M.; **The Politics of Organizational Decision-Making**. Routledge: Oxon / England. p. 3-4. 2001.

PLOEG, Jan Douwn Van Der. **Camponeses e Impérios Alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

POPE, R. D.; PRESCOTT, R. Diversification in relation to farm size and other socioeconomic characteristics. **American Journal of Agricultural Economics**, Washington DC. v. 62, n. 3, p. 554-559, 1980.

RAMOS, M. P.; PAIVA, C. N. Á. Limitações e Possibilidades da Análise de Indicadores Regionais; O caso do COREDE do Vale do Rio Pardo. **Redes**, v. 10, n. 2, p. 83-92, maio/ago. 2005.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES ASCNOR – SANTA CRUZ NOVOS RUMOS. **Plano estratégico de desenvolvimento de Santa Cruz do Sul. Santa Cruz do Sul, 2008-2028**. Disponível em: <<http://www.santacruznovosrumos.com.br/index.php/downloads/category/1-apresentao>>. Acesso em: 20 nov. 2016.

ROBBINS, S. P. **Administração: mudanças e perspectivas**. São Paulo: Saraiva, 2000.

RUDNICK, Carlise Schneider; WAQUIL, Paulo Dabdab. **Relações contratuais no Sistema Integrado de Produção do Tabaco (SIPT):** relações de confiança e contratos. In: SILVEIRA, R. L. L. da (Org). **Tabaco, Sociedade e Território: relações e contradições no Sul do Brasil**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2012. p. 89 – 122.

SCHNEIDER, Ingrid. Êxodo, envelhecimento populacional e estratégias de sucessão na exploração agrícola. **Indicadores Econômicos**, Porto Alegre, n. 4, p. 259-268, 1994. Disponível em:< <http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/viewFile/629/874>>. Acesso em: 02 fev. 2019.

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 18, n. 51, Fev. 2003.

_____. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

_____. **Referências para a elaboração de uma matriz (template) de análise da diversificação da produção em áreas cultivadas com tabaco no Brasil**. Porto Alegre, 2010 a. (Relatório).

_____. **Diversificação como estratégia de desenvolvimento rural: referências teóricas para construção de alternativas economicamente sustentáveis de diversificação da produção e renda em áreas de cultivo de tabaco no Brasil** – subsídios à implementação dos Artigos 17 e 18 da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco. Porto Alegre, 2010b. (Relatório).

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEO, S. N. Is an integrated farm more resilient against climate change? A micro-econometric analysis of portfolio diversification in African agriculture. **Food Policy**, v. 35, n. 1, p. 32-40, 2010. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S030691920900058X>> Acesso em: 10 mar. 2019.

SILVA NETO, B.; LIMA, A. P. de; BASSO, D. Incerteza, Racionalidade e Procedimentos em Ações de Desenvolvimento Local. **Desenvolvimento em Questão**. Ijuí: Unijui, Jul./Dez 2003.

SILVEIRA, K. R. K. da. **A Diversificação Produtiva em Áreas de Tabaco: Microrregião Geográfica de Santa Cruz do Sul**. 2014. 115 p. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2014.

SIMON, H. A. **Comportamento administrativo: estudo dos processos decisórios nas organizações administrativas**. 277 p. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1971.

TEODÓSIO, A. S.; SILVA, E. E.; RODRIGUES, F. R. G. **Discutindo o processo decisório: a contribuição dos principais modelos de análise**. Disponível em: <<http://www.mettodo.com.br/pdf/Discutindo%20o%20Processo%20Decisorio.pdf>> Acesso em: 11 dez. 2019.

VARGAS, Marco A. OLIVEIRA, Bruno F. Agricultura familiar e estratégias de diversificação. In; **Anais do XIII Encontro Regional da ANPEC Sul**, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <<https://en.anpec.org.br/previous-editions.php?r=encontro-2010>> Acesso em: 03 mar. 2019.

_____; _____. Estratégias de Diversificação em Áreas de Cultivo de Tabaco no Vale do Rio Pardo: uma análise comparativa. **RESR**, Piracicaba-SP, v. 50, n. 1, p. 175-192, Jan/Mar, 2012.

VEIGA, J. Eli da. **Desenvolvimento Sustentável: desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2006. 226 p.

VOGT, Olgário Paulo. **A produção de fumo em Santa Cruz do Sul, RS (1849-1993)**. 1997. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História Social – Mestrado). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1997.

YIN, R. K. **Case study research. Design and Methods**. USA: Sage Publications Inc, 2005. Disponível em: <<http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,7-2-milhoes-de-pessoas-convivem-a-fome-no-brasil-mostra-ibge,1608831>>. Acesso em: 26 nov. 2017.

ZOTTI, Cleimary F. **Meios de Vida Alternativos a Cultura do Tabaco nos Municípios de Capanema e Planalto - PR**. 2010. 129 p. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural – Mestrado e Doutorado) - Porto Alegre: UFRGS, 2010.

APÊNDICE A – Síntese de Perguntas do questionário semiestruturado

Quadro 08 - Síntese das perguntas do questionário semiestruturado

Nº	Localidade/ Município	Dependência Tabaco	Fontes de Renda após Tomada de Decisão	Desafios e Obstáculos	Facilitadores / Apoio	Motivações para Tomada de Decisão
01	Linha Tangerinas / VA	Mais de 30 anos (Fonte única de renda). Desde 2008 sem plantar tabaco.	90% da renda vem de embutidos, frigorífico (gado, suíno), 10% vem das frutas (laranja e bergamota).	Burocracia para legalização do negócio, comercialização de produtos fora do município.	Emater, APL – Arranjo Produtivo Local e Cooprova (Cooperativa de Produção de Venâncio Aires).	Qualidade de vida, saúde de integrantes da família, melhoria de renda.
02	Linha Boa Vista / SCS	Somente dois anos plantando fumo (89 – 90).	50% da renda vem do Turismo Rural, 40% da produção de leite e 10% dos hortifrúti / geleias e pães usados na propriedade.	Organização e adaptação da propriedade para Turismo Rural	Sebrae, Aturvarp e Sec. Turismo de SCS, experiência de 3 anos na Alemanha.	Qualidade de vida, melhoria de renda, não dependência do clima, não utilização de defensivos e agrotóxicos.
03	Linha Dona Josefa / VC	Avós plantavam fumo, os pais sempre plantaram alface e couve.	80% vem de hortifrutigranjeiros: alface, couve, beterraba, tempero, brócolis, repolho e frutas. 20% do trabalho de meio turno como secretária da cooperativa.	Adquirir terra própria, comercializar mais e melhor, tecnificar a propriedade (irrigação e mecanização).	Coopervec, Sec. Municipal de Agricultura.	Aumento da renda, garantia de renda o ano inteiro
04	Faxinal de Dentro / VS	21 anos plantando fumo. Desde 2010 não planta fumo.	30% vem do Pepino (conserva), 30% do arroz irrigado e 40% da soja.	Problemas de saúde devido a nicotina, investimentos em maquinário, burocracia para a agroindústria de conservas.	Emater e Coagrisol (Cooperativa Agroindustrial sede em Soledade/RS).	Qualidade de vida, melhoria de renda, saúde física, e preocupação com a convenção quadro.
05	Linha Herique D´avila / VC	23 anos plantando fumo. Filho ainda planta 2 ha.	40% vem da Batata doce, aipim, feijão e hortifrúti, 30% do tabaco e 30% da aposentadoria.	Necessidade de conhecimento técnico e comercial, mudança de cultura da família.	Coopervec, Emater e Sicredi	Qualidade de vida, melhoria de renda, novos conhecimentos e novos círculos de amizade.
06	Linha Alta / VC	30 anos plantando fumo. Ainda planta mas carro chefe mudou para leite desde 2011.	60% vem do leite, 40% do tabaco. Restante hortifrúti para subsistência.	Conhecimento técnico e adequação da propriedade / tecnificar para produção do leite.	Emater, Languiru e Sicredi.	Melhoria de renda, diminuir os riscos (climáticos e de oscilação de preços de mercado)

07	Linha Santa Emília / VA	Família nunca plantou fumo por opção própria.	40% vem do hortifrúti (orgânicos), 20% vem da agroindústria de derivados de cana, 20% vem produção de leite e porco, 20% de aposentadoria.	Conhecimento técnico e comercialização de produtos.	CAPA – Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia, Emater, Cooperativa Ecovale – Produtores Ecológicos, Cooprova – Produtores de Venâncio Aires.	Qualidade de vida, melhoria de renda, estabilidade de receita mensal.
08	Linha Andreas / VC	Família sempre plantou fumo. Em 2017 decidiu diversificar.	50% vem do fumo, 40% de hortifrúti – destaque para banana, 10% apicultura.	Preconceito da família e vizinhos.	Emater, Coopervec e AAPIVERC – Assoc. de Apicultores de Vera Cruz.	Melhoria de renda, diminuição do risco da dependência do tabaco, diminuir as horas de trabalho, diminuir o uso de agrotóxico.
09	Linha João Alves / SCS	Família sempre plantou fumo. Mas sempre diversificaram com intuito da não dependência de uma única fonte de renda.	40% da renda vem do fumo, 30% vem do leite, e 30% de hortifrúti e flores.	Chegar nos mercados e comercializar melhor, acesso a informação qualificada para produzir mais e melhor.	Emater, COOPSVALE – Cooperativa Agrícola de Passo do Sobrado e Vale Verde.	Continuar com as atividades dos pais, melhoria de qualidade de vida, melhoria de renda.
10	Linha Henrique D´avila / VC	Família plantou por mais de 20 anos somente tabaco. Desde 2012 não planta mais tabaco.	70% vem dos hortifrúti, 30% vem de arrendamento e ajuda de custo do sindicato.	Burocracia para legalização de produção, acesso a mercados consumidores.	Emater, Sindicato Rural de Vera Cruz, Cooperevec.	Endividamento com as empresas tabacaleiras, melhoria da qualidade de vida, melhoria de renda, melhoria da saúde física.
11	Linha Antão - Monte Alverne / SCS	Família sempre plantou fumo. Diversificou a partir de 2010.	60 % vem do fumo, 20% vem do milho, 20% vem dos hortifrúti e conservas.	Produzir mais, burocracia para abrir agroindústria de conservas.	Emater	Melhoria de renda, custo de mão de obra para fumo.
12	RST 287 KM 122 / VS	Família sempre plantou fumo. Desde 2005 não planta mais fumo.	40% vem do aipim descas., 40% de pepino em conserva, 20% gado de corte.	Burocracia legal, comercialização.	Sebrae, CAPA, Sicredi.	Saúde física, melhoria de renda, melhoria da qualidade de vida.
13	Faxinal de Dentro / VS	Família sempre plantou fumo. Desde 2014 não planta mais fumo.	100% agroindústria (pepino e pimenta)	Burocracia para abertura da Agroindústria.	Emater, Curso Técnico em Agronegócio.	Melhoria de qualidade de vida, melhoria de renda.

14	Cerro Alegre Alto / SCS	Família nunca plantou fumo. Plantava hortifrúti. Desde 2015 investiu em Agroindústria	40% vem do aipim, 30% de verduras, 10% batata doce.	Exigências fitossanitárias para agroindústria.	Emater	Expansão do negócio da família com a agroindústria.
15	Vila Progresso / VC	Família sempre plantou fumo. Desde 2017 não plantam mais fumo.	40% vem de hortifrúti, 30% vem da indústria de massas caseiras, 20% da aposentadoria.	Burocracia para abertura da indústria de massas caseiras.	Unisc, Emater	Melhoria de renda, diminuição dos resultados do tabaco, melhoria da qualidade de vida.
16	Linha São Martinho / SCS	Família sempre plantou fumo. Desde 2000 não planta mais fumo.	70% vem da banana, 30% de hortifrúti (laranja, bergamota, chuchu, abacate, etc)	Desbravar o mercado novo de frutas, concorrência com grandes fornecedores.	Emater, CAPA, UNISC, Sebrae, Tecnounisc, Coopersanta – Cooperativa Regional de Alimentos de Santa Cruz do Sul Ltda	Qualidade de vida (doença do fumo verde), melhoria de renda.
17	Linha Fundinho / VC	Família sempre plantou fumo durante 30 anos. Desde 2015 não plantam mais fumo.	20% vem de Galinha de Postura (ovos), 20% de milho e feijão, 40% hortifrúti (batata e aipim principalmente), 20% de pecúlio.	Comercialização, crédito para produção de novos negócios (galinha de postura).	Emater, Coopervec	Melhoria de qualidade de vida (o fumo era serviço pesado sem resultado), Problemas de saúde física, Melhoria de renda
18	Linha Dona Josefa / VC	Família sempre plantou fumo. Desde 2012 não planta mais fumo.	60% vem do hortifrúti, 20% da piscicultura, 20% de aposentadoria	Adequação da propriedade para hortifrúti, comercialização da produção.	Emater, Prefeitura, Sebrae	Melhoria de qualidade de vida, falta de mão-de-obra para o fumo.
19	Faxinal de Dentro / VS	Família plantou somente fumo durante 26 anos. Desde 2013 o fumo não é mais a renda principal.	35 % vem da produção de ovos, 25 % vem da produção de morango, 30 % vem do fumo, 10 % de gado de corte.	Comercialização, canais de distribuição, burocracia fitossanitária, gestão do negócio.	Emater	Melhoria de renda (para ajudar a filha nos estudos), melhoria da qualidade de vida, ampliação de conhecimento e de pessoas / instituições.
20	Linha Arroio Grande / VA	Família sempre plantou fumo. Desde 2013 investiram na agroindústria e reduziram área de fumo.	60 % da renda vem da agroindústria – panificados, 40 % vem do fumo.	Empreender novo negócio, burocracia, gestão.	Emater, Sebrae, Cooprova.	Melhoria de renda, melhoria da qualidade de vida, saúde física (parar com o agrotóxico).

Fonte: Elaboração própria.

Legenda: VA – Venâncio Aires; VC – Vera Cruz; VS: Vale do Sol; SCS: Santa Cruz do Sul.

APÊNDICE B – Roteiro de Entrevistas

Questionário 01 – Perfil Socioeconômico



Formulário de Entrevista –

Prezado (a) agricultor (a):

Gostaríamos de contar com sua preciosa colaboração participando de uma pesquisa que objetiva analisar e compreender o processo de tomada de decisão para a diversificação por agricultores familiares na Microrregião de Santa Cruz do Sul. **Enfatizamos que sua identidade será mantida em sigilo. Não se preocupe, não existem respostas certas ou erradas. O que esperamos é apenas a sua opinião sincera.**

Nome do entrevistado: _____
 Telefone: _____

I – Perfil socioeconômico:

1. Em qual localidade você mora atualmente?

2. Identifique o seu sexo: 1. () Masculino 2. () Feminino

3. Qual é a sua idade? _____

4. Qual é o seu estado civil?

1. () Solteiro(a) 2. () Casado(a) 3. () União Estável 4. () Separado(a)/Divorciado(a)
 5. () Viúvo(a) 6. () Outro. Qual? _____

5. Qual é sua escolaridade?

	Marque com X
Analfabeto(a) ou até 3ª série fundamental	
Fundamental incompleto	
Fundamental completo	
Médio incompleto	
Médio Completo	
Superior incompleto	
Superior Completo	

6. Qual é a sua origem étnica?

- | | |
|------------------------------|------------------------------|
| 1. () Alemã | 6. () Africana e portuguesa |
| 4. () Italiana | 9. () Africana e alemão |
| 7. () Portuguesa | 12. () |
| 10. () Africana | Outra: _____ |
| 2. () Alemã e italiana | |
| 5. () Alemã e portuguesa | |
| 8. () Italiana e portuguesa | |
| 11. () Não sabe | |
| 3. () Africana e italiana | |

7. Qual é a sua religião?

1. () Católica
 2. () Evangélica luterana
 3. () Espírita
 4. () Religião afro-brasileira (candomblé, umbanda)
 5. () Assembléia de Deus
 6. () Igreja Universal do Reino de Deus
 7. () Não tem religião
 8. () Outra. Qual? _____

8. Das associações e grupos abaixo indicados assinale:

Se Participa ou Já Participou (marque, então, ou a primeira coluna ou a segunda coluna): **Se Nunca participou** (marque, então, a terceira ou, a quarta coluna).

	Participação		Se nunca Participou	
	Participo	Já participei, não participo mais	Gostaria de participar	Não gostaria de participar
Associação				
Partido político				
Pastoral da juventude – grupo de jovens				
Sindicato				
Cooperativa				
Movimento ecológico				
Igreja – comunidade religiosa				
Outro				

Por que não participou e/ou porque não quer participar?

9. Qual a receita gerada na propriedade? (SM = Salário Mínimo)

1. () Menos de um salário mínimo (menos de R\$ 954,00)
 2. () Entre 01 e 02 salários mínimos (mais de R\$ 954,00 a R\$1.908,00)
 3. () Mais de 2 a 3 SM (mais de R\$ 1.908,00 a R\$ 2.862,00)
 4. () Mais de 3 a 5 SM (mais de R\$ 2.862,00 a R\$ 4.770,00)
 5. () Mais de 5 a 10 SM (mais de R\$ 4.770,00 a R\$ 9.540,00)
 6. () Mais de 10 SM (mais de R\$ 9.540,00)

10. Quais as atividades desenvolvidas na propriedade?

11. Quantos hectares tem no total e quanto tem para cada atividade?

12. Se existem outras rendas (aposentadorias, pensões). Quais?

MUITO OBRIGADO!

APÊNDICE 3 – Roteiro Semiestruturado

Questionário 2 – Perguntas abertas



Questionário semiestruturado para Produtores Familiares:

Nome do Entrevistado: _____

Tel. De Contato: _____

Município: _____

- 1) Conte um pouco sobre a história da família.
- 2) Por que a família decidiu diversificar a propriedade? Fatores de influência.
- 3) Quem teve a ideia inicial de realizar a diversificação?
- 4) Como começou esse processo de diversificação e quais principais dificuldades enfrentadas no processo?
- 5) Quais as atividades de diversificação que atualmente são desenvolvidas? Quem as realiza?
- 6) Houve mudanças na renda com o processo de diversificação?
- 7) Quais são as políticas públicas que a família tem acesso? Quem intermedia o acesso às políticas públicas?
- 8) Quais são as entidades/organizações que colaboraram para a tomada de decisão no seu processo de diversificação? Qual a relevância destas entidades/organizações para você/sua família hoje?
- 9) Se ainda planta fumo, quanto representa na composição de sua renda? Pretende continuar? Aumentar? Diminuir?
- 10) Você pretende ficar no meio rural? E os filhos?
- 11) Você se sente realizado nesta atividade? Por quê? Como você avalia sua qualidade de vida antes da diversificação e depois?

APÊNDICE D – Imagens da Pesquisa de Campo

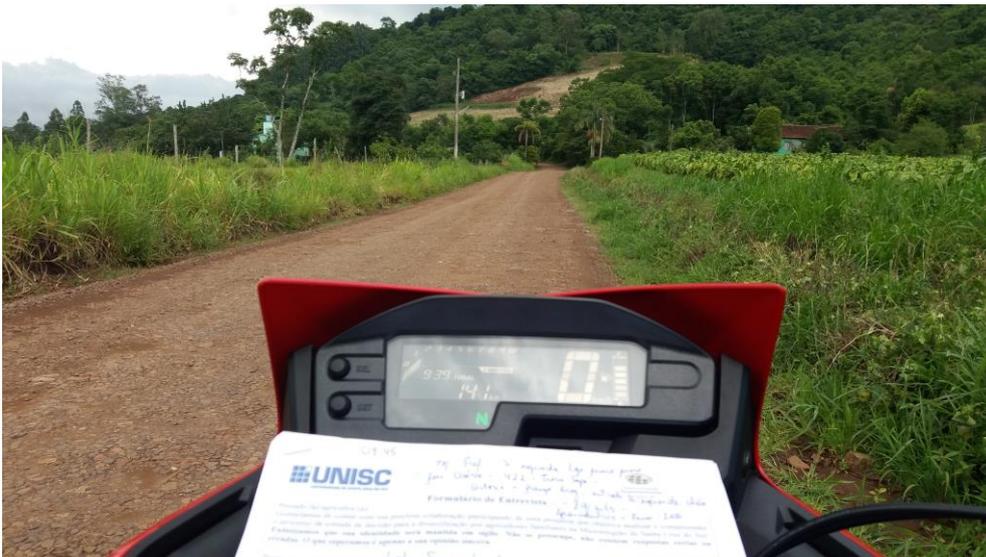
Entrevistado 07 – Foco em Agroecologia.



Entrevistado 04 – Produção de grãos.



Entrevistado 11 – Agroindustria.



Saída a campo de moto – Dia de chuva forte.